



# SANTA CATARINA EM HISTÓRIA

V.13 n. 1, 2019

ISSN 1984-3968



A **Revista Santa Catarina em História** é uma publicação da disciplina de História de Santa Catarina do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Aberta a diferentes temáticas e abordagens, a revista aceita artigos originais e resenhas de livros ou teses sobre a história de Santa Catarina. Na seção Artigos, são publicados trabalhos com temáticas relacionadas à história do estado e escritos por pesquisadores/as já formados/as. Já na seção Estudos, são publicados os trabalhos dos/as acadêmicos/as da disciplina de História de Santa Catarina. As publicações destes diferentes trabalhos visam à divulgação do conhecimento produzido por alunos/as do Curso e pesquisadores/as, de maneira geral, sobre as temáticas que envolvem a história de Santa Catarina, buscando contribuir com outros olhares sobre o Estado catarinense.

**Sobre a capa:**

Fotografia de Elaine Schmitt. Manifestação no largo da Catedral Metropolitana de Florianópolis, 20 de outubro de 2018.

**Correspondência**

Revista Santa Catarina em História  
Departamento de História – CFH – Universidade Federal de Santa Catarina  
Campus Universitário – Trindade  
CEP 88040-970 Florianópolis-SC, Brasil

---

Santa Catarina em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019  
v. 13, n.1, pp. 121. ISSN 1984-3968

---

## SUMÁRIO

### EDITORIAL

*Fernanda Arno, Tamy Amorim da Silva*

### ARTIGOS

José Manoel da Silva e a Prática de Aferição em Desterro (1855-1865)

*Lênio Kauê Farias Frihling*

8-20

Retratos da mulher integralista nas páginas da revista Anauê! (1935-1937)

*Isa Maria Moreira Liz*

21-31

### ESTUDOS

A Revolução Federalista em Santa Catarina: uma análise através da ótica micro-histórica

*Vitória Ferraz Lozado*

33-41

O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da Liga Josephense (1910-1923)

*Gustavo Shigunov*

42-60

Cultura material e modernidade: a Desterro fortificada do século XVIII

*Diego Lunardelli*

61-73

ADEH: confluências globais e devolutas sociais em Santa Catarina

*Luiz Augusto Possamai Borges*

74-88

Resgate das sementes crioulas em Anchieta – SC (1996 – 2002): processo histórico e ecos



*Angela Regina Locatelli*

89-102

Representações artísticas sobre a presença africana em Desterro (Ilha de Santa Catarina) no  
século XIX

*André Fernandes Passos*

103-114

### **RESENHAS**

Espaços da recordação: para uma teoria da memória cultural

*Cristiane Garcia Teixeira*

116-121



**Editorial**

Fernanda Arno

Tamy Amorim da Silva

A Revista Santa Catarina em História, em mais uma edição, procura fortalecer o espaço para inserção de novos trabalhos e temáticas relacionados à história de nosso Estado. Além de contemplar artigos e resenhas de fluxo contínuo, recebe estudos desenvolvidos por acadêmicas/os no decorrer da disciplina de História de Santa Catarina na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assim, esta edição é composta por dois artigos e uma resenha, escritos por pesquisadores/as já graduados/as, e seis estudos, escritos por acadêmicos/as do curso de História da UFSC.

A seção Artigos se inicia com o trabalho de Lênio Kauê Farias Frihling, intitulado “José Manoel da Silva e a Prática de Aferição em Desterro (1855-1865)”, onde analisa o trabalho dos Aferidores, em especial José Manoel da Silva, na cidade de Desterro, hoje Florianópolis-SC. Através de fontes como periódicos da época, o autor procura acompanhar os caminhos que esses agentes realizavam no exercício de seu ofício, bem como observar suas ferramentas de trabalho e articulações sociais.

Isa Maria Moreira Liz no artigo “Retratos da mulher integralista nas páginas da revista Anauê! (1935-1937)” investiga os primeiros exemplares da revista do movimento integralista que circulou em Santa Catarina, para refletir e analisar, em diálogo com os estudos de gênero e história das mulheres, o discurso sobre o “papel feminino” e a constituição da mulher integralista entre os “camisas verdes” durante a década de 1930.

Na seção Estudos, o trabalho “A Revolução Federalista em Santa Catarina: uma análise através da ótica microhistórica”, de Vitória Ferraz Lozado, discute o confronto armado entre federalistas e republicanos que se desenrolou no sul do Brasil alguns anos após a queda da monarquia. A partir da perspectiva de uma história “vista de baixo” a autora analisa um processo crime que tramitou na Comarca de Lages-SC, no ano de 1894, relacionando a vivência cotidiana dos envolvidos com os impactos da Revolução Federalista.

Já o trabalho de Gustavo Henrique Shigunov, “O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923)”, analisa o desenvolvimento do cinema no litoral catarinense, especialmente na cidade São José, nas duas primeiras décadas do século XX. Através de periódicos e de documentos relacionados à *Liga Josephense*, o autor procura entender como esta associação católica utilizou o cinema para obter lucro e grande prestígio social.



O texto “Cultura material e modernidade: A Ilha de Santa Catarina fortificada do século XVIII” de Diego Lunardelli, realiza uma discussão bibliográfica buscando com isso caracterizar o espaço social hierárquico e o cotidiano na construção dos fortes em Florianópolis. Nele o autor faz uso de debates da área da arqueologia, antropologia e história para pensar a cultura material e sua relação com a diferenciação social, assim como autores como Walter Mignolo e Karl Marx para refletir sobre a modernidade/Colonialidade.

O estudo “ADEH: confluências globais e devolutas sociais em Santa Catarina” de Luiz Augusto Possamai Borges evidencia discussões recentes na historiografia a partir de conceitos como globalização e identidade sexual para refletir sobre o movimento homossexual organizado no Brasil (a partir de 1978), realizando uma mirada tanto para o momento de sua emergência, quanto para as suas redes, focalizando como momento importante a fundação da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais em Santa Catarina.

Já o estudo de Angela Regina Locatelli “Resgate das sementes crioulas em Anchieta SC (1996 – 2002): processo histórico e ecos” resultado de sua monografia em história, enfatiza a narrativa no processo de preservação de sementes crioulas (que são cultivadas de forma autônoma e manual por agricultoras/es), na constituição do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) e nas festas nacionais. Para realização desse trabalho utilizou entrevistas, imagens, livros e realizou uma profícua discussão dentro da área de História Ambiental.

O trabalho “Representações artísticas sobre a presença africana em Desterro (Ilha de Santa Catarina) no século XIX”, de André Fernandes Passos, analisa quatro pinturas que retratam africanos e afrodescendentes circulando pelas ruas de Desterro, atual Florianópolis, no século XIX. Seu escrito procura contribuir com a história da presença africana, evidenciando a presença do negro na sociedade, como eram retratados e em que contexto estes quadros foram produzidos.

Por fim, a seção Resenha, conta com o trabalho “Espaços da recordação: para uma teoria da memória cultural”, tratando-se da resenha do livro *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*, da professora de língua inglesa da Universidade Konstanz, Aleida Assmann, que nos abre um caminho sobre o qual temos discutir no momento atual, a memória e como lidar com ela. Cristiane Teixeira Garcia evidencia um intrincado caminho desvendado pela autora sobre como ao longo do tempo tem-se pensado a memória. Sendo uma indicação de leitura e aporte importante para historiografia.

Finalizamos esse editorial retomando a imagem da capa deste número da Revista Santa Catarina em História. Estamos em Luta! Tendo em vista o atual desmonte da educação,



propiciado não somente pelo “método de contenção de gastos”, mas no descrédito ao lugar do próprio sistema de ensino, que a nosso ver é um projeto que gera ainda mais desigualdades. Reafirmamos a necessidade e o direito à uma educação pública, gratuita, de qualidade e que permita o acesso de todas e todos.

Nos posicionamos contra a privatização do ensino superior em nosso país, contra o sucateamento das universidades públicas, que já é realidade na Universidade Federal de Santa Catarina<sup>1</sup>, contra a indicação de reitores nas universidades, como é o caso da Universidade Federal da Fronteira Sul<sup>2</sup>, onde a consulta pública foi sumariamente ignorada. Nos posicionamos contra o desmatamento, que vem em marcha acelerada, e o extermínio de populações tradicionais que ocorre por todo o Brasil, e contra todas as posturas antidemocráticas e ao (des)governo do atual presidente.

Em mais uma edição, a Revista Santa Catarina em História convida a todas e todos a conhecer trabalhos que contribuem para novos olhares em relação à história catarinense, ampliando e aprofundando debates e temáticas. Seguimos em luta e desejamos a todas e todos uma boa leitura.

As editoras.

---

1 MARTINS, Gabriel (Agecom/UFSC). ‘Se nada for feito, a Universidade será fechada no final de outubro’. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 29 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://noticias.ufsc.br/2019/08/se-nada-for-feito-a-universidade-sera-fechada-no-final-de-outubro/>> Acesso em 30 de agosto de 2019.

2 Chapecó/SC: Novo reitor da UFFS é nomeado por Jair Bolsonaro. Desacato, 30 de agosto de 2019. Disponível em: <<http://desacato.info/chapeco-sc-novo-reitor-da-uffs-e-nomeado-por-jair-bolsonaro/>> Acesso em 30 de agosto de 2019.



## **ARTIGOS**



**José Manoel da Silva e a Prática de Aferição em Desterro (1855-1865)***José Manoel da Silva and the Desterro Measurement Practice (1855-1865)*

Lênio Kauê Farias Frihling

[kauefarias@gmail.com](mailto:kauefarias@gmail.com)

Graduado em História – UFSC

**Resumo:** A administração pública municipal é o foco desse trabalho, mais especificamente a atividade de um de seus agentes, o Aferidor, cuja função eram a de verificar, comparar e calibrar todos os pesos, medidas e balanças em uso pelos comerciantes com os padrões mantidos pelas Câmaras. Dessa forma buscamos acompanhar os caminhos que esse agente realizava no exercício de seu ofício, bem como observar suas ferramentas de trabalho e articulações sociais.

**Palavras-chave:** Aferição; Aferidor; Câmara; Desterro.

**Abstract:** The municipal public administration is the focus of this work, more specifically the activity of one of its agents, the Sealer, whose function was to verify, compare and calibrate all weights, measures and scales in use by traders with the standards maintained by the Chambers. In this way we seek to follow the paths that this agent carried out in the exercise of his office, as well as to observe his tools of work and social articulations.

**Keywords:** Verification; Checker; Chamber; Desterro.

Na edição de nº 50 do Jornal *O Argos*, de Desterro de 24 de junho de 1856, foi publicado a mando da Câmara Municipal, um edital informando a todos os interessados que no dia 30 daquele mês ocorreria a arrematação do ramo de aferição dos pesos e medidas dos líquidos e secos do município<sup>1</sup>.

Sem maiores informações, como horário e local, no dia 30 de junho daquele ano a arrematação do referido ramo ocorreu. Em quatro de julho do mesmo ano, na edição nº 53 do mesmo jornal, outro edital a mando da Câmara foi publicado, esse anunciando o resultado da tal arrematação do ramo da aferição, sendo que pela quantia de 521\$000 réis o ramo foi entregue ao senhor José Manoel da Silva.

Não foi a primeira vez que José adquiria o direito de aferir os pesos e medidas de secos e líquidos pela Câmara. Já em 1853 ele oferecera o maior lance para arrematar o ramo da aferição, isso conforme diz a publicação nº 54 de seis de julho de 1853 do jornal *Correio Catharinense*, também por meio de edital da Câmara<sup>2</sup>.

---

1 Câmara Municipal de Desterro. Editaes. **O Argos**: Da província de Santa Catharina. Desterro, nº 50. p. 3-4. 24 jun. 1856.

2 Câmara Municipal de Desterro. Editaes. **Correio Catharinense**. Desterro, nº 54. p. 4. 6 jul. 1853.



A arrematação do ano de 1858<sup>3</sup> não garantiu a continuidade José Manoel da Silva no ramo da aferição, isso porque, com um lance de 553\$000 Réis, Leonardo Jorge de Campo arrematou o ramo da aferição dos pesos e medidas de secos e líquidos do município de Desterro.

Como aponta Juliana Teixeira de Souza em *Pesar e Medir assunto de Estado, negócio de particulares (2010)*, era papel da administração local tomar as medidas necessárias que organizassem a atividade comercial nos municípios, isso incluía a regulação e regulamentação dos pesos e medidas em uso no comércio municipal com os padrões adotados pelo império. A atividade de aferição consistia em comparar e calibrar os pesos, medidas e balanças em uso pelos comerciantes com os padrões mantidos pelas Câmaras. O intuito era garantir a não adulteração dessas ferramentas, atribuindo certa “transparência” na atividade comercial. O ônus da aferição era do comerciante, cabendo às câmaras a correção e fiscalização dessas medidas.<sup>4</sup>

O regimento das Câmaras de 1828, ao qual se refere Souza, trata-se de uma lei imperial que buscava regulamentar o papel das Câmaras na administração municipal, estabelecendo diretrizes eleitorais para a escolha dos vereadores. A lei de 1828 apontava os caminhos por onde as câmaras deveriam operar na estrutura administrativa das municipalidades. O regimento também atribuía à Câmara poderes legislativos e executivos dentro de sua jurisdição, sendo ela responsável não apenas por definir normas, mas também fiscalizá-las e executá-las, entre suas atribuições consta: tratar da segurança, saneamento, infraestrutura e comércio, conforme expresso no artigo 66 e seus 12 parágrafos da lei de 1828, delimitando a área de abrangência das posturas policiais, também conhecidas como “posturas municipais”. O artigo dispõe também sobre parâmetros para o estabelecimento e manutenção das feiras, mercados e demais negócios comerciais, como descrito no parágrafo nº 10:

Proverão igualmente sobre a comodidade das feiras, e mercados, abastança e salubridade de todos os mantimentos, e outros objetos expostos à venda publica, tendo balança de ver o peso, e padrões de todos os pesos, e medidas para se regularem as aferições; e sobre quanto possa favorecer a agricultura, comercio, e industriados seus distritos, abstendo-se absolutamente de taxar os

---

3 Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis (daqui para a frente, AHMF), Termos de arrematações da Câmara Municipal (1855-1880), Caixa 28, nº 142.

4 “Para assegurar a precisão das balanças e demais utensílios utilizados no comércio ambulante, nas casas de secos e molhados, botequins, barracas e demais estabelecimentos comerciais, o regimento das Câmaras de 1828 informava que cabia ao governo municipal guardar os padrões adotados no país, a partir dos quais seriam ajustados os pesos e medidas utilizados pelos comerciantes. Para proceder a punição dos contraventores, a Câmara distribuía os padrões entre os fiscais de freguesia, que ficavam encarregados de realizar as correições”. Disponível em: SOUZA, Juliana Teixeira. *Pesar e medir: assunto de Estado, negócio de particulares*. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v.23, n.1, jan./jun. 2010. p. 192.

preços dos gêneros, ou de lhes pôr outras restrições à ampla, liberdade, que compete a seus donos<sup>5</sup>.

Como podemos ver no artigo 66 da lei de 1828, era atribuída às câmaras a regulação das aferições, não dando maiores detalhes de como se deveria proceder para isso, ficando então, a critério das mesmas estipular as normas para tal. Pude observar a partir de minhas pesquisas em jornais - mais especificamente nas publicações oficiais<sup>6</sup> - que era política comum das câmaras leiloarem, a partir de editais, os contratos de aferição a terceiros<sup>7</sup>, dando a estes o direito pela cobrança de impostos referentes à aferição dos pesos e medidas em uso no comércio.

Após a lei de 1828, somente em 1845 a Câmara Municipal de Desterro elabora seu Código de Posturas. Como um compilado de leis e diretrizes, os Códigos de Posturas eram mais uma ferramenta de controle da vida social e da atividade comercial do qual as autoridades se utilizavam durante o Império, bem como, determinava, em seu artigo 56, que:

Todos os que venderem gêneros que devem ser medidos, ou pesados, serão obrigados á ter todas as medidas, e pesos adotados no país; os quais deverão se aferidos todos os anos, desde o 1º de Janeiro até o ultimo de Fevereiro, na forma do estilo, e padrões distribuídos pela Câmara; sob pena de 4\$000 reis de multa<sup>8</sup>.

Ainda assim o código de posturas de 1845 pouco trata do processo da aferição, determinando apenas sua obrigatoriedade e multa, para aqueles que não se submetessem. Somente com a lei provincial nº 287 de quatro de maio de 1849<sup>9</sup>, em seu artigo 16 se estabeleceram os valores que o aferidor deveria operar.

Essa mesma lei também legislava sobre o orçamento das Câmaras para aquele ano, atribuindo as origens das receitas e as finalidades das despesas, sendo a aferição uma das fontes de receita das câmaras. As despesas com o corpo de funcionários da Câmara de Desterro que constava na lei orçamentária faziam referência à folha de pagamentos: secretário,

---

5 Lei de 1º de Outubro de 1828. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1828. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm). Acessado em 14 de novembro de 2015.

6 Publicações em jornais de grande circulação de anúncios, informativos e editais a mando de órgãos oficiais, como as Câmaras.

7 Como no caso já apresentado de José Manoel da Silva.

8 AHMF - Código de Posturas da Câmara Municipal de Desterro (1845)

9 Província de Santa Catarina. Lei nº 287 de 4 de maio de 1849. **O Conciliador Catharinense**. Desterro, nº 14, p. 1-2. 23 jun. 1849; Província de Santa Catarina; Província de Santa Catarina. Lei nº 287 de 4 de maio de 1849. **O Conciliador Catharinense**. Desterro, nº 15, p. 1-2. 26 jun. 1849; Província de Santa Catarina; Província de Santa Catarina. Lei nº 287 de 4 de maio de 1849. **O Conciliador Catharinense**. Desterro, nº 16, p. 1. 30 jun. 1849; Província de Santa Catarina.

aposentadorias, amanuense<sup>10</sup>, fiscal, porteiro, e administrador do cemitério, sem qualquer menção ao aferidor. Por que tal função não constava na folha de pagamento da referida lei?

A Câmara poderia ter entre seus funcionários um responsável pela aferição – não era proibido pela lei de 1828 – ao invés de arrematar para um terceiro a função que lhe era atribuída, que apesar do contrato fugia ao controle da Câmara, reduzindo o valor que a administração municipal poderia arrecadar com o imposto de aferição. Conforme SOUZA (2010), essa foi uma prática herdada do período colonial:

Embora os pesos e medidas devessem ser corrigidos pelo aferidor do conselho, este cargo não era exercido necessariamente por um funcionário do governo municipal. Em geral, a vereança recorria à prática de se arrematarem as rendas da aferição, outra herança dos tempos coloniais, de modo que a tarefa ficava a cargo do particular que dispusesse de cabedal e interesse em participar do leilão, que ocorria em praça pública todo ano. Dos pretendentes ao cargo exigia-se apenas que oferecesse o maior lance além do valor mínimo estipulado pela vereança, e que apresentasse como fiadores dois proprietários idôneos<sup>11</sup>.

Essa leitura remete ao Rio de Janeiro de 1840, mas caberia perfeitamente na realidade de Desterro no que diz respeito à estrutura administrativa da atividade de aferição, a não ser pelo fato de que a Câmara de Desterro exigia apenas um fiador, conforme apontado nos contratos<sup>12</sup>.

De modo que, ao arrematar o ramo da aferição, as Câmaras abriam mão da receita que o imposto de aferição proveria de forma direta. O contrato com um agente “privado” na figura do arrematante rendia a Câmara uma pequena fração do imposto arrecadado pelo aferidor.

Antes da inauguração do mercado público, boa parte do comércio de gêneros se dava na “praça do mercado”, localizado entre a Igreja Matriz e a praia, atual Praça XV de novembro, localização que viabilizava uma maior integração com habitantes do interior da ilha de Santa Catarina, uma vez que estes traziam, em sua maioria pelo mar, seus produtos (farinha, legumes, carne de caça e peixe) e ali colocavam à venda, evidentemente estando sujeitos a impostos de todo tipo.

Na praça do mercado os habitantes do pequeno núcleo urbano da primeira metade do século XIX, punham em dia suas conversas, faziam seus negócios e, principalmente, abasteciam-se. Havia muito que as canoas atracavam na

---

10 Espécie de escrivão, cuidava da correspondência e redigia textos.

11 SOUZA, Juliana Teixeira. Pesas e medidas: assunto de Estado, negócio de particulares. **Cad. Pesq. Cdhis**, v.23, n.1, Uberlândia, jan./jun. 2010. p.193.

12 Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis (daqui para a frente, AHMF), Termos de arrematações da Câmara Municipal (1855-1880), Caixa 28, nº 142.



praia de frente à praça. Lavradores do continente, mas também das demais freguesias da Ilha, vinham trazer seus produtos<sup>13</sup>.

As primeiras ideias de se construir um espaço próprio, que centralizasse o comércio de gêneros é do início da década de 1830, e até sua definitiva inauguração em 1851 se passaram duas décadas. O que aconteceu foi que não houve consenso por parte dos grupos de poder dominante acerca do local onde deveria ser erguido esse novo empreendimento. A justificativa para tal disputa era de que apesar do mercado centralizar a atividade comercial, ele também mudaria o fluxo de pessoas, levando esse “corpo de consumidores” para um novo endereço, prejudicando aqueles com comércio já estabelecido nas proximidades da praça, que até então se beneficiavam de toda a atividade comercial proporcionada pela localização das quitandas<sup>14</sup>.

Além do ramo da aferição, a Câmara de Desterro também costumava oferecer em leilão o direito ao uso de espaços do mercado público e também pelo direito de se cobrar o imposto de 5% sobre o pescado. Com a criação em 1851, de um centro comercial, sob a forma de um Mercado Público as elites locais pretendiam a racionalização, o controle social e o “sanitarismo” do comércio de gêneros alimentícios do município, retirando os comerciantes, quitandeiros e quitandeiras das áreas abertas em frente à praça da Igreja Matriz.

Segundo o regulamento do mercado<sup>15</sup>, além do controle da qualidade - como exposto no seu artigo nº 19 - também se controlava por parte da administração municipal o que se comercializava e quem poderia ter a permissão de fazê-lo, como no artigo nº 13, que dizia que apenas as pessoas livres podiam alugar as “casinhas”, ou o artigo nº 30 que autorizava o aluguel a escravos - com a permissão de seus senhores - dos espaços entre as colunas e a varanda do mercado, para ali manter suas quitandas. Sem contar o controle dos pesos e medidas, realizado anualmente pelo aferidor, segundo o artigo nº 8 do mesmo regimento.

---

13 POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 46, p. 193-226, 2012. p. 195-196.

14 “Desenvolveu-se, a partir desta questão, acirrada disputa entre os “barraquistas” e os “vinagristas” dentro da própria Câmara Municipal, visando à liderança política no pleito, que em geral é descrita pelos historiadores como o início da história dos partidos na cidade. O debate em torno da construção do Mercado Público foi de tal modo importante e centralizador das atenções dos políticos de Desterro que acabaram definindo as duas lideranças (então chamadas de “judeus” e “cristãos”), que posteriormente constituiriam, respectivamente, os partidos Liberal e Conservador no município. A vitória dos cristãos - que queriam a construção do prédio na praça da Matriz - teria fortalecido os conservadores, que derrotariam os liberais nas eleições de 1847”. Disponível em: POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 46, p. 193-226, 2012. p. 209.

15 AHMF. Livro de leis provinciais, caixa 30, nº 334.



Assim, a função de saneamento incluía a retirada das barraquinhas e dos escravos e libertos para que as “famílias” pudessem ocupar aquele espaço. Além disso, sendo o espaço fechado e delimitado, ficaria mais fácil controlar a qualidade e o preço dos alimentos e, portanto, a ação dos atravessadores. Finalmente, um dos pontos bastante atrativos para a municipalidade era a arrecadação que esse controle possibilitaria, obrigando todos que ocupassem o local a pagar os devidos impostos<sup>16</sup>.

Uma historiografia mais atenta às relações sociais reproduzidas nos diversos ambientes de trabalho tem nos apresentado a atividade compulsória não como exclusividade das grandes regiões e propriedades exportadoras, identificando também a utilização da mão de obra escrava em pequenas propriedades e no comércio urbano. Visão que se contrapõe a uma percepção mais conservadora que tenta construir e manter a ideia de uma província “branca e europeia” em comparação ao resto do país, como bem aponta Fabiane Popinigi:

A proporção da população africana e afrodescendente da Ilha, em comparação com as de outras capitais e centros ligados à agricultura de exportação, como o Rio de Janeiro ou Salvador, foi utilizada por esta historiografia para desconsiderar a importância do trabalho escravo na região. Enfatizou-se a prevalência de pequenas unidades de produção agrícola e a produção daquelas unidades como de subsistência, sem grande relevância para o modelo explicativo da grande *plantation* escravista voltada para a exportação<sup>17</sup>.

A busca pela construção de uma identidade europeia e “civilizada” negligenciou, ou escamoteou a importância da atividade escrava para a economia da província de Santa Catarina. Evidente que em números relativos à população cativa da província de Santa Catarina era muito inferior à de outras províncias, como Rio de Janeiro, Minas Gerais ou Bahia, e com base nisso, por muito tempo, se desconsiderou a importância de toda atividade escrava na construção da província, por exemplo: nas atividades de ganho<sup>18</sup>, na produção da farinha de mandioca<sup>19</sup> ou na pesca da baleia<sup>20</sup>. Nessas e em outras atividades a mão de obra escrava teve papel fundamental para o desenvolvimento da província de Santa Catarina<sup>21</sup>.

16 POPINIGIS, op. cit., 2012, p. 208.

17 POPINIGIS, op. cit., 2012, p. 200.

18 POPINIGIS, Fabiane. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Org.). **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC, 2013. Cap. 7. p. 151-175.

19 BASTOS, Ana Carla. Escravidão nos engenhos de farinha da Lagoa da Conceição. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Org.). **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC, 2013. Cap. 3. p. 69-84.

20 ZIMMERMANN, Fernanda. Armação baleeira da Lagoinha: uma grande unidade escravista. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Org.). **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ufsc, 2013. Cap. 2. p. 43-68.

21 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Josiane Zimmermann (Org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: EdUFSC, 2013. p. 281.

Voltemos a tratar especificamente da atividade da aferição. No dia seis de fevereiro de 1857 é publicada, no periódico *O Argos* uma denúncia dirigida ao Capitão Fiscal de Desterro - Clemente Antonio Gonçalves<sup>22</sup> - por parte do aferidor José Manoel da Silva. A denúncia se referia ao não cumprimento por parte do proprietário e comerciante Manoel Marques Guimarães – proprietário de uma casa de negócios – da obrigatoriedade de se aferir seus pesos e medidas utilizados no comércio<sup>23</sup>. O delator, como arrematante do processo de aferição, reclama o prejuízo pelo não interesse do comerciante em aferir suas ferramentas de trabalho.

A denúncia feita pelo aferidor possibilita que percebamos quais eram as atribuições do Fiscal da Câmara, no que se refere à aferição e se, de fato, tais atribuições eram cumpridas. Nesse caso, a de conferir se os pesos e medidas utilizados pelos comerciantes condizem com os padrões estabelecidos e se foram aferidos, aplicando a multa estabelecida em caso do não cumprimento da lei.

Uma vez que os acusados haviam passado todo o ano sem terem aferido seus pesos e medidas, podemos supor que o fiscal ou fez vistas grossas ou não visitou aquele estabelecimento comercial, talvez a primeira opção se justifique pela denúncia pública apresentada pelo aferidor.

Esse episódio ainda nos diz mais uma coisa: o próprio aferidor atuava como fiscal, quando se trata de seu interesse. José Manuel da Silva já estava há mais de três anos na atividade de aferidor, provavelmente conhecia pessoalmente boa parte do corpo comercial de Desterro e como ele havia adquirido o direito de aferição pela Câmara por meio de um “leilão”, quanto maior o número de aferições ele realizasse, maior seria o seu lucro, então, para ele, não valia a pena deixar passar nenhum comerciante sem ser aferido.

Os atritos pessoais entre o aferidor e o fiscal da Câmara de Desterro não se encerram por aí. Em correspondência ao redator do Jornal *O Mercantil* publicado na edição nº 140 de 1º de junho de 1862<sup>24</sup>, o fiscal da Câmara, senhor Clemente Antonio Gonçalves se diz surpreendido com o que havia lido na edição nº 1001 do jornal *O Argos*, onde José Manoel da Silva acusava o senhor Antonio Rodrigues da Silva de manter rinhas de galo a valer em sua casa, e que o fiscal - no caso o autor da publicação - sabia, pois o próprio José Manoel da Silva o havia informado, e que, segundo o acusador, o fiscal nada havia feito, pois se interessava

---

22 SILVA, José Manoel da. Comunicado. **O Argos**. Desterro, nº 113, p. 4. 6 fev. 1857.

23 Ver Art. 56 do código de posturas, disponível em: AHMF - Código de Posturas da Câmara Municipal de Desterro (1845).

24 GONÇALVES, Clemente Antonio. Sr. Redator do Mercantil. **O Mercantil**. Desterro, nº 140, p. 3. 1 jun. 1862



nesse divertimento. A correspondência se encerra com o autor fazendo sua defesa, dizendo que José Manoel da Silva era parte interessada nesse negócio, sendo por isso carecedor de maior fé.

Aparentemente o fiscal tinha razão ao afirmar que José Manoel da Silva tinha interesse nas rinhas de galo. Isso porque no ano seguinte, na publicação nº 29 de *O Despertador* de 24 de abril de 1863, José Manoel anuncia o início das atividades de um rinheiro público para domingo, dia 26 daquele mês. Ainda na mesma nota, José Manoel da Silva solicitava ao fiscal da freguesia da Santíssima Trindade que proibisse as rinhas daquela freguesia que não apresentassem a devida autorização da Câmara municipal.

Essas passagens de jornais que tratam das disputas em torno da rinha de galo apresentam também conflitos entre agentes da Câmara, um fiscal e outro aferidor. Percebemos também a perspicácia de seu José Manoel da Silva de atuar e investir em áreas que lhe garantissem certo “monopólio”. Ele já havia adquirido o monopólio da aferição ao arrematar sucessivamente o termo em hasta pública, agora buscava garantir com sua influência política – que havia adquirido durante os anos como aferidor – o monopólio das apostas em brigas de galo.

Em publicação no dia seis de novembro de 1866, na edição nº 397 do Jornal *O Despertador*, José Manoel da Silva apresenta outra queixa, “a quem competir”, para o fato de que o senhor Marcos Francisco de Souza, vizinhos de José Manoel, mantém dois cães soltos na rua em contravenção com aos artigos 51 e 52 do código de posturas, alegando que tais animais atacam quem por ali passar, inclusive seus criados. José Manoel questiona se por ventura o senhor Marcos é privilegiado, ou imune às leis e posturas<sup>25</sup>.

Sete dias depois, em publicação no mesmo jornal<sup>26</sup>, José Manoel da Silva é mais enfático, cobrando rigor do fiscal quando vigiasse a aplicação das posturas. Isso porque, segundo José Manoel, apesar do senhor Marcos ter prendido um dos cães, outro o havia atacado quando ele voltava a cavalo, para sua casa, tendo que enxotar o cão com seu guarda-sol, inutilizando-o. José Manoel cobra que o fiscal verifique se o seu Marcos mantém presos seus cães, evitando assim, maiores prejuízos e “incômodos”.

José Manoel da Silva também costumava, com bastante frequência, utilizar as páginas dos jornais para publicar avisos e convocatórias aos comerciantes a respeito dos prazos e da obrigatoriedade da aferição. Como na edição nº 35 do *Correio Catharinense* de 13 de julho de 1853, José Manuel avisa que já se iniciou o período anual para a realização das aferições, convocando todos aqueles que se utilizavam de pesos e medidas, em suas atividades comerciais, para vir aferi-los em sua residência na rua Áurea, no prazo de primeiro de julho até 31 de agosto.

---

25 SILVA, José Manoel da. Srs. Redatores do Despertador. **O Despertador**. Desterro, nº 397 p. 4. 6 nov. 1866.

26 SILVA, José Manoel da. Sem título. **O Despertador**. Desterro, nº 399 p. 4. 13 nov. 1866.



Contudo o aferidor não se restringia as publicações ou seu ofício a apenas dois meses do ano, não apenas porque parte dos comerciantes não aferia suas ferramentas no período determinado, mas também porque a todo momento se poderiam abrir novos estabelecimentos comerciais, ou se adquirir novos pesos e medidas. Nesse sentido, os anúncios eram feitos de duas a três vezes ao ano, inclusive sob a ameaça de serem multados pelos fiscais aqueles que não mantinham seus pesos e medidas submetidos à aferição anual<sup>27</sup>.

Podemos também imaginar como era operacionalizada a atividade de aferição. Infelizmente não tive nenhum contato com algum documento que descrevesse os pormenores da atividade, mas imaginemos os comerciantes, provavelmente seus escravos ou empregados, cada qual levando toda sorte de pesos e medidas para serem aferidas na casa do aferidor. Imagine o quão dispendioso era para qualquer um trazer todos esses pesos à casa do aferidor para serem verificados e calibrados, considerando que cada arroba equivale a quase 15 quilos, sem contar todos os ternos que antecedem a arroba, ou demais medidas de pesos e capacidade, podemos supor que cada jogo desses pesos e medidas podia ultrapassar os 50 quilos para os comerciantes de miúdos, “granel”, passando dos 100 quilos quando o comércio fosse por grosso, “atacado”. Sem contar que José Manoel era responsável pela aferição em todas as freguesias do município. Suponho que os comerciantes das demais freguesias deviam mandar seus escravos ou empregados levar para aferir suas ferramentas de comércio. Estes vinham possivelmente pelas pequenas estradas da ilha de Santa Catarina, ou com embarcações. Levanto essa suposição, pois não encontrei entre as décadas de 1840 a 1870 nenhuma publicação nos jornais dizendo que o aferidor visitaria determinada freguesia para ali realizar as devidas aferições.

A atividade de aferição custava em média ao sujeito que a arrematasse cerca de 500\$000 reis ao ano<sup>28</sup>. Sendo que ele utilizaria para executar a aferição material disponibilizado pela Câmara<sup>29</sup>, o aferidor parecia não ter outro gasto.

Mas qual era a rentabilidade que essa atividade podia garantir ao bolso de quem a arrematasse? Talvez, a partir do artigo 16 da lei nº 287 de quatro de maio de 1849, do disposto no artigo 56 do código de posturas de 1845, e levando em conta o lançamento dos impostos de aferição de junho de 1883 a junho de 1884, seja possível construir uma estimativa dos ganhos anuais da atividade de aferição.

---

27 SILVA, José Manoel da. Aviso. **O Argos da Provincia de Santa Catharina**. Desterro, nº 513 p. 4. 3 nov. 1859.

28 AHMF - Termos de arrematações da Câmara Municipal (1855-1880), Caixa 28, nº 142.

29 O material utilizado na aferição consistia nos padrões de pesos e medidas adotados pelo Império.



O artigo 16 da lei 287<sup>30</sup> dispunha sobre as tarifas a serem aplicadas na cobrança da aferição, sob os seguintes valores: 1\$000 reis por cada terno de medidas desde oitavo de quartilho até canada: 1\$000 reis por cada terno de medidas desde décimo de quarta até meio alqueire: 200 reis por qualquer medida avulsa: 1\$200 reis por balança e peso de meia arroba até quintal: 1\$000 reis por balança e peso de meia quarta até meia arroba: 400 reis por balança de marco e seus pesos: 240 reis por qualquer peso avulso de balança grande: e 100 reis por qualquer peso avulso de balança pequena: e 200 reis por vara ou côvado. Aparentemente cada “terno” representa uma medida intermediária entre outras duas unidades de medidas diferentes, é um valor fracionado que tem sua representação física em um peso de balança.

Dependendo da atividade comercial que na qual os pesos estavam em uso, podemos ter um grande número de “ternos” representando valores intermediários, como entre canadas e alqueires. Como não é fácil estimar o número de “ternos” em uso por cada estabelecimento comercial, ou mesmo os pesos avulsos, consideraremos que cada estabelecimento comercial utiliza pelo menos um “terno” entre medidas e um peso avulso por balança.

O artigo 56 do Código de Posturas versava que todos aqueles que venderem gêneros, cujo o valor tenha base por peso ou medida, são obrigados a ter todos os pesos e medidas em uso no país, bem como aferi-los todos os anos. Então os valores da lei 287 podiam ser aplicados a todos os estabelecimentos comerciais.

Devemos então somar os valores do artigo 16 da lei 287, obtendo o valor de 5\$340 réis. Essa seria a média do valor, segundo nossa estimativa, que cada estabelecimento comercial despenderia com a aferição de seus pesos e medidas anualmente. Mas para estimar os valores arrecadados pelo aferidor durante o ano, devemos multiplicar essa quantia pelo número de estabelecimentos comerciais regularizados, aqueles que tinham registro na Câmara e recolhiam impostos, em Desterro. Para isso usarei os registros do lançamento da renda do imposto de aferições de pesos e medidas que vai de junho de 1883 a junho de 1884<sup>31</sup>, tendo registrado 373 arrecadações. Sendo que cada arrecadação provinha de um estabelecimento diferente o valor estimado que temos para a arrecadação do aferidor é de 1:991\$820 réis.

Esse valor não pode ser tratado como absoluto, além de não sabermos ao certo quantos pesos, “ternos” e balanças cada estabelecimento comercial mantinha, devemos lembrar que o ano de 1884 corresponde duas décadas a mais do período em que José Manoel da Silva atuou como aferidor da Câmara, e muito provavelmente na década de 1860 havia um número relativamente menor de comerciantes do que na década de 80. No entanto, como naquele

---

30 **O Conciliador Catharinense**. Desterro, nº 16, p. 1. 30 jun. 1849; Província de Santa Catarina.

31 AHMF - Lançamento da Renda dom Imposto de Aferições de Pesos e Medidas (1883-1892), Caixa 43, nº 199.



período se arrematava o ramo da aferição com um valor médio de 500\$000 reis por ano, qualquer montante que na arrecadação superasse um conto de reis já correspondia a um rendimento de 100% do investimento inicial.

Entre 1853 a 1867, José Manoel só não foi aferidor do município de Desterro entre 1858 e 59, somando 13 anos como aferidor. A não ser por suas publicações em jornais, ou pelos contratos de aferição assinados com a Câmara, pouco se sabe sobre José Manoel. Infere-se, por meio de jornais<sup>32</sup>, que ele comercializava eventualmente<sup>33</sup>, azeite de peixe e açúcar em sua casa, provavelmente recebera certa quantia desses gêneros como pagamento de alguma dívida e resolveu vender a granel para converter o produto em capital. Em outra oportunidade, na mesma página<sup>34</sup> que anunciava a venda de alguns gêneros, ele também informava que era hipotecário de uma olaria que havia sido colocada à venda por seu proprietário. Em algumas ocasiões José Manoel também figurava como fiscal interino<sup>35</sup> da Câmara. Em outra publicação<sup>36</sup> José Manoel acompanhado por Eduardo de Freitas Serrão, José de S. Freitas Junior, Floriano José Villela e Antonio Jacques da Silveira declaram que o Tenente reformado Francisco de Paula As Peixoto lhes deve dinheiro e que não tem nenhuma esperança que o tenente irá os ressarcir.

No ano de 1858, que não arrematou o direito de aferidor, José Manoel atuou como tesoureiro<sup>37</sup> da Irmandade do SS. Sacramento. Existe também o registro<sup>38</sup> de um anúncio de venda de um escravo de 25 anos de idade, isso sem contar as vezes em que ele foi sorteado como jurado.

José Manoel da Silva é um nome comum hoje e foi também durante o século XIX, sendo que eventualmente pode ter havido homônimos contemporâneos vivendo em Desterro, de modo que em alguns casos – como nos últimos citados – não posso afirmar que se trate da mesma pessoa. Na maioria dos casos os documentos trazem essa confirmação de maneira explícita ou implícita, quando, por exemplo, fazem menção a sua residência (ele vivia na Rua Aurea nº 14, atual Rua dos Ilhéus). A evidência que me leva a aceitar que as publicações tratam da mesma

---

32 SILVA, José Manoel da. Sem título. **O Argos da Provincia de Santa Catharina**. Desterro, nº 54 p. 4. 8 jul. 1856.

33 Digo, “eventualmente”, porque foram poucas e esporádicas as publicações que José Manoel fez anunciando tais produtos, dizendo que o local da venda era sua residência e não um estabelecimento comercial por ele mantido.

34 SILVA, José Manoel da. Declaração. **O Argos da Provincia de Santa Catharina**. Desterro, nº 114 p. 4. 10 fev. 1857.

35 SILVA, José Manoel da. Annuncio. **O Argos da Provincia de Santa Catharina**. Desterro, nº 119 p. 4. 19 set. 1856.

36 SILVA, José Manoel da. Sem título. **O Argos da Provincia de Santa Catharina**. Desterro, nº 251 p. 4. 20 fev. 1858.

37 SILVA, José Manoel da. Sem título. **O Argos da Provincia de Santa Catharina**. Desterro, nº 358 p. 4. 30 out. 1858.

38 SILVA, José Manoel da. Vende-se. **O Argos da Provincia de Santa Catharina**. Desterro, nº 775 p. 4. 5 abr. 1861.

peessoa é que todas elas estavam no âmbito da atividade comercial de Desterro, e a distância temporal entre elas é muito curta.

As informações que levantei não me levam a concluir qual a origem social de José Manoel, nem quem são seus pais ou como ele começou sua vida econômica. Mas, como exigia-se certo grau de escolaridade para se arrematar o ramo da aferição, acredito que ele tenha origem de uma família com alguma posse, apesar de não poder afirmar, penso que ele tenha sido filho de algum comerciante, isso talvez justificaria sua desenvoltura comercial e articulação no meio político de Desterro. Na atividade de aferidor José Manoel da Silva conseguiu se articular com comerciantes, conquistando o prestígio destes, permitindo um maior trânsito no meio da elite local. Como aferidor José Manoel da Silva garantiu uma posição de relativo conforto social na Desterro da segunda metade do século XIX.

## Referências

DIAS, José Luciano de Mattos. **Medida normalização e qualidade:** aspectos da história da metrologia no Brasil. Rio de Janeiro: INMETRO, 1998.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial:** Volume III - 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

JOFFILY, Geraldo Irineo. **O Quebra-Quilo:** A Revolta dos matutos contra os doutores. 1874. Brasília: Thesaurus, 1977.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

LIMA, Henrique Espada. **E. P. Thompson e a micro-história:** trocas historiográficas na seara da história social. Esboços (UFSC), Florianópolis, v. 12, 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Josiane Zimmermann (Org.). **História diversa:** africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: EdUFSC, 2013.

MELLO, Cássila Cavaler Pessoa de. **A busca de espaços para o comércio de gêneros alimentícios em Desterro:** Galpões, quiosques e o novo Mercado Público Municipal. 2014. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, p. 19. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131719>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 46, p. 193-226, 2012.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 212.



REVEL, Jacques. Prefácio: A História ao Rés-do-Chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Juliana Teixeira. Pesar e medir: assunto de Estado, negócio de particulares (Rio de Janeiro, século XIX). **Cadernos de Pesquisa do Cdhis**, Rio de Janeiro, n. 23, p.189-209, jun. 2010.

SOUZA, Juliana Teixeira. As Municipalidades e o Império: O caso do Rio Grande do Norte (1830-1840). **Sæculum: Revista de História**, João Pessoa, n. 27, p.231-246, jul/dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/16440>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

---

Recebido em 19 de fevereiro de 2019.

Aceito para publicação em 15 de agosto de 2019.



**Retratos da mulher integralista nas páginas da revista *Anauê!* (1935-1937)***Portraits of the integralist woman on the pages of Anauê! (1935-1937) magazine*

Isa Maria Moreira Liz

Acadêmica de História da UFSC/ Bolsista CNPq

**Resumo:** Tomando a emergência do debate de gênero a partir da conjuntura política atual, o presente artigo pretende analisar o elemento de dualidade no discurso do papel feminino integralista nos primeiros exemplares da revista *Anauê!* (1935-1937), durante a Era Vargas. Para tal, será tomada por objeto tanto essa perspectiva acerca da mulher pela AIB (Ação Integralista Brasileira), que se produziu sob uma noção de dualidade identitária complementar, reforçando os princípios da revista em análise, como também seu vínculo com a construção da identidade nacional incipiente no contexto catarinense à época.

**Palavras-chave:** *Anauê!* (1935-1937); Integralismo; Gênero; Identidade feminina.

**Abstract:** Assuming the emergence of the gender debate as of the current political conjuncture, the present paper aims to analyse the element of duality on the discourse of the integralist female role at the first three samples of *Anauê!* (1935-1937), during the Era Vargas. To this end, it will be taken by object not only AIB's perspective over women, which produced itself under a notion of complementary duality identity, reinforcing the principles of the magazine in question, but also, its connection with the construction of the national identity incipient in the catarinense context for the time period.

**Keywords:** *Anauê!* (1935-1937); Integralism; Gender; Women identity.

## Introdução

A revista *Anauê!*, impressa no Rio de Janeiro, mas com distribuição nacional, circulou entre os anos de 1935 a 1937, e buscava abarcar as especificidades e regionalismo de cada estado brasileiro, como em Santa Catarina, região com números significativos de camisas-verde<sup>1</sup>. Diversos números da revista publicavam fotos exaltando as atividades dos integralistas pelas regiões do país, com ênfase no estado catarinense. Seja por questões culturais internas, como externas, as pessoas adeptas ao integralismo, principalmente em Santa Catarina, estavam num processo de assimilação cultural à política nacionalista varguista o qual foi facilitado pela composição étnico-social plural do movimento<sup>2</sup>, que buscava difundir os princípios da AIB através da glorificação de um passado histórico brasileiro e

---

1 Seguidores/as do movimento; integralistas.

2 Aqui, cabe a consideração de entender tal processo sob disputas social e política, não pretendendo, portanto, ignorar tais resistências.



através dos usos da simbologia<sup>3</sup>; assim como fazia o Estado para manutenção da identidade brasileira.

Ao todo, foram publicadas 21 edições da *Anauê!*, sendo dessas, 5 em seu ano de fundação; 7 no segundo ano de circulação; e 9 em 1937, tendo sua última versão em novembro do mesmo ano. A *Revista Illustrada* tinha periodicidade mensal, e sua assinatura poderia ser adquirida semestral ou anualmente, variando valores do Brasil para o exterior<sup>4</sup>. Ainda, a revista, dirigida por Manoel Ferraz Hasslocher e Loureiro Junior<sup>5</sup>, aumentou seu número de páginas por exemplar, variando até 64 páginas, em 1937. Para o presente artigo foram analisados os três primeiros exemplares da revista para que pudessem ser observadas ideias que trabalhassem ou destoassem das noções de identidade feminina discutidas à época pelo movimento integralista. Dada a possível raridade da revista, já que somente um único exemplar está disponível para consulta e digitalizado em plataforma online<sup>6</sup>, foi necessário entrar em contato com representantes da Frente Integralista Brasileira do Rio de Janeiro (FIB-RJ), que se dispuseram em enviar os exemplares; e também com instituições públicas, como o setor do Memorial do Ministério Público, que possui atualmente grande parte dos exemplares para consulta local.

Dentro do cenário político atual, com a legitimação de pessoas centradas nos preceitos de moralidade e normatividade de gênero, ignorando que tal ideia é produto de uma determinada sociedade, e daí suas diferentes construções, fica evidente a primordialidade do debate neste artigo. É necessário, para a compreensão das problemáticas a seguir, que se entenda gênero como uma construção psicossocial presente em nossa sociedade como forma de distinção interpessoal que determina as relações de poder, a divisão de trabalho e a expressão de gênero, a partir de forças e interações muitas vezes não perceptíveis<sup>7</sup>, como será sublinhado. É com base nessa ideia que será pensado, dentro da *Anauê!*, como era constituído

3 SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista *Anauê*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 61-95, 2005.

4 Em 1937, seu último ano de circulação, os valores variaram de 20\$000 para aquisição semestral no Brasil e 40\$000 para o exterior. Para aquisição anual, os valores subiam para 30\$000 no Brasil e 60\$000 no exterior. Na França e Alemanha, a revista contava com representantes sediados.

5 Dados de 1937.

6 **ANAUE!**: Revista Mensal Illustrada. Rio de Janeiro, v.3, n. 20, out. 1937. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/jornais\\_revistas](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas)>. Acesso em: 06 abr. 2018.

7 Essa noção é resultado da discussão de produções teóricas acerca do gênero como categoria de análise. Conf. LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242; PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, n. 24, p. 77-98, 2005; SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

o perfil feminino, com que frequência dirigiam as matérias da revista às mulheres e de que forma isso se dava.

### O Integralismo em Santa Catarina

O aumento do número de pessoas adeptas ao movimento integralista, só no Vale do Itajaí atingiu quase 7 mil<sup>8</sup>, excluídas mulheres e crianças pelos dados do Congresso Regional em Blumenau em 1935. As organizações integralistas no estado catarinense foram realmente significativas, e um exemplo disso é que fora do estado de publicação do Rio de Janeiro, Santa Catarina assumia o segundo maior número de agentes autorizados à venda da revista *Anauê!*, seguida por Minas Gerais<sup>9</sup>. A relação de pessoas de descendências italiana e alemã com o integralismo já fora desmistificada pela historiografia catarinense mais recente<sup>10</sup>, mas ainda assim é válido sublinhar que a identidade brasileira estava sendo incentivada pelo Estado e construída compulsoriamente, o que tornou mais fácil o adentramento de ideologias identitárias principalmente numa região tão heterogênea culturalmente e com resquícios marcantes da colonização, como Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina encontrava-se no auge das discussões historiográficas a respeito da ‘verdadeira’ origem da cultura catarinense<sup>11</sup>, em disputa entre as famílias alemãs (Konder e Bornhausen) e açorianas (Ramos), que concorriam política e economicamente na região<sup>12</sup>. “Versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e um presente pré-moldado”<sup>13</sup>, conforme Raymond Williams, a tradição veio a ser o argumento legitimador de uma cultura que precisava ser enquadrada em sua noção mais abrangente de brasilidade. Isto é, enquanto grupos regionais de diferentes descendências (Konder e Bornhausen vs Ramos) que concorriam economicamente disputavam os significados das culturas açoriana e germânica, por outro lado, num contexto mais amplo percebia-se a necessidade de enquadramento no que se constituía pela hibridez cultural da nação brasileira, da romantização de um país composto harmonicamente por três ‘raças’<sup>14</sup>. As políticas regionais

8 O Integralismo em Blumenau (Histórico e estatísticas). **Congresso Regional das Províncias do Sul (7-8 de outubro de 1935)**, Blumenau: Typ. Barumgarten, 1935.

9 **ANAUE!**: Revista Mensal Ilustrada. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan. 1935.

10 FÁVERI, Marlene de. Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. **Esboços**, v.16, n. 22, p. 91-109.

11 FLORES, Maria Bernardete Ramos. A Autoridade do Passado. In: \_\_\_\_\_. **A farra do boi. Palavras, sentidos, ficções**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. p. 113-141.

12 GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987.

13 WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 111.

14 RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.





deveriam, portanto, estar em consonância com aquelas adotadas pelo Estado, com o pretexto de ‘bem-comum’, buscando alinhar o país tanto em questões culturais, como sociais.

Havia, em virtude das presenças italiana e alemã em Santa Catarina, um senso equivocadamente de aceitação e/ou ligação em massa desses/as descendentes às ideias provenientes dos regimes totalitaristas que ascendiam na Europa fascista à época. O que se percebeu, no fim do século XX<sup>15</sup>, foi que essas pessoas não necessariamente mantiveram um contato com os países de origem ou mesmo com sua cultura ‘tradicional’. Tal fato se deveu por dois porquês centrais: 1. pois a grande maioria era proveniente de um país ainda não unificado, não havendo, assim como não havia também no Brasil, uma coesão das províncias em termos culturais; 2. pela razão da própria ideia de identidade como tradução<sup>16</sup>, ou seja, como assimilação da sua antiga cultura à nova e que ocorreu de forma não equilibrada pelo processo de aculturação. Pode-se dizer ainda, que ao passo que tais descendentes, neste contexto específico em análise, foram enquadrados como destoantes da ordem brasileira e em consenso (ou ainda, reprodutores) com princípios nazifascistas, passaram a estreitar abertamente as relações com tais princípios políticos e tradição europeia, antes não necessariamente condutora cultural<sup>17</sup>.

No Brasil, as ideias integralistas foram desenvolvidas principalmente a partir do movimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundado em 1932 por Plínio Salgado (1895-1975), líder glorificado como ideal não-personificado<sup>18</sup> – apesar das constantes exaltações da AIB a Plínio. A presença integralista no Brasil emergiu principalmente da classe média catarinense, formada por famílias baseadas na pequena produção a servidoras públicas<sup>19</sup>. O movimento, considerado não-partidário, tinha caráter cristão e propagava a defesa do ‘homem’ e da sua relação harmoniosamente interracial, cultural e social, conforme o lema adotado de “Deus, Pátria e Família”; aqui, Deus como aquele “[...] que dirige o destino dos povos, Pátria [como] ‘nosso lar’ e Família [como] ‘início e fim de tudo’”<sup>20</sup>. Daí o vínculo ao desenvolvimento espiritual que tanto imprime em suas falas. Ainda, apesar de colocar-se definitivamente adverso tanto ao capitalismo como ao comunismo, e mostrar-se contrário aos

15 SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: \_\_\_\_\_. **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994.

16 HALL, Stuart Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A 2014.

17 Mesmo que, além desse fator, houvesse uma presença marcante da política externa fascista imperialista sobre o Brasil.

18 Por mais que fosse entendido e enaltecido em todos os exemplares analisados da *Anauê!*, havia um entendimento, por parte de Plínio SALGADO, em não personificar, ou ainda, simbolizar, o movimento integralista como um todo a partir dele como pessoa.

19 ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas**. Criciúma: EdiUNESC/EdiPUCRS, 2012, p. 277.

20 Institucional. **Frente Integralista Brasileira: A vitória já é nossa**. São Paulo, 2018.



regimes nazifascistas europeus que ascendiam à época (ainda que, contraditoriamente, muitas vezes elogiassem tais regimes), o movimento demonstra influências reais daqueles regimes sobre sua ideologia. A AIB deve ser entendida não somente como massa de manobra pela politização nacional, mas como uma escala reduzida de Estado<sup>21</sup>. Por conta da política nacionalista estadonovista e da disputa intraoligárquica que ocorria nos demais estados, como Santa Catarina, a AIB foi colocada na ilegalidade em 1937; em 1945 foi fundado o Partido de Representação Popular (PRP). Atualmente, fundada em 2004, a Frente Integralista Brasileira (FIB) é um dos grupos neointegralistas e que atuam até o momento.

A partir disso, parece ficar mais nítida a razão da revista *Anauê!* ter se destacado no estado catarinense, já que o integralismo, principalmente durante a década de 1930, exerceu certa influência sobre o que se pretendia por uma unidade identitária brasileira. Durante o período de circulação da revista, de 1935 a 1937, “foram mais de 50 artigos, notas e notícias publicadas na região sul-catarinense sobre o integralismo”<sup>22</sup>, e destas, 80% foram positivas ao movimento<sup>23</sup>; vindo, em 1937, a serem proibidas publicações sobre o integralismo para não incentivá-lo.

### Discurso feminino em análise

A partir das propagandas que cercavam os três primeiros números da revista, e percebendo o aumento destas no decorrer dos exemplares<sup>24</sup> em consequência do êxito, mesmo que efêmero, da difusão das ideias integralistas, pode-se concordar que havia um público-alvo específico a ser atingido: os trabalhadores<sup>25</sup>. Embora não fosse uma exclusividade sua, o feminino era alvo da revista. Essa ideia se percebe tanto 1. através de um sexismo mais velado, como em propagandas com contexto culinário, mas sem escancarar a mulher de fato cozinhando como função social do ‘cuidado’ do lar; como também 2. em publicidades farmacêuticas medicamentosas para o trato de infecções vaginais – e que de alguma forma auxiliavam na desmistificação sobre o corpo feminino. Além das propagandas comerciais, há

21 TRINDADE, Héliogio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. 2 ed. São Paulo: Difel, 1979, p. 181.

22 ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder**: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma: EdiUNESC/EdiPUCRS, 2012, p. 277.

23 Idem.

24 Há um aumento significativo de 31,1% das propagandas, a partir do primeiro exemplar da revista; sendo que em comparação ao terceiro exemplar, essa porcentagem mais que triplica para 100%, contando com 38 propagandas publicitárias.

25 Essa noção se afirma ainda pela composição de classe da AIB em Santa Catarina, ainda que tivesse especificidades regionais.



um direcionamento às “*blusas-verde* (como eram chamadas as mulheres integralistas)”, percebido nas chamadas das matérias como em: “Sublime Missão [da mulher]”<sup>26</sup>, “O papel da mulher na causa integralista”<sup>27</sup> e “Decalogo da bôa esposa”<sup>28</sup>, esta última num formato de 10 mandamentos a serem seguidos. Na composição executiva e autoral da revista, havia lugar às mulheres. No entanto, muitos dos artigos direcionados à mulher que discutiam sua missão na sociedade brasileira eram escritos por homens, como por exemplo a já citada matéria “Sublime Missão [da mulher]”, por Floriano Japejú Thompson Esteves - colunista da revista e Chefe do Departamento de Coordenação e Inspeção da Secretaria Nacional de Organização Política (SNOP) da AIB<sup>29</sup>.

É possível contemplar a ideia de Joana Maria Pedro de que as relações e tarefas (aqui pensadas como missão) do feminino só importam quando atingem o masculino<sup>30</sup>, isto porque essas mulheres só alcançaram a esfera mercadológica de trabalho quando cumpriram com suas obrigações de respeito e manutenção do seu lar. Coincidentemente com uma lonjura de quase cinco décadas, essas relações são as mesmas destacadas pela autora quando se refere à cidade de Desterro/Florianópolis no fim do século XIX e início do XX, por serem pautadas pelo vínculo de mulher como mães, esposas e filhas (ou mesmo irmãs, na menor das ligações), seguindo papéis normativos e preestabelecidos socialmente para tais. É imaginável que buscassem a força feminina dentro de um movimento que se coloca sendo híbrido social e culturalmente, como também que as mulheres foco da revista estivessem contempladas nas seções de fofoca, de moda e de maternidade. Ainda que no Brasil essas questões estivessem se dando sob o movimento feminista de primeira onda, “centrado na reivindicação dos direitos políticos [...], nos direitos sociais e econômicos”<sup>31</sup> às mulheres, o que não necessariamente se espera é que também estivessem voltadas a essas mulheres as seções da luta do movimento integralista em si, o embate direto de forças; ou ao menos, que não estivessem ligadas a essas duas funções. Ou seja, uma dualidade identitária feminina que se autocomplementa.

26 ANAUÊ!: Revista Mensal Ilustrada. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, jan 1935.

27 Idem, v.1, n.2, maio 1935.

28 Idem v.1, n.3, ago. 1935.

29 PINTO, Marcos Rogério. **O perfil feminino no integralismo no Brasil pela revista Anauê!: o pertencimento à família integralista.** 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016. p. 25.

30 PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas:** uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

31 PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, n. 24, p. 79.

Elementos voltados ao privado podem ser percebidos, por exemplo, no trecho selecionado de “O papel da mulher na causa integralista”, escrito por Pedro Baptista, homem e chefe provincial da Parahyba:

A campanha integralista é de fato uma campanha pedagógica. E quem, neste quartel, competirá em ternura e intuição com as nossas patrícias para marcar fundo [...] [às] verdades [...] afirmadas nas nossas diretrizes?. A mulher exemplo [...] demonstra possuir faculdades perceptivas muito mais aperfeiçoadas que o homem. Daí seu papel na educação do próprio homem. [...] As mães, as esposas, as irmãs, [...] ao qual elas se estão entregando intrepidamente [ao movimento] porque perceberam nele o sentido da brasilidade<sup>32</sup>.

Também podemos observar essa naturalização do compromisso materno à mulher e o seu apreço por tal no apelo ao crescimento da natalidade na Itália fascista direcionado ao gênero feminino<sup>33</sup>. Essa função materna é enaltecida numa tentativa de vincular essa relação ao poder, pois “a mão que embala o berço governa o mundo”<sup>34</sup>. Ou seja, para o movimento integralista brasileiro, existe um vínculo indissociável da mulher com o homem, o qual atinge seu ápice no papel de mãe e deve ser manifestado com zelo e aprimorado os dons ‘naturais’ da mulher na criação de seus/as filhos/as. Como observou Gustavo Pontes, analisando as páginas de outro periódico integralista, o *Flamma Verde*, os escritos “apoiavam uma concepção de mulher tradicional socialmente construída, o ideal de esposa e mãe”<sup>35</sup>. Ao analisar especificamente as biografias de Catharina II e Christina da Suécia divulgadas na coluna “Bibliographia” pelo *Flamma Verde*, o autor aponta a mesma associação das mulheres “com questões pessoais e do âmbito privado” que percebemos no texto “O papel da mulher na causa integralista”. A questão apontada é como as mulheres, “mesmo atuantes no meio político, ‘chamam a atenção’ para um possível leitor a partir de elementos de sua vida pessoal e não por suas ações”<sup>36</sup>.

Ao mesmo tempo, percebe-se, nos números da *Anauê!* analisados, como os cargos de chefia ocupados por mulheres eram ressaltados pela revista, talvez para fazer crer que era possível à mulher atingir o âmbito público, e não restringir-se ao privado. Em outros espaços da revista, são apresentadas imagens de mulheres militantes em passeatas em Santa Catarina e

32 **ANAUE!**: Revista Mensal Ilustrada. Rio de Janeiro, v.1, n.2, maio 1935.

33 A criança na Itália fascista. **Anauê!**: Revista Mensal Ilustrada. Rio de Janeiro, v.1, n.2, maio 1935.

34 Missão da mulher brasileira. **Anauê!**: Revista Brasileira Ilustrada. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan. 1935.

35 PONTES, Gustavo Tiengo. **Das páginas de “Flamma Verde”**: educação e sociabilidade no periódico integralista “Flamma Verde” em Florianópolis entre 1936 e 1938. Dissertação no Curso de História da UDESC, 2016, p. 109-10.

36 Idem, p. 194.



outros estados, sempre organizadas dentro do movimento integralista. Segundo estudo de Simões e Gonçalves nas páginas do jornal integralista *A Offensiva*, as mulheres ocupavam um espaço para além das funções femininas integralistas nos setores de assistência social, saúde e educação<sup>37</sup>, mas também tinham um dever político, atuando como militantes pelo movimento a partir das funções estabelecidas pelo Departamento Nacional Feminino<sup>38</sup>.

Não à toa, essas mulheres militantes recebiam uma educação para seu engajamento político, colocado por Simões e Gonçalves como tríade da “educação integralista feminina, ou seja, a educação intelectual, física e moral da mulher”<sup>39</sup>. Esse é o enclave do papel feminino: ela, mulher integralista, deveria ser útil no lar, cumprir seu papel na educação de suas crianças e buscar sua cultura, com ‘vida conjugal exemplar’ - para não “perder a fé, o pudor, e o recato feminino”<sup>40</sup> - mas também ser tão heroína, brava e audaciosa nas lutas políticas quanto Anita Garibaldi, referência constante nas páginas da revista. A referência à Garibaldi, “no recesso do lar, meiga e carinhosa, firme e decidida no campo de luta”<sup>41</sup> sintetiza tal enclave.

### Considerações finais

Tendo estabelecidas as relações da AIB com suas *blusas-verde*, percebe-se, a partir desta breve análise, que a figura feminina dentro do movimento integralista envolvia-se na real função de homogeneização do papel da mulher dentro da sociedade brasileira, para em um segundo momento, controlar suas ideias, vontades e discursos no âmbito político social, fortalecendo a família como instituição. A representação integralista do feminino, que tinha por objetivo “divulgar, em linguagem acessível a todos, a doutrina integralista [...] [pregando] pela revolução da família”<sup>42</sup>, foi circulada através das palavras de ordem da mulher ‘meiga’ e ‘corajosa’, ‘diligente’ e ‘do lar’, ‘sagrada’ e ‘audaciosa’. Esses adjetivos condutores da mulher ideal integralista, presentes nas páginas da *Anauê!* sob as relações de mãe e esposa, ainda reverberam no tempo presente na representação da mulher como “bela, recatada e do

37 GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. In. CRUZ, Natalia dos Reis (Org.). **Ideias e práticas fascistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 67.

38 O Departamento Nacional Feminino, composto pelas divisões de Expediente, Cultura Physica, Educação, Estudos e Ação Social, compreendia a Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (SNAFP) da AIB (Idem, p. 67-68).

39 GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. In. CRUZ, Natalia dos Reis (Org.). **Ideias e práticas fascistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 63.

40 CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999, p. 61.

41 A criança na Itália fascista. **Anauê!**: Revista Mensal Ilustrada. Rio de Janeiro, v.1, n.2, maio 1935.

42 **ANAUE!**: Revista Mensal Ilustrada. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan. 1935.



lar”. É inviável pensar qualquer libertação da mulher compreendendo a tripla jornada de trabalho das mulheres no capitalismo<sup>43</sup> (trabalho fora de casa, o trabalho doméstico e o trabalho materno/educação). Não há liberdade financeira que livre a mulher enquanto são mantidos sob sua responsabilidade os afazeres reprodutores, educacionais e domésticos – e segundo os integralistas, são função “natural” da mulher.

## Referências

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FÁVERI, Marlene de. Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. **Esboços**, v.16, n.22, p. 91-109. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2009v16n22p91/16326>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

**Frente Integralista Brasileira**. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=778&vis=>>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. A Autoridade do Passado. *In*: \_\_\_\_\_. **A farra do boi. Palavras, sentidos, ficções**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. p. 113-141.

GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. Nem só mãe, esposa e professora: os múltiplos campos de atuação da mulher militante integralista. *In*: CRUZ, Natália dos Reis (Org.). **Ideias e práticas fascistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 61-81.

HALL, Stuart Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

KOLLONTAI, Alexandra. **O Comunismo e a Família**. Barcelona: Ed. Marxista, 1937. Disponível em: <[https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com\\_fam.htm](https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2018.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. *In*: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

\_\_\_\_\_. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, n. 24, p. 77-98, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

---

43 KOLLONTAI, Alexandra. **O Comunismo e a Família**. Barcelona: Ed. Marxista, 1937.



PINTO, Marcos Rogério. **O perfil feminino no integralismo no Brasil pela revista Anauê!:** o pertencimento à família integralista. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1524/1/PINTO.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

PONTES, Gustavo Tiengo. **Das páginas de “Flamma Verde”:** educação e sociabilidade no periódico integralista “Flamma Verde” em Florianópolis entre 1936 e 1938. 2016. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/151/gustavo\\_tiengo\\_pontes\\_dissertacao.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/151/gustavo_tiengo_pontes_dissertacao.pdf)>. Acesso em: 08 fev. 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/71721/40667>>. Acesso em 15 nov. 2018.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. *In:* \_\_\_\_\_. **Os alemães no sul do Brasil:** cultura, etnicidade, história. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 61-95, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v25n50/28274.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder:** o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas. Criciúma: EdiUNESC/EdiPUCRS, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

## Fontes

**ANAUE!:** Revista Mensal Ilustrada. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan. 1935.

**ANAUE!:** Revista Mensal Ilustrada. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, mai. 1935.

**ANAUE!:** Revista Mensal Ilustrada. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, ago. 1935.

O Integralismo em Blumenau (Histórico e estatísticas). **Congresso Regional das Províncias do Sul (7-8 de outubro de 1935)**, Blumenau: Typ. Barumgarten, 1935.



Retratos da mulher integralista nas páginas da revista Anauê! (1935-1937) - Isa Maria Moreira Liz

Recebido em 05 de julho de 2018.

Aceito para publicação em 14 de maio de 2019.





## **ESTUDOS**

## **A Revolução Federalista em Santa Catarina: uma análise através da ótica microhistórica**

*The Federalist Riograndense Revolution in Santa Catarina: a microhistorical approach*

Vitória Ferraz Lozado<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo busca discutir acerca do conflito armado entre federalistas e republicanos que se desenrolou no sul do Brasil alguns anos após a queda da monarquia. O objetivo principal deste estudo é dar destaque às experiências vivenciadas pela população da serra catarinense durante o período em que os revoltosos guerrilhavam em Santa Catarina. Para tal, foi realizada uma análise micro-histórica, em conjunto com uma perspectiva “vista de baixo”, de um processo crime que tramitou na comarca de Lages no ano de 1894, alguns meses depois da desocupação forçada dos federalistas da capital do Estado, a qual estava em poder dos revoltosos desde fins do ano anterior.

**Palavras-Chave:** Revolução Federalista; Santa Catarina; Micro-história; Crime.

**Abstract:** This article aims to discuss about the armed conflict between federalists and legalists that unfolded in southern Brazil a few years after the fall of the monarchy. The main goal of this study is to give prominence to the experiences of the population that inhabited Santa Catarina Mountain Range during the time in which the rebellious fought in the region. For that, a microhistory analysis was performed, alongside a “history from below” perspective, on a judicial crime process that proceeded on the county of Lages in the year 1894, a few months after the forced eviction of federalists from the state capital, which had been in the hands of the rebels since the end of the previous year.

**Keywords:** Federalist Riograndense Revolution; Santa Catarina; Microhistory; Crime.

### **Introdução**

O presente artigo foi elaborado a partir de uma tentativa de elucidar um fragmento da história catarinense que não é discutido com muita frequência dentro dos círculos acadêmicos e que não aparece de forma relevante nos currículos escolares. A principal preocupação ao constituir este trabalho foi a necessidade de trazer questionamentos que até então não foram levantados pela historiografia local, majoritariamente ligada à uma História Tradicional. Utilizou-se como fonte historiográfica um processo judicial, que por sua natureza concede ao pesquisador uma perspectiva mais cotidiana do período histórico analisado, apesar de não suprir completamente todas as necessidades da pesquisa, por ser único.

A escolha do tema da Revolta Federalista em Santa Catarina teve como premissa inicial extravasar a falsa ideia de que esta revolução ficou reservada ao Estado do Rio Grande

---

<sup>1</sup> Estudante de graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: vilozado@gmail.com

A Revolução Federalista em Santa Catarina: uma análise através da ótica microhistórica - Vitória Ferraz Lozado do Sul. Santa Catarina foi palco de inúmeros conflitos entre federalistas e republicanos – também chamados de legalistas. Inclusive, Nossa Senhora do Desterro, a capital do Estado, foi tomada pelos revoltosos em 1893 e transformada em Capital do Governo Provisório, por conta de sua posição geográfica estratégica. Esses combates em território catarinense afetaram profundamente a vida cotidiana dos habitantes de muitas de suas cidades, os quais passaram a experimentar um constante estado de violência e medo.

É essa realidade cotidiana, escondida e esquecida pela historiografia tradicional, que se tentou trazer à tona ao longo deste trabalho, por meio de uma ótica microhistórica das realidades do povo comum em meio à situação de guerra. Para que isto fosse realizado da melhor forma possível, o artigo foi dividido em três subtópicos que objetivam contextualizar a revolta, discutir a historiografia existente sobre a temática e analisar a fonte histórica escolhida, um processo crime do ano de 1894 que tramitou na comarca de Lages.

### **Contextualização da Revolta**

A passagem do modo monárquico de governo para a instauração de uma república no Brasil se desenrolou em meio a uma grave crise no âmago do sistema imperial, agravada por uma série de circunstâncias externas. Primeiramente, a segunda metade do século XIX foi caracterizada pela inserção do exército brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870), conflito no qual uma grande quantidade de soldados participara com a promessa de benefícios quando retornassem ao país vitoriosos. Entretanto, o fim da guerra trouxe apenas desapontamentos para os combatentes que sobreviveram, pois estes não receberam o que lhes havia sido prometido. Pelo contrário, passaram a viver cada vez mais precariamente nas grandes capitais. Associado a isso, a monarquia perdia gradativamente o apoio de setores influentes da sociedade, como os cafeicultores do Oeste Paulista e do Vale do Paraíba, que acreditavam não haver por parte do governo um esforço para modernizar o Império. Além disso, o monarca se encontrava doente e uma questão dinástica se punha em cena com a possibilidade da princesa Isabel – casada com Conde d'Eu – ascender ao trono, o que desgostava grande parte dos fazendeiros escravistas e da sociedade em geral, desagradada com a figura do marido estrangeiro da princesa.<sup>2</sup>

Uma outra corrente historiográfica, representada aqui por Maria Helena Souza Patto, defende que não foram estas as razões para a sublevação do regime republicano sob a ordem monárquica. Segundo Patto, a queda do regime foi, acima de tudo, resultado de uma cisão

---

2 NEVES, 2003, p. 29.

A Revolução Federalista em Santa Catarina: uma análise através da ótica microhistórica - Vitória Ferraz Lozado dentro da classe dominante, representada pelas oligarquias tradicionais dos senhores de engenho do Nordeste e dos barões de café do Vale do Paraíba e pelas novas oligarquias dos cafeicultores do Oeste Paulista. Os primeiros detinham enorme poder político, enquanto os últimos possuíam papel central na economia<sup>3</sup>. Levando em conta a divergência entre ambas as perspectivas, o desfecho foi o mesmo, no dia 15 de novembro de 1889 foi proclamada a instalação de uma nova forma de governo por meio de um golpe político-militar.

Seguidamente a isso, um governo provisório foi estabelecido com o intuito de manter a ordem pública e organizar uma Assembleia Constituinte, a qual foi promulgada em 1891, após terem sido realizadas eleições para o Congresso no ano anterior. A primeira constituição brasileira introduziu como novidade no país o direito ao habeas corpus, instrumento de vital importância para a cidadania, entretanto, ela também definiu uma cláusula pétrea que proibia quaisquer tentativas de restaurar a monarquia. Essa disposição abria caminho para que toda e qualquer oposição ao governo pudesse ser perseguida com a acusação de haver tentativas de restabelecimento do regime monárquico. Isso em parte ocorreu com o movimento revolucionário federalista, como veremos melhor adiante<sup>4</sup>.

Nesse contexto, tomava posse no Rio Grande do Sul o candidato republicano Júlio de Castilhos que, ao promulgar uma constituição estadual baseada fortemente nos princípios positivistas de ordem e progresso e de priorização do social sobre o individual, mergulhou a organização do Estado em crise, a qual foi aprofundada com a renúncia de Deodoro da Fonseca do governo central e o conseqüente abandono de Castilhos do cargo estadual<sup>5</sup>. Em janeiro de 1893, o governador gaúcho reassumiu o cargo com a promessa de salvar a República dos federalistas – que tinham tomado o poder estadual após a renúncia do mesmo –, entretanto, poucos meses depois, os grupos revoltosos armados invadiram o Rio Grande do Sul através das fronteiras com a Argentina e o Uruguai com o propósito de enfrentar as tropas republicanas<sup>6</sup>.

A partir deste momento de enfrentamento entre os dois grupos políticos antagônicos que disputavam a hegemonia do Estado gaúcho, Castilhos se aproximou de Floriano Peixoto com o intuito de receber apoio militar, noticiando ao presidente que os revoltosos procuravam restabelecer a antiga monarquia. Causa esta que não era defendida pela maioria dos revoltos, que buscavam instaurar uma república parlamentarista liberal com um forte poder central. A alcunha de restauradores se dava principalmente por conta de os líderes da revolta estarem

---

3 PATTO, 1999, p. 168-169.

4 FLORES, 2003, p. 54-55.

5 Idem, p. 72; 84.

6 Idem, p. 74.

A Revolução Federalista em Santa Catarina: uma análise através da ótica microhistórica - Vitória Ferraz Lozado ligados às oligarquias dominantes do Rio Grande do Sul, que com a instauração da República foram desalojadas do poder, perdendo privilégios e status<sup>7</sup>.

Santa Catarina passou a compor o cenário do conflito entre federalistas e legalistas a partir do momento em que se desenrolou no Rio de Janeiro a Revolta da Armada. Integrantes da Marinha carioca, antigo reduto monarquista, passaram a ser forte oposição ao governo de Floriano Peixoto – principalmente por conta da força do exército dentro do governo, o que os excluía, quanto pela reforma constitucional aprovada que permitia que Peixoto se tornasse presidente, sem convocar novas eleições. Essa situação resultou em grandes ataques por parte do governo à líderes da Armada, acarretando na eclosão de uma revolta em setembro de 1893. No mesmo mês, as tropas federalistas do sul tomaram conhecimento da revolta que ocorria na capital do país e passaram a se deslocar para o norte com o objetivo de chegar à São Paulo, onde acreditavam que aglutinariam os dois grupos antiflorianistas e retirariam do poder Floriano Peixoto<sup>8</sup>.

No período em que os federalistas atingiram o território catarinense, no final de 1893, estes em conjunto com membros que participavam da Revolta da Armada tomaram a capital do Estado, Nossa Senhora do Desterro, onde estabeleceram um Governo Provisório, declarando desanexado o Estado de Santa Catarina do Governo da União enquanto Floriano Peixoto continuasse na administração federal<sup>9</sup>. Os objetivos principais para a instauração deste novo governo em Desterro eram, além de dar segurança aos federalistas catarinenses e revolucionários antiflorianistas, o de conseguir apoio internacional. Pretendia-se que o Uruguai e a Argentina reconhecessem o estado de beligerância em que se encontrava o Brasil e parassem de vender armamentos para o Governo do Rio de Janeiro, que os usava para combater os revoltosos<sup>10</sup>.

## **Historiografia**

A exposição geral dos acontecimentos acerca da Revolução Federalista sucedida acima deixa de fácil percepção ao leitor de que se trata de uma história tradicional, nos moldes de Peter Burke. Primeiramente, é completamente política, não abrindo espaço para que outras questões apareçam de forma destacada. Segundo, é delineada como uma forma narrativa

---

7 DA SILVA, 2013, p. 1-2.

8 FLORES, 2003, p. 67-69; 76.

9 CORRÊA, 1990, p. 74.

10 Idem, p. 79.

A Revolução Federalista em Santa Catarina: uma análise através da ótica microhistórica - Vitória Ferraz Lozado  
cronológica pela qual os fatos vão sendo revelados de maneira sequencial, como se estivessem se desencadeando no ritmo que o outro se conclui. Por último, se insere no que denominamos como uma “história vista de cima”, ou seja, em que somente se sobressai a agência de estadistas, homens de elite e militares<sup>11</sup>.

Apesar da História Tradicional ser essencial para que se contextualize a temática aqui discutida, é preciso destacar que esta forma de escrita da História não é, e muito menos deve, ser a única, pois é limitada e não permite que o historiador explore outras questões e formas de analisar as mais diversas fontes históricas. Nesse contexto específico da revolta que se desenrolou nos estados do sul do Brasil a partir de 1893, a historiografia encontrada referente ao tema está, em sua grande parte, inserida dentro da lógica da História Tradicional, com uma completa perspectiva advinda da história política e grande enfoque nas figuras dos líderes republicanos Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos e os líderes federalistas, Gaspar da Silveira Martins e Gumerindo Saraiva.

Não foram encontradas, durante o período de ajuntamento de bibliografias para a pesquisa, obras referentes ao contexto em questão que abordassem o objeto de estudo através da ótica micro-histórica ou de uma história “vista de baixo”. Ambas, em conjunto com outras inúmeras perspectivas de análise, fazem parte do que foi denominado por Peter Burke de Nova História. Esta alcunha teórica-metodológica proporcionou que historiadores abordassem temáticas fora da história política, como por exemplo, a história do cotidiano, e que se utilizassem outros pontos de vista para analisar determinados objetos de estudo. A história “vista de baixo”, que será instrumentalizada neste artigo, tem como proposta uma observação e questionamento das fontes que tomam como pressuposto a agência dos “homens comuns”, ou seja, o enfoque se dá nos sujeitos históricos que até então estavam apagados da historiografia tradicional.

A micro-história, gênero historiográfico que surgiu na Itália nos anos 1970 com autores como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, tem como proposta uma redução da escala de análise do objeto, que permite uma investigação mais minuciosa e intensa deste. Utilizar-se dessa abordagem significa, segundo José Carlos da Silva Cardozo, buscar “compreender trajetórias, práticas sociais, um crime, ou outro fenômeno (fragmento social) que o investigador avalie como esclarecedor da questão (problema) que se impõe”<sup>12</sup>. Essas características da micro-história facilitam a análise de processos judiciais, categoria a qual, como exposto anteriormente, será utilizada como fonte primária neste estudo.

---

11 WOLFF, 2009, p. 53.

12 CARDOZO, 2011, p. 39.

## O crime de Vidal José Pereira de Andrade

A escolha de trabalhar com fontes judiciais permite que uma análise mais aprofundada do cotidiano das pessoas comuns possa ser realizada, principalmente ao aliar-se à uma perspectiva micro-histórica. Os processos judiciais ao serem utilizados como fonte primária de uma pesquisa histórica possibilitam um “trânsito entre dois domínios; entre o mundo jurídico e um plano externo a esse discurso específico”. Levando isso em conta, a fonte selecionada para a construção deste artigo foi um processo criminal, pois este também oportuniza “reconstituir aspectos do cotidiano de uma população normalmente marginalizada dos feixes oficiais do poder”<sup>13</sup>, objetivo central deste trabalho.

Este processo crime tramitou na comarca de Lages no ano de 1894, mais especificamente no mês de junho. O réu de nome Vidal José Pereira de Andrade foi acusado de assinar um homem negro de nome Hilário – este havia sido um antigo soldado das tropas de Gumercindo Saraiva, famoso líder federalista. Além do crime de homicídio, o acusado estava sendo investigado por “ameaça a ordem pública”. De acordo com os testemunhos e a acusação, Andrade estava há algum tempo recrutando pessoas para perseguir, prender e matar federalistas que, supostamente, o queriam morto. O recrutamento ocorria com a declaração de Andrade de que este estava agindo sob mando do interventor no Estado, Antônio Moreira Cesar. Por conta do agrupamento de pessoas, estes também estavam sendo acusados de roubar animais de propriedades privadas para seu sustento, além de carregar consigo várias bombas de dinamite.

O réu tinha 46 anos, era filho de um capitão do exército e havia nascido em Santa Catarina. Sua profissão era de criador de animais. De acordo com seu testemunho, ele havia fugido para o Paraná no começo de 1894 por estar sendo perseguido por federalistas que o queriam morto. Em junho do mesmo ano, Vidal retornou ao território catarinense e passou a recrutar algumas pessoas porque, de acordo com o mesmo, um grupo federalista ainda permanecia na região e sua vida estava em risco. Portanto, ao recrutar estas pessoas – 3 civis e 4 soldados, alguns de forma compulsória, outros voluntariamente –, o réu passou a perseguir os federalistas com intenção de prendê-los ou matá-los, antes que estes fizessem consigo o mesmo.

É preciso destacar que no período de instauração do processo crime em que foi acusado Andrade, em junho de 1894, os federalistas já não levavam mais vantagem sobre os republicanos. O Cerco da Lapa, ocorrido no começo do mesmo ano, foi a maior derrota do

---

13 ROSEMBERG; SOUZA, 2009, p. 160

A Revolução Federalista em Santa Catarina: uma análise através da ótica microhistórica - Vitória Ferraz Lozado

grupo revoltoso até então, o que enfraqueceu o movimento. Em vista disso, nesse momento, as forças federalistas e legalistas se utilizavam principalmente de jornais para desenvolver uma guerra de opiniões, concomitantemente à guerra militar, como forma de buscar legitimação social à sua causa, fosse ela republicana ou revolucionária<sup>14</sup>. O discurso legalista buscava de toda a forma se eximir de qualquer responsabilidade quanto à deflagração do movimento revolucionário, culpando a desordem causada pelos federalistas como a responsável pelos atos de violência praticados pelos republicanos, que só tinham como interesse proteger a República<sup>15</sup>

Não foi um assassinato o fato cometido no dia onze de junho do corrente ano, e sim um ato meramente militar e digno de elogio. Por ventura poderá negar-se a qualidade de soldado ao cidadão que em defesa das instituições republicanas pega em armas e se une com corpo e alma àqueles consortes, que com o seu nobre sangue cobriram as pegadas dos vândalos mercenários, que desde Bagé até Castro, desde Dom Pedrito até Itajaí enxovalhando a gloriosa bandeira da Ordem e Progresso, finalmente tentaram roubar à Nação Brasileira a honrosa herança dos inolvidáveis Benjamim Constant e Manoel Deodoro da Fonseca?

[...] São assassinatos as mortes cometidas pelos bravos cidadãos patriotas, que com grande maioria formam a invicta Divisão do Norte, que sempre foi o terror dos torpes invasores?

[...] Não deveria cada cidadão brasileiro por conta própria naquela época ir à caça destes vândalos, afim de evitar assim a maldade que hoje estamos ameaçados?<sup>16</sup>

Estas citações foram escritas pelo advogado de defesa do réu Vidal José Pereira de Andrade na apelação que este fez ao Superior Tribunal de Justiça ao discutir sobre a acusação de assassinato do ex-soldado federalista Hilário. É possível perceber o quão forte era a noção de justificação da violência como algo correto quando se tratava dos federalistas e de sua ameaça à República. Como citado no primeiro subtópico, a opinião pública influenciada pelos republicanos construiu um estigma ao redor da luta revolucionária dos federalistas, de que estes buscavam restaurar a monarquia. O que realmente estava em jogo no momento eram questões mais centrais, a deposição de Floriano Peixoto e a instauração de uma república federalista parlamentar. É relevante também destacar que isso não significa que não houvesse dentro do movimento revolucionário aqueles que buscavam restaurar seus privilégios, perdidos com a queda do Império.

---

14 ABREU, 1993, p. 31

15 Idem, p. 33

16 Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Comarca de Lages. Sumário Crime de Morte. Vidal José Pereira de Andrade; Hilário. 1894. p. 48.



A violência, tornada naturalizada entre os combatentes, atingia todos os setores da sociedade, incluindo as pessoas que não participavam ativamente do conflito. Muitos eram os casos de estupros, degolamentos, invasões de propriedades e roubos registrados no período de guerra entre federalistas e legalistas<sup>17</sup>. Como resultado dessa situação, pode-se inferir que os moradores da região de Lages que foram recrutados por Andrade tinham seus próprios motivos para se juntarem voluntariamente à uma missão de perseguição à federalistas. Uma destas razões pode ser exemplificada pelo seguinte testemunho de José Francisco da Costa Mattos, artista de 37 anos de idade, “[...] foi intimado pelo sargento Júlio Cesar, por ordem do Capitão Vidal José Pereira de Andrade, a acompanhá-lo em serviço do Governo, ganhando dois mil réis por dia”<sup>18</sup>.

O testemunho acima foi o único encontrado ao longo do processo em que ao recrutado foi oferecido retribuição em dinheiro, entretanto não foi o único a quem Andrade se utilizou do discurso legalista de estar cumprindo ordens do Governo republicano para convencer o recrutado de que este não tinha escolha. Este testemunho em específico permite que pressuponhamos como as pessoas comuns que se achavam envolvidas de uma forma ou outra em assuntos que lhes eram alheios – no período havia um desligamento da população comum de questões da política nacional – possuíam agência mesmo em situações aparentemente compulsórias<sup>19</sup>.

### **Considerações finais**

Ao longo deste artigo buscou-se realizar um levantamento inicial da presença da Revolução Federalista no território catarinense em fins do século XIX e seu impacto nas vivências da população comum. É importante ressaltar que a utilização de apenas uma fonte primária para a construção da pesquisa – por conta do pouco tempo de análise – não abriu muito espaço para uma investigação mais profunda acerca da temática proposta. Para uma futura pesquisa ou aprofundamento desta, seria interessante que mais fontes do período fossem acessadas, o que deixaria o pesquisador mais livre para traçar sinais, semelhanças e diferenças entre casos judiciais, que proporcionariam a montagem de um cenário mais completo do cotidiano catarinense nos primeiros anos da república.

### **Referências**

---

17 TJSC, Lages, 1894, p. 16.

18 TJSC, 1894, p. 15

19 NEVES, 2003, p. 15

ABREU, Luciano A. A Revolução Federalista: a versão republicana. In: FLORES, M. (org.). **1893-95: a Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 27-34.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Militares e civis num governo sem rumo: o Governo Provisório revolucionário de Desterro 1893-1894**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Ed. Lunardelli, 1990.

CARDOZO, José Carlos da Silva. Reflexões sobre a abordagem macro e micro na história. **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 11, n. 28, 2011.

DA SILVA, Ernani. A grande jornada de Gumerindo Saraiva, o Napoleão dos Pampas, na Revolução Federalista de 1893. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 12, n. 1, 2013.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 46-88.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15-44.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos avançados**, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Notas sobre o uso de documentos judiciais como fonte de pesquisa histórica. **Patrimônio e Memória**, 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**, v. 3, n. 1, p. 52-61, 2010.

## Fontes

Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Comarca de Lages. Sumário Crime de Morte. Vidal José Pereira de Andrade; Hilário. 1894.

---

Recebido em 05 de novembro de 2018.

Aceito para publicação em 14 de maio de 2019.

**O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923)***The dawn of cinema on the coast of Santa Catarina: the case of the Josephense League (1910-1923)*

Gustavo Henrique Shigunov

gustavoshig@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

**Resumo:** O presente artigo busca entender como o cinema se desenvolveu no litoral catarinense nas duas primeiras décadas do século XX, em especial, na cidade de São José. Para isso, analisaremos fontes de jornais, atas de reuniões e as atividades da associação católica denominada *Liga Josephense* que esteve presente entre os anos de 1910 a 1923. Outro ponto de destaque, é compreender como a *Liga* através de sua rede de contatos nas mais variadas esferas da sociedade, utilizou do cinema para obter lucro e grande prestígio social, entendendo que a mesma estava inserida em uma conjuntura maior que o ambiente local.

**Palavras-chave:** Cinema; São José-SC; *Liga Josephense*.

**Abstract:** This article seeks to understand how cinema was developed in the Santa Catarina coast in the first two decades of the twentieth century, especially in the city of São José. For this, we will analyze newspaper sources, meeting minutes and the activities of the Catholic association denominated *Liga Josephense* that was present between the years of 1910 to 1923. Another important point is to understand how the League through its network of contacts in varied layers of society, used cinema to obtain profit and great social prestige, understanding that it was inserted in a bigger conjuncture than the local environment.

**Keywords:** Cinema; São José-SC; *Liga Josephense*.

**Introdução**

O debate sobre o *nascimento* do cinema é tão antigo quanto a própria sétima arte, e que, como qualquer mito da origem, além de gerar debates e polêmicas, revelam a necessidade de um marco inaugural como ponto de partida para uma cronologia linear, calcada em uma concepção clássica de história<sup>1</sup>. O *early cinema*<sup>2</sup> está dividido em dois momentos. O primeiro (1894-1908), não narrativo e caracterizado por produções artesanais sem preocupação com a estética ou os

---

1 Na historiografia brasileira especializada no debate cinematográfico, a discussão sobre a origem do cinema internacional e nacional, suas características e peculiaridades, está centrada nos “clássicos”: VIANY, Alex. **Introdução ao cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959; ARAUJO, Vicente de Paula. **A bela Época do cinema brasileiro**. S. Paulo: Perspectiva, 1976; GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; BERNARDET, Jean-Claude. **Historiografia clássica do cinema brasileiro: metodologia e pedagogia**. São Paulo: Annablume, 1995. Mais recentemente temos os artigos e livros de Arthur Autran que buscam alternativas à historiografia tradicional.

2 Para mais detalhes dos filmes e todo o universo tangente ao chamado primeiro cinema em contexto internacional, ver a obra: COSTA, Flávia Cesarino. **O primeiro cinema: espetáculo, narração, domesticação**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov elementos da narrativa<sup>3</sup>. O segundo momento (1908-1915) é composto por crescentes composições narrativas e pelo modo – ainda que incipiente –, industrial que as produções já estavam sendo produzidas.

Os autores que discutem a história do cinema reiteram que as “imagens em movimento” eram um espetáculo inserido em conjunto com outras formas de diversão, como as feiras de atrações nas ruas, circos e espetáculos populares. Reservados a uma marginalidade diante das formas tradicionais de entretenimento em primeiro momento, as exibições aconteciam no círculo das camadas baixas, em locais de diversão popular como bares, salas de concerto e salões. Esse período também é marcado por constantes transformações nas práticas e estratégias de exibições, comercialização dos filmes e pela falta de aparato institucional regulador, dando maior liberdade no processo criativo dos cineastas.

O início do cinema no Brasil se dá por volta dos anos de 1896 e 1898, onde as primeiras exibições e metros de película virgem começavam a embarcar em território nacional mais especificamente na capital, Rio de Janeiro. Os primeiros anos já revelavam os problemas que acompanhariam o desenvolvimento do cinema no país nas décadas seguintes: poucas salas fixas de projeção, falta de materiais e equipes especializadas além das inconstâncias na distribuição elétrica das cidades. Em Santa Catarina, as exibições começaram por volta do ano 1900 através de projeções ambulantes. Os exibidores eram viajantes que perambulavam em bares, salões, teatros ou em atrações circenses de diversas cidades, disseminando o mais novo entretenimento do século<sup>4</sup>.

As cidades litorâneas centrais como São José e especialmente Florianópolis que desfrutavam de maior grau de desenvolvimento econômico, tinham como base comercial o comércio de abastecimento interno e a administração pública. A centralidade administrativa da capital fornecia uma estrutura maior de aproximação entre as elites locais e o poder político estadual que advogava por um “processo modernizador” das cidades. Já Blumenau e Joinville apesar da distância com a capital, eram regiões centrais dos recursos econômicos pelo comércio marítimo e possuíam grandes populações em seus entornos<sup>5</sup>. Isso fez com que essas cidades já nas décadas de 1910 e 1920 instalassem seus primeiros cinemas fixos, como detalharemos ao longo

---

3 Um dos gêneros mais populares dessa primeira fase do cinema foram os filmes de viagem ou paisagem. Remontam a meados do século XIX e se assemelhavam muito com palestras ilustradas com imagens fixas ou em movimento. Esse gênero tornou-se amplamente conhecido e popular na Europa com as exibições dos irmãos Lumière que procuravam comercializar imagens de cunho técnico-científico.

4 MATOS, Marcos Fábio Belo. **De Paris a São Luís: o percurso do cinema**. Disponível em: <[www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=2869&cat=Ensaio&vinda=S](http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=2869&cat=Ensaio&vinda=S)> acessado em fevereiro de 2019.

5 Para mais detalhes sobre as atividades econômicas, políticas e culturais no litoral catarinense na primeira metade do século XX, ver: ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov do trabalho, a chegada da sétima arte no Brasil representava um sinal das novas práticas, hábitos e de novos tempos.

As exposições geralmente estavam associadas junto às sociedades ou grupos influentes como é o caso da *Liga Josephense* em São José, que dispunha de prestígio na rede de socialização urbana. As cidades mais afastadas só instalaram salas de cinema décadas mais tarde, portanto, nos anos iniciais, dependiam de exibidores itinerantes, como José Julianelli e Alfredo Baumgarten, que realizavam o “cinema de cavação”, ou seja, faziam do cinema sua principal fonte de renda<sup>6</sup>.

Dividimos esse artigo em quatro tópicos: no primeiro, explanaremos a cerca do início da *Liga Josephense*, quem a criou, seus membros e atividades; logo em seguida, abordaremos brevemente o início do cinema em Santa Catarina com o intuito de evidenciar as circunstâncias germinais das exposições cinematográficas no espaço temporal proposto; na terceira parte, demonstraremos de que maneira e sob quais condições a *Liga* utilizou o cinema na cidade de São José; por último reservaremos a apresentar as considerações finais do trabalho.

### ***A Liga Josephense***

São José na transição do século XIX para o XX era uma cidade que se transformava diariamente. Lidando com múltiplas questões de ordem econômica e social nas mais variadas escalas, desde as constantes intrigas nas agremiações políticas até os mais íntimos detalhes na esfera particular dos indivíduos. A vida cultural tampouco se estagnou, ao contrário do que se convencionava, as redes de sociabilidade dessa nova sociedade “moderna” que lia jornais<sup>7</sup>, folhetins e ia ao cinema, não estava restrita a “ilhas culturais”, mas sim, gozava de uma pluralidade de apropriações” (CHARTIER, 2002, p. 76) de personagens marginalizados da história.

Inserido nesse bojo, em 19 de março de 1910 é fundada a *Liga Josephense*. Com sede na escola paroquial, localizada no centro administrativo de São José, a *Liga* era denominada como um “círculo católico” composta por homens católicos e sempre dirigida por um padre franciscano (cargo que não era passível de troca ou votação). A associação desde sua primeira ata entendia a

---

6 Em sua dissertação de mestrado “**Cinema e história: José Julianelli e Alfredo Baumgarten, pioneiros do Cinema Catarinense**”, José Henrique Nunes Pires discorre sobre as idas e vindas de Julianelli e Baumgarten em território catarinense. Se faz necessário também uma menção ao empresário Walter Mogk, que no de 1941 instala, além da cidade de Blumenau, o Cine Mogk em Indaial, Pomerode e Timbó, sendo figura fundamental para a construção da história do cinema em Santa Catarina. Para mais informações, temos o trabalho de Lorena das Chagas Corrêa e Clóvis Reis **A história do cinema em Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó (SC)**, 2010.

7 Felipe Matos ao escrever sobre desenvolvimento da leitura na cidade de Florianópolis no início do século XX, argumenta que a capital não era uma ilha isolada e alheia aos acontecimentos culturais de seu tempo, pelo contrário, os livros, folhetins, os objetivos textuais circulavam, estabeleciam conexões, geravam grupos e sociedades em torno da cidade. Devido à proximidade e a ampla troca comercial, podemos levar em conta que São José também observou essas trocas e novas práticas, para mais detalhes, ver: MATOS, Felipe. **Uma ilha de leitura**: notas para uma história de Florianópolis através de suas livrarias, livreiros e livros (1830-1950). Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov  
necessidade de instruir – por princípios cristãos – e consolidar a união do povo josefense pelo tripé religioso, social e recreativo<sup>8</sup>.

A criação de associações católicas no início do século XX foi uma resposta da Igreja Católica às mudanças inerentes às novas conjunturas políticas, econômicas e culturais do novo século, esse processo ficou conhecido como romanização<sup>9</sup>. No caso catarinense, as primeiras reações se deram por meio do clero da capital do estado (a criação da Diocese de Florianópolis data do ano 1908), pela difusão da imprensa católica, círculos litúrgicos, congregações religiosas com o intuito de estimular a participação dos católicos especialmente os jovens em todos os níveis societários.

A cada ano era feita a eleição para uma nova diretoria da *Liga*, desde presidente até as funções de bibliotecário e fiscal, apesar da regularidade eleitoral, os nomes ao passar dos anos raramente mudavam. Isso se deve a natureza da associação, dita como uma “função paralela do governo municipal”<sup>10</sup> seus membros eram padres, coronéis, advogados e empresários que dispunham de *status* tanto na esfera local quanto estadual. Característica que sempre foi motivo de preocupação e de constantes esclarecimentos, era preciso deixar claro os objetivos da *Liga*:

É preciso que a população de São José saiba que os interesses por nós almejados, são de cooperarmos para em momento oportuno intercedermos aos poderes constituídos pela estabilidade da séde do município, como principalmente pelos melhoramentos e a prosperidade das Freguezias de S. Pedro de Alcantara e Angelina (...) Como já ficou dito a Liga Josephense não é política<sup>11</sup>.

Isso se fazia necessário para que o público soubesse que não se tratava de uma associação meramente política e com fins eleitorais, mas sim, de uma instituição que além de almejar o progresso da cidade e de suas vizinhanças, buscava trazer diversão e entretenimento para aqueles cidadãos que – obviamente – pudessem pagar. Na prática, a *Liga* tinha de fato seus objetivos políticos e econômicos, não à toa a mesma estar preocupada com “melhoramentos e a prosperidade

8 O levantamento das atas, registros e informações sobre a *Liga* estão disponíveis no arquivo pessoal de Osni Machado em São José, a quem agradeço encarecidamente por ter me recebido em sua casa e cedido diversos documentos que foram fundamentais para realização desse artigo.

9 Foi um processo internacional iniciado no final do século XIX pelo papa Pio IX (1846-1878) que advogava pelo controle da Igreja Católica das práticas sociais e culturais da sociedade moderna. Com a constante urbanização, industrialização e separação de estado e igreja, o episcopado romano a fim de regular e “restaurar” os discursos e práticas católicas de acordo com os preceitos do papa, institucionalizou e criou diversas congregações, grupos jovens, imprensa litúrgica e outros meios de sociabilidade. Esse processo possui diversas perspectivas historiográficas e há pouco consenso quanto a sua definição, para mais detalhes ver: MARIN, Jérri Roberto. **História e historiografia da romanização**: reflexões provisórias. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n. 30, p. 149-169, outubro de 2001.

10 Expressão usada pelos autores: GERLACH, Gilberto. MACHADO, Osni. **São José da Terra Firme**. São José: Clube de cinema Nossa Senhora do Desterro, 2007, p. 150.

11 São José. **O dia**, Florianópolis, 27 de jun. 1916, n. 8320, p. 04. Grafia da época mantida.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov das Freguezias de S. Pedro de Acantara e Angelina” revelando-nos como suas atividades ultrapassavam as fronteiras locais.

Outros exemplos que o poder político era presente na *Liga* são as diversas congratulações à grandes figuras políticas catarinense como Hercílio Luz e Felipe Schmidt<sup>12</sup>, reuniões junto ao Partido Republicano Catarinense<sup>13</sup> e principalmente, o fato de que alguns de seus membros eram ligados ao poder público josefense<sup>14</sup>. Essa aproximação das elites locais com a governabilidade estadual não era por acaso. Utilizando o conceito de governamentalização de Michel Foucault, Norberto Dallabrida demonstra que o estado republicano catarinense passava por um momento de afirmação e modernização<sup>15</sup>.

A tônica era produzir uma sociedade disciplinar, produtiva, educada, com a tutela do estado – organizado e controlado pelas oligarquias estaduais – e pela lógica burguesa de acumulação capitalista ordeira. As elites locais seguiriam a “europeização” dos comportamentos, frequentariam clubes recreativos, esportivos, sociedades culturais e principalmente, participariam das congregações cristãs e apoiariam o Partido Republicano Catarinense<sup>16</sup>. Esse “método” de governo se deu por todo o Brasil no período da primeira república (1889-1930) segundo os preceitos da chamada “política dos estados” ou “política dos governadores” na qual, o poder federal respondia os anseios dos estados e esses últimos negociavam com os municípios, em uma simbiose política.

As estruturas de uma rede de sociabilidade, no entanto, se mostram mais complexas do que um simples acordo. Mesmo na *Liga*, os membros possuíam diferentes funções e cargos, dispunham de distintos contatos. Essas relações complexas de amizade, respeito mútuo ou a contrário, hostilidade e rivalidade podem afetar – como afetou na *Liga* – e alterar o mecanismo de toda essa microsociedade<sup>17</sup>. Nas comemorações dos nove anos de existência da sociedade, o então promotor público de São José e membro da *Liga* Antonio Luiz de Souza Bella Cruz proferiu: “epítetos indecoroso” contra seu inimigo Sr. Carlos Knoll o chamando de “bandido” e “pior dos alemães”, lamentando ainda, que o escandaloso atentado praticado por desordeiros, contra o convento dos

12 Felicitações a Hercílio Luz: **Republica**, Florianópolis, 30 de mai. 1919, n. 195, p. 01. Felicitações ao governo de Felipe Schmidt: **O dia**, Florianópolis, 1 de out. 1916, n. 8415, p. 01; **O dia**, Florianópolis, 6 de mai. 1917, n. 8621, p. 01; **O dia**, Florianópolis, 30 de set. 1917, n. 8770, p. 01; **O dia**, Florianópolis, 5 de jan. 1918, n. 8864, p. 01; **O dia**, Florianópolis, 7 de mai. 1918, n. 9006, p. 01.

13 **Republica**, Florianópolis, 8 de jun. 1920, n. 499, p. 02.

14 Nomes como Pedro Bunn, Eugenio Fagundes de Moraes, Defendente Rampinelli e José Filomeno, citando apenas os últimos membros da diretoria da *Liga*, exerceram cargos de conselheiros, juizes de paz e até de prefeito de São José: **Republica**, Florianópolis, 30 de out. 1922, n. 1194, p. 02.

15 DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o ginásio catarinense na primeira república**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001, p. 60.

16 DALLABRIDA, Op. Cit. p. 61.

17 SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. IN: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. 2 ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 250.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov revmos. frades franciscanos, não tivesse estendido até a casa d' aquelle seu inimigo”<sup>18</sup>. O episódio causou mau estar geral dentro da comunidade josefense, sabe-se que em contexto de Primeira Guerra Mundial, as tensões e ataques com as pessoas de nacionalidade alemã aumentaram exponencialmente<sup>19</sup>, no entanto, não podemos afirmar se o discurso proferido tem alguma relação com esse fato especificamente.

Outrossim, a moralidade cristã sempre esteve inserida nas decisões da *Liga*, uma das propostas apresentadas ao “Sr. Dr. Juiz de Direito” era que a imagem de Cristo fosse colocada na sala do júri do município “Assim, os jurados, no ato do julgamento, votariam suas decisões de acordo com a Lei e com os olhos fitos na imagem do Redentor do mundo”<sup>20</sup>.

Nos dois primeiros anos de existência, às atividades da *Liga* centravam-se fundamentalmente na organização de festas religiosas tradicionais como a de Nosso Senhor dos Passos, Divino Espírito Santo, São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, Santa Filomena e Senhor do Bom fim. Isso conferiu grande prestígio à associação, dado que, as festividades religiosas eram bastante populares em São José, chegando a reunir 4.000 pessoas na principal praça da cidade frente a prefeitura e ao teatro de São José. A *Liga* também participava de festejos e eventos em Angelina, Palhoça, Santo Amaro, Barreiros, Biguaçu e Estreito, isso se deve ao fato, como dito anteriormente, de seus membros serem personagens influentes na esfera político-econômica josefense. Um outro atraente era a própria banda do círculo católico que frequentemente tocavam nos eventos de São José e em festas de sociedade.

Ao tratar da *Liga Josephense* e as promoções de suas atividades, podemos utilizar o conceito de reprodução do *capital social* de Pierre Bourdieu:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...) mas também são unidos por ligações permanentes e úteis<sup>21</sup>.

Essa rede de sociabilidade além de conceber as elites locais estratégias para reprodução de suas situações financeiras, gerariam um ganho cultural, um capital social que os diferenciava dos

18 São José. **O estado**, Florianópolis, 16 de mai de 1919, n. 1206, p. 02. Grafia da época mantida.

19 Para mais detalhes ver: PIRES, Livia Claro. Os inimigos da nação: a liga brasileira pelos aliados e os discursos sobre o “perigo alemão” durante a grande guerra (1915-1919). Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, jan./jun. 2015, p. 61-80

20 Consta na Ata de reuniões da *Liga Josephense* do dia 15 de abr. 1917. Consultada nos acervos pessoais de Osni Machado.

21 NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (org.) **Pierre Bourdieu**: escritos de educação. 9ed, Petrópolis: Vozes, 2007, p. 67.





O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov

demais segmentos societários. Essa manutenção e reprodução da distinção se daria pelo pertencimento a clubes sociais, cultura literária, cinematográfica<sup>22</sup>, prática de esportes e pela educação privilegiada. É necessário, portanto, nos atentarmos às minúcias do *jogo de escalas*, ou seja, perceber como os níveis de observação do historiador – ora nos níveis locais, noutros em superfícies maiores – se integram e dialogam a um verdadeiro quebra-cabeça, em que cada parte representa uma característica em relação ao todo<sup>23</sup>. A seguir, trataremos sobre como o cinema está inserido nesse jogo. É oportuno preliminarmente, espacializarmos o terreno no qual a sétima arte estava inserida, uma vez que as exibições iniciaram-se antes da criação da *Liga*, portanto, já possuíam condições laborais e sujeitos específicos – mesmo que de maneira cambiante – para as atividades que envolviam o cinema.

### O recém-chegado cinema

O início do século XX foi um momento no mínimo movimentado. Em contexto internacional, temos o avanço das ciências e das novas tecnologias de massa, a sociedade do novo século era voltada para o progresso. A jovem república brasileira conturbada com o conflito de interesses entre as classes economicamente e politicamente favorecidas e as camadas mais baixas que buscavam por direitos fundamentais como moradia, trabalho e reconhecimento pelo estado, inspira-se no contexto internacional para solução de suas moléstias internas. Proliferam-se políticas higienistas, educacionais e culturais nas camadas de poder e intelectuais dedicadas a fomentar um novo *habitus*<sup>24</sup>.

Em solo catarinense o novo *status quo* requeria:

(...) as saídas individuais, o clientelismo e o compadrio, bem como a aceitação dos apelos ao consumo, à segurança e ao conforto. As práticas do arrivismo e da fachada definiram-se na mesma medida em que os sonhos de progresso e

22 Dallabrida coloca em sua obra já citada, as sessões artísticas culturais realizadas no colégio catarinense, o cinema com seu alto valor pedagógico proporcionava a fineza dos valores estéticos e a instrução por preceitos católicos aos jovens do colégio, que de maneira geral, eram filhos das elites e das oligarquias locais: DALLABRIDA, Op. Cit, p. 178.

23 A expressão *jogo de escalas* foi retirada por influência do livro de Jacques Revel **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. O livro esclarece diversos questionamentos frente as microanálises e seu dialogo com as demais perspectivas historiográficas.

24 Na definição de Pierre Bourdieu, o *Habitus* seriam princípios que geram práticas distintas e distintivas entre classes, é fundamentalmente um conjunto de consumos e escolhas que estabelecem princípios de classificação comportamentais e sociais, ver: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. Para mais informações sobre as mudanças de comportamentos no Brasil, ver: NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República na virada do século XIX para o XX. In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília (org.) **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930**. Rio e Janeiro, Civilização Brasileira, 2008; CARVALHO, José Murilo. Os três povos da República. **Revista USP**, nº 59. São Paulo, setembro/outubro 2003.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov  
civilização ganharam outras significações, produzidas nos sucessivos sobressaltos do despertar republicano<sup>25</sup>.

O “espetáculo da realidade” que é o cinema, torna-se o instrumento perfeito na era da reprodutibilidade técnica requerida por essa nova sociedade. Segundo Walter Benjamin, as rápidas sucessões de imagens e posteriormente o advento do cinema sonoro, instituí uma fruição estética que se denomina distração. O cinema, diferentemente da pintura, ofusca o vestígio artístico da obra e insere o espectador em uma percepção coletiva e de massa<sup>26</sup>.

Em 1903 temos as primeiras notícias “oficiais” sobre apresentações de imagens em movimento na cidade de São José. Nessa ocasião, a “Companhia de Variedades” faria a noite um espetáculo no teatro de São José<sup>27</sup>. No entanto, o cinema começou em território catarinense desde o ano de 1900, quando os primeiros cinematógrafos ambulantes realizaram as projeções com suas máquinas mágicas em Florianópolis<sup>28</sup>; também o fizeram nas freguesias vizinhas como Biguaçu, Palhoça e São José, afinal, as exhibições se multiplicavam de norte<sup>29</sup> a sul<sup>30</sup> de Santa Catarina e havia de se aproveitar o entusiasmo que a grande novidade trazia para lucrar.

O entusiasmo com o cinema, mesmo nos primeiros anos de exibição, já era evidente nas classes mais altas ou, pelo menos, para os editores do jornal literário e noticioso *A razão*:

E o cinematographo? Haverá invento mais interessante do que este? Não é tão bello às faculdades superiores do homem, a sua imaginação e inteligência, não é tão agradável por exemplo a nós habitantes de Tubarão, seiarmos pela Europa vendo jubileu da Rainha Victoria, combate de neve na Rússia, chegada dos expressos, visita de Felix Faure à Rússia e do Czar em Paris?<sup>31</sup>

Ao lidar com diferentes eventos e distintos momentos históricos, o historiador torna-se um caçador de pistas<sup>32</sup>, indícios, signos, já que sua matéria-prima – o passado – é inalcançável por conta de sua própria natureza e amplitude. Pergunta-se, por quem e como as exhibições

25 CHEREM, Rosângela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. In Brancher, Ana; Arend, Silvia Maria Fávero (organizadoras). 2001. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC. p. 297.

26 BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 169-180.

27 **Republica**. Florianópolis “Os municípios”, 8 de jul. 1903, n. 114, p. 02.

28 Seria exibido no Teatro Álvaro de Carvalho pelo cinematógrafo apollo, a “Fata Morgana”. Referindo-se às fotografias de paisagem vistas de todos os pontos do mundo: **Republica**, Florianópolis, 14 de set. 1900, n. 365, p. 02.

29 O mesmo cinematógrafo Apollo faria exhibições nos dias 29, 30, 31 de agosto e 1 de setembro na cidade de Itajaí no salão do senhor Jacob Heusi: **Progresso**. “Grande espetáculo”. Itajaí, 25 de ago. 1900, n. 34, p. 03. Sabe-se também que o mesmo fez outras exhibições em Blumenau.

30 Em Indaial em 28 de abril, 18 e 19 de agosto o senhor conhecido por Hake fazia exhibição de 28 curtas-metragens: PIRES, José Henrique Nunes. DEPIZZOLATTI, Norberto Verani. ARAÚJO, Sandra Mara de. **O cinema em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987, p. 17. Já em Laguna, o mesmo Hake fez exhibições no mês de julho: **O futuro**. “Cinematographo”. Laguna, 28 de jul. 1900, n. 340, p. 02.

31 **A razão**. “A electricidade e seus progressos”. Tubarão, 20 de set. 1902. n. 23, p. 05. Grafia da época mantida.

32 Expressão retirada do texto de Carlo Ginzburg que trata sobre o paradigma indiciário: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov  
 cinematográficas chegaram em Santa Catarina? Quais eram os sujeitos sociais envolvidos nesse processo? Sabe-se que as primeiras atividades estão vinculadas à viajantes, exibidores itinerantes e empresários do entretenimento.

Um indício apontado por Carlos Roberto de Souza são as atividades das companhias de variedades. Dirigidas por empresários do ramo do entretenimento, os espetáculos juntavam mulheres barbadas, animais exóticos, acrobatas, e outras atrações com os primeiros aparelhos cinematógrafos<sup>33</sup>. Em solo catarinense, uma das primeiras companhias de variedades foi a de Irrels Hick, trazendo sessões de hipnotismo, telepatia, dança, a “mulher camaleão”(!) o “menino prodígio” e também contava com exibições animadas e coloridas<sup>34</sup>.

Passado o primeiro momento da entrada do cinema em território nacional, a partir do ano de 1908 a efetiva consolidação das “imagens em movimento” passa a ocorrer, ainda que de forma frágil e desorganizada; um panorama desse feito pode-se perceber na *chronica* do pitoresco “Dr. XiqueXique” na *Gazeta de Joinville*:

Positivamente esta terra é a terra dos divertimentos bailes, circos, companhias dramáticas, cinematographos tem nos apparecido n'estes últimos tempos sem cessar, depois que seguio a companhia dramática para S. Francisco cá já está o cinematographo que pretende dar-nos alguns momentos de distração; que Deus o ajude a empreza e a mim, e dinheiro haja, pois temos já com que nos devirtir (...) <sup>35</sup>.

O grifo reafirma aquilo já relatado por Benjamin, o cinema capitaliza os anseios urbanos por imagens, atrações, projeta-se nas telas novos costumes, práticas, arquiteturas, paisagens, trejeitos e além disso, as exibições traziam aos palcos novos eventos sociais. É a partir desse segundo momento (1908-1915) que debutam os primeiros cinemas fixos nacionais. Esses espaços consolidaram uma nova “economia do cinema”, ou seja, sujeitos sociais, locais, equipamentos, trabalhos e públicos que giravam em torno das apresentações cinematográficas e todos seus objetos adjacentes.

Podemos dividir as operações laborais referente ao cinema em três grandes eixos: produção, distribuição e exibição, existindo dentro dessa correlação entre as partes inúmeras variáveis implícitas. Na capital Rio de Janeiro, as primeiras salas fixas dedicadas somente as exibições cinematográficas foram abertas por parte de empresários do ramo do entretenimento. O mais conhecido deles foi sem dúvida, Paschoal Segreto. Apelidado de “ministro da diversão”, formou a empresa Sales & Segreto, acompanhado de seu sócio o dr. Cunha Sales – empresário do jogo do

33 SOUZA, Carlos Roberto de. Os pioneiros do cinema brasileiro. **Revista Alceu**, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 20-3.

34 **Republica**. “Theatro Alvaro de Carvalho”. Florianópolis, 31 de ago. 1902, n. 219, p. 02.

35 Dr. XiqueXique. “Chronica”. **Gazeta de Joinville**, 15 de ago. 1908, n. 174, p. 05. Grafia da época da mantida.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov bicho, jogos de azar e de “aparelhos de entretenimento científico”, – que lidava com a exibição e importação de filmes para o país<sup>36</sup>.

Com apoio de seu irmão Afonso Segreto, o empresário importava as principais obras da França (das empresas Lumière, Gaumont, Pathé e Melies), Itália (Cines, Pasquali) e Estados Unidos (Selig, Biograph, Edison, Essanay, Lubin e Vitagraph)<sup>37</sup>. A maior parte dos negócios feitos entre empresários brasileiros até 1920, cerca de 80%, eram com produtoras francesas e italianas. A preponderância se deve inicialmente à localidade geográfica, como os primeiros cinematógrafos, cineastas e empresários eram franceses, e a logística envolvida no transporte de materiais e equipamentos demorava, o mercado europeu foi dominante nas primeiras duas décadas do século XX<sup>38</sup>.

Segreto era a “ponte” entre a obtenção das películas estrangeiras e outros empresários dispostos a exhibir os filmes nos estados brasileiros<sup>39</sup>. Em Santa Catarina, os dois principais expoentes do ramo da distribuição e exibição foram Júlio Moura, representado por sua empresa “Júlio Moura Pathé” que atuava no teatro Álvaro de Carvalho e a empresa “Sylla” de Paschoal Simone que trabalhava principalmente na região da grande Florianópolis<sup>40</sup>.

As sessões proliferaram. As empresas e empresários circulavam pelo estado à procura de público, dos melhores contratos e oportunidades. Era preciso diversificar estratégias devido a alta demanda, não eram raras alianças entre empresas para obter maiores lucros nas praças comerciais, bem como a procura de diferentes gêneros cinematográficos. Um exemplo disso eram os contratos entre distribuidores do Rio e de Santa Catarina, aqui, Júlio Moura associava-se com Paschoal Segreto<sup>41</sup>, acolá, a empresa Sylla fazia negócios com o francês Marc Ferrez distribuidor da Pathé Frères no Brasil<sup>42</sup>.

Em Florianópolis, as sessões de cinema, além do teatro Álvaro de Carvalho, também estavam inseridas dentro da lógica de “parques de entretenimento”, semelhantes as companhias de variedades. Um exemplo desses parques era o “Pavilhão Recreativo”, empreendimento do Italiano José Julianelli que contava com um cinematógrafo direto de Paris. O de mais sucesso foi, sem dúvida, o “Parque Catarinense”. Visionado pelo empresário Júlio Moura, o parque estreou em 13

36 SOUZA, op, cit, p. 21.

37 SELONK, A.P.A. **Distribuição Cinematográfica no Brasil e suas Repercussões Políticas e Sociais** – um estudo comparado da distribuição cinematográfica nacional e estrangeira. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004, p. 28.

38 SELONK. Op, cit, p. 28-30.

39 É importante ressaltar que não era o único. Marc Ferrez, Francisco Serrador, José Labanca Jácomo Rosário Staffa e Cristóvão Guilherme Auler eram outros empresários que importavam filmes estrangeiros.

40 Ao longo dos anos outros distribuidores e exibidores apareceram em Santa Catarina como os senhores Haertei, Busob e Blumenau de Itajaí.

41 “Cinematographos”. **O dia**. Florianópolis, 9 de julho de 1908, n. 4004, p. 01.

42 “Cinematographo”. **O dia**. Florianópolis, 28 de janeiro de 1908, n. 2071, p. 03.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov de fevereiro de 1909. Aberto ao público todos os dias a partir das 5 da tarde, era iluminado a luz elétrica e contava com diversas atrações: carrossel, tiro ao alvo, patinação, jogos ginásticos, atrações circenses e claro, o cinema.

A medida que o cinema foi ganhando espaço e iluminando as escuras cidades do litoral, maior era o interesse de empresas e sociedades, que viam na atividade uma grande oportunidade de lucro e obtenção de status social. O cinema também trouxe novas possibilidades para a urbanidade e socialização: enquanto nos clubes e outras “sociedades recreativas” o acesso era restrito e discriminado por classes sociais ou raça, os parques, bares, salões aceitavam todos os públicos, ainda que “domesticado” e pago<sup>43</sup>.

Apesar da popularidade, a atividade comercial cinematográfica era uma atividade custosa. Os altos custos com a importação das películas estrangeiras, quedas de energia, dificuldades na logística de transporte de equipamentos, fragilidade dos materiais, falta de equipe especializada, mas principalmente, estar vinculado a uma rede de contatos e sociabilidade que envolvia distribuidores estrangeiros, nacionais, produtores, transportadores, empresários e público eram as principais dificuldades e desafios para os propagadores da sétima arte em solo nacional. A diante, discorreremos acerca da atuação da *Liga Josephense* no mundo do cinema. De que forma a associação atuou? Quais eram suas condições para tal? Houve lucro? Tentaremos a medida do possível responder essas questões e outras problemáticas que envolveram o cinema em São José.

### **O cinema e o “fins recreativos”: atuação da *Liga***

São José nas primeiras décadas era habitada por mais de 10 mil habitantes que tinham como forma de entretenimento festas religiosas, quermesses, passeios, apresentações, circos, bares e rodas na principal praça da cidade, localizada no atual Centro Histórico de São José. Conhecendo a luz elétrica em 1913<sup>44</sup>, as exibições de cinema aconteciam até essa data de forma esporádica e errática. Sabe-se que as principais companhias de variedades passaram pela cidade divulgando as “imagens em movimento” no entanto, ainda não havia uma localidade fixa e sólida para as apresentações cinematográficas.

Discorrendo sobre o contexto estadunidense, mas que muito se observa em terras brasileiras, Flávia Cesarino Costa coloca que, a popularização do cinema saltou os olhos das instituições de controle social como a igreja, que viam na “caixa mágica” um rico instrumento para

---

43 MUNARIM, Ulisses. **Arquitetura dos cinemas**: Um estudo da modernidade em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC/ PGAU CIDADE, 2009, p. 85.

44 As cidades que não tinham eletricidade eram iluminadas com grandes lampiões a base de querosene. A já citada obra de Gilberto Gerlach e Osni Machado é fundamental para entender a chegada da luz elétrica em São José e nas outras cidades aos arredores.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov disseminar o divertimento com valores morais e a domesticação do público<sup>45</sup>. A *Liga Josephense* encontrou no cinema um mecanismo de alta popularidade e que entrava em consonância com os objetivos definidos no estatuto dos “fins recreativos”.

Tratando-se de uma associação católica e que fundamentava suas práticas nos princípios morais católicos, a *Liga* estava atrelada aos preceitos orientados pela igreja e em nível local, as paróquias. Afinal de contas, a igreja desde o começo do século já estava inserida tanto nos meios jornalísticos<sup>46</sup> quanto nas atividades ligadas ao cinema<sup>47</sup>. Os “fins recreativos” se caracterizavam por oferecer aos sócios divertimentos “honestos e úteis” através do *Club Dramático* que exibiria dramas, comédias, atrações oferecidas pela banda musical em sessões solenes depois das missas aos domingos, sessões de leituras e palestras. O artigo 4 do estatuto era reservado ao cinema: “A liga terá um cinema para diversão dos sócios e do público em geral, o cinema exibirá filmes decentes e morais que serão dirigidos por um gerente, bilheteiro e porteiro, aliás nomeados pela diretoria”<sup>48</sup>.

A primeira exibição cinematográfica promovida pela *Liga* data de 3 de novembro de 1912, com um público de 300 pessoas<sup>49</sup>. Com o cinema, a associação conquistou e ampliou seu público vertiginosamente. Durante sua criação, a *Liga* disputava com outros clubes e agremiações o espaço e lucro em toda região de São José. Não se sabe qual cinematógrafo a *Liga* dispunha, contudo, possuindo agentes sociais influentes, é possível que nos anos iniciais a associação tenha comprado do senhor Virgílio Moura, empresário conhecido na grande Florianópolis e que constantemente viajada a negócios.

As receitas obtidas eram altas mesmo com as dificuldades inerentes à época. A logística era sem dúvida um grande problema, exhibir um filme era uma tarefa custosa e envolvia uma série de pessoas por trás. Antes das luzes se apagarem e os espectadores comerem sua pipoca, era preciso pagar o Sr. Epiphanyo para fretar o carro e trazer os filmes de Florianópolis; pagar a gasolina que acionará o motor do aparelho empoeirado do cinema; acertar com o Sr. Dultávio Coelho para preparar todas as instalações da sala; negociar com o Sr. Virgílio Moura, dono das fitas dos mais variados filmes; e finalmente, depois de todo processo que envolve uma gama de

---

45 Essa concepção passou a fundamentar as produções cinematográficas entre 1908-1915 quando são criadas as primeiras agências reguladoras de conteúdo, a partir daí começa-se a perder lentamente a fase inicial do cinema, na qual o processo criativo estava nas mãos do cinematógrafo e não das empresas de distribuição, igreja ou governo, é a chamada “domesticação” do cinema.

46 Um dos estudos mais completos sobre a influência da igreja católica nos jornais de Florianópolis ver: RIBAS, A.C. **A “Boa Imprensa” e a “Sagrada Família”**: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis – 1929/1959. Dissertação (mestrado em história) – UFSC, Florianópolis, 2009.

47 LUDMANN, René. **Cinema, Fé e Moral**. Lisboa: Editora Aster, 1959.

48 Trecho retirado de uma das atas da *Liga Josephense* datada de 9 de novembro de 1917. Não houve mudanças significativas nos objetivos desde sua criação em 1910. Consultado no acervo pessoal de Osni Machado.

49 GERLACH; MACHADO, op, cit, p. 116.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov  
contatos e negociações, torcer para não ocorrer nenhum problema de natureza técnica na máquina, nos filmes ou na sala<sup>50</sup>.

Inicialmente as sessões eram feitas somente aos domingos em horários que não conflitavam com as missas ou quaisquer atividades promovida pela igreja. Com a inclusão do cinema fixo, as receitas haviam prosperado ao ponto de sobrar algum dinheiro que seria convertido em patrimônios e ajuda para a igreja e à banda de música da *Liga*<sup>51</sup>. Isso fez com que número de sessões aumentasse, acontecendo nos dias de semana e até mesmo em feriados, variando entre 6 até 13 sessões em um mês. No começo de 1913, somente alguns meses após sua estreia, o cinema havia se transformado na principal atividade da associação que passou a se preocupar mais com a qualidade das sessões, no jornal josefense *O astro* temos a seguinte notícia:

Essa sociedade composta de pessoas que só vizam o bem estar da nossa população, fez aquisição de um bom aparelho cinematographico, que na capital funcionava no Theatro Alvaro de Carvalho, para o nosso Theatro. Este aparelho é por demais conhecido e o público poderá sem receio assistir a bons “films” que serão exibidos”. Foi levada hontem no cinema a bella e emocionante fita dividida em 5 partes - “Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Christo”<sup>52</sup>.

Nesse excerto é possível perceber não só a preocupação da *Liga* em melhorar a qualidade de suas sessões, mantendo e atraindo mais pessoas, como também na circulação de projetores, equipamentos, filmes e objetos de uma incipiente “indústria do cinema”. O filme *Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Christo* foi uma produção francesa datada de 1904, mas que era largamente assistido até o final da década de 1920 devido a sua utilidade evangelizadora. Os filmes de paixões de cristo e de cunho religioso eram altamente compartilhados pela igreja<sup>53</sup>. Outro filme apresentado foi o *La cope degli Altri* (1912) dirigido por Ubaldo Maria del Colle, obra realista produzida e distribuída pela empresa *Pasquali Film* da Itália.

É possível observar que as atividades referentes ao cinema que a *Liga* oferecia eram consonantes aos padrões da época: negociações com empresários que importavam filmes estrangeiros, em sua maioria franceses e italianos; os gêneros fílmicos eram em sua maioria religiosos mas também haviam comédias e dramas; o pagamento às diversas pessoas para o funcionamento das atividades.

Além disso, a *Liga* recebia frequentemente por meio de seus eventos, personalidades e membros destacados de freguesias vizinhas; como atração, geralmente estavam agendadas sessões de cinema, como destaca o jornal católico de Desterro *Época*:

50 GERLACH; MACHADO, op, cit, p. 116.

51 GERLACH; MACHADO, op, cit, p. 116.

52 *O Astro*, São José, 23 de fev. 1913. Grafia da época mantida.

53 COSTA, Flávia Cesarino. Op. Cit, p. 139.



A 6 passado, onomastico do revmo, Frei Bruno, digno vigario da parochia, houve missa solemne na Matriz, com muitas comunhões e cantos apropriados ao acto; Frei Bruno foi muito cumprimentado, não só por seus numerosos amigos, como tambem por uma comissão da Liga Josephense. A noite houve espetaculo no Theatro, em homenagem ao Frei Bruno, representando-se o drama “Angustias de um Coração Materno” e a comedia “Progresso Feminino”. A concurrencia foi enorme, os papeis bem desempenhados, para o que muito concorreram as dignas Irmãs da Divina Providencia<sup>54</sup>.

Os filmes, principalmente a partir de 1912, começavam a se preocupar com a narrativa e o “contar história” para o espectador. Se nos anos iniciais as projeções mostravam cenas do cotidiano e paisagens nas quais quem estava assistindo se identificava, posteriormente a mensagem a ser passada era a principal função das sessões. Como dito, isso foi fortemente influenciado pelas agências reguladoras de conteúdo e instituições de controle social para “limpar” temas considerados “violentos” ou “imorais” demais. Os filmes “(...) estão inseridos num mercado de massas. É um cinema dominado agora por uma forte tendência à narração, que estrutura outra configuração da mensagem e outra experiência de recepção”<sup>55</sup>. Portanto, não é surpresa os filmes exibidos pela *Liga* serem de cunho religioso.

Quem era o público? Ora, quem pudesse pagar, para as crianças eram cobrados 300 réis, os adultos pagavam 500<sup>56</sup>. Havia de mesclar lucro com popularidade. De nada adiantava grandes sessões se os preços não eram acessíveis. Afinal de contas, no outro lado da rua, havia sido criado o *Clube 1 de junho*, fundado por membros da *Liga* que viram no cinema e outras atividades, uma oportunidade de ascensão social e financeira; virando a esquina, o público encontrava o *Casino Josephense*, o popular clube *Tiro 410*, e quiçá tinha a oportunidade de encontrar seu futuro amor no sugestivo *Bar do Beijo*<sup>57</sup>.

É certo que o cinema ainda era – apesar de lucrativo – um ramo instável, dependente de redes de contatos, sendo desenvolvido a duras penas. Mesmo a *Liga* passou a ter dificuldades com as negociações. “No cinema da *Liga*, durante o mês de agosto de 1917 não houve sessão por ter a Empresa Moura, fornecedora dos filmes, resolvido cobrar 25\$000 réis por programa”<sup>58</sup>. Nas prestações dê conta da associação, observa-se o pagamento a uma gama de pessoas: músicos, operador cinematográfico e comerciantes divulgadores das sessões.

54 *Época*, Florianópolis, 13 de out. 1917. Grafia da época mantida.

55 COSTA, 2005, p. 112

56 Por volta da mesma época, um volume avulso de um jornal de grande circulação como “O estado” custava 100 réis, a assinatura semestral era de 12\$000 e anual 24\$000: *O estado*, Florianópolis, 9 de fev de 1917, n. 528, p. 01.

57 GERLACH; MACHADO, op, cit, p. 125-145.

58 GERLACH; MACHADO, 2007, p. 147).





O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov

Uma outra característica era o uso do espaço público para exposições privadas. A Prática já era recorrente em território Catarinense, um dos exemplos mais elucidativos é do já citado Júlio Moura, que adquiriu os direitos de uso do teatro Álvaro de Carvalho<sup>59</sup>. A *Liga* pagava o imposto do selo para licença de exibição cinematográfica mas não conseguimos mapear registros de pagamentos para o espaço do teatro municipal de São José.

As atividades do cinema tiveram um período muito curto de lucratividade (1913-8) devido aos altos custos, problemas logísticos, técnicos, concorrência e principalmente com predominância do mercado por parte das empresas distribuidoras. Uma vez que as distribuidoras tinham controle sobre os produtos filmicos e também influência com os locais fixos de exibição, ações de empresários independentes e sem localidade fixa tornaram-se cada vez mais raras.

Na ata de 1 de novembro de 1918, encerrou-se os contratos para as exposições de filmes em uma sala fixa, era preciso que o Sr. Moura, da capital, para-se de “mandar mais fitas”<sup>60</sup>. Em 1919, contratos foram acertados com o mesmo Sr. Moura, dono da empresa distribuidora Moura e Cia, estipulando que os lucros seriam divididos em 50% para cada parte. Os contratos de pagamento com as distribuidoras dependiam da amplitude da exibição, gênero cinematográfico, público-alvo, divulgação e podiam ser feitos por uma compra adiantada dos direitos do filme, conhecida como “compra *flat*” ou, a divisão do lucro das exposições.

A última citação ao cinema data de 1920<sup>61</sup>, mesmo ano ata final de reuniões mapeada até 22 de dezembro de 1920. É de 28 de fevereiro de 1923 do jornal *Republica* a derradeira notícia em relação à *Liga*, nessa ocasião, a mesma havia organizado um festival infantil com coral, missa e procissão durante o dia todo<sup>62</sup>.

## Considerações Finais

A *Liga Josephense* foi sem dúvida a principal associação de São José em seus anos de existência (1910-1923). Seus membros faziam parte de uma camada privilegiada da sociedade, possuindo uma rica e extensa rede de contatos e negócios pelo litoral, quiçá por todo território catarinense. As atividades promovidas fizeram grande sucesso na cidade, havia banda, festas religiosas, eventos, teatros, festivais, todavia é a partir de 1913 que sua principal forma de lucro e expansão de público foi o cinema e suas sessões sempre lotadas.

59 Data de 1916 o primeiro ano em que o empresário tornou-se arrendatário do teatro. Dentro das cláusulas, havia de ser feito o pagamento mensal de aluguel e a reformas nas instalações do edifício. Até a data de 1928 sabe-se que o empresário ainda era o “inquilino oficial” do teatro: “Diversas”. **Republica**. 29 de fev. 1928, n. 424, p. 03.

60 GERLACH; MACHADO; op, cit, p. 157.

61 Na ata de reunião datada de 29 de fevereiro de 1920.

62 **Republica**, Florianópolis, 28 de fev. 1923, n. 1286, p. 02.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov

Atividade que exigia elasticidade e grande alocação de recursos, o cinema apesar de já possuir uma incipiente indústria, não conhecendo fronteira<sup>63</sup>, apresentava uma série de dificuldades e transtornos para quem o promovia. A *Liga Josephense* aproveitou do crescimento da sétima arte para lucrar e se expandir. Seus membros reconhecendo a importância dessa atividade, chegaram a formar outras associações para obter maiores vantagens, um dos maiores exemplos é José Filomeno. Associado da *Liga*, foi fundador do *Clube 1 de junho* e mais tarde, mentor do *Cine York*, uma mistura de bar e cinema, no qual durou de 1925 até 1936<sup>64</sup>.

Não se sabe os motivos oficiais que levaram ao desmantelamento da *Liga*, mas é possível dizer que já no ano de 1918, com o encerramento do cinema fixo, a associação perdeu muito de sua relevância e principalmente, lucro. Os custos aumentavam a cada ano, o cinema a partir de 1912-1915 com a criação de grandes agências reguladoras e com o desenvolver da Primeira Guerra Mundial que, tirou da Europa a primazia dos filmes, transferindo-se para a *Hollywood*, passou a ser controlado pelas grandes distribuidoras de objetos cinematográficos e filmes. Em Santa Catarina, empresas como a já citada Júlio Moura Pathé e Sylla Cinematographo Pathé eram responsáveis pela distribuição dos filmes e realizavam negócios diretamente com as sedes mais importantes, como Rio de Janeiro e São Paulo, portanto, acabavam controlando maior parte dos negócios envolvidos a cinema<sup>65</sup>.

Por fim, volto novamente a concepção dos *jogos das escalas* para compreender o papel da *Liga Josephense* e suas atividades vinculadas ao cinema em Santa Catarina. Ao lidarmos com a abordagem local busca-se os elementos característicos (os “grandes homens”, associações, empresas) para construir uma história local que muitas vezes fica alheia às conjunturas mais amplas<sup>66</sup>. No discorrer das atividades da *Liga* é perceptível sua ampla conexão com as freguesias vizinhas e camadas estaduais, sem uma rede de sociabilidade sólida, certamente a *Liga* não possuiria a relevância e importância que obteve. Se quisermos ir além, o cinema possibilita traçarmos a trajetória dos projetores e filmes fabricados nos mais simples porões da Europa e que renderam grandes sucessos nas mais longínquas e empoeiradas áreas de exibição. Brillante feito que somente uma “arte vencedora”<sup>67</sup> alcança tamanha proeza.

63 Em um excerto de 1908, noticia-se a compra de um Cinematographo europeu pelo Sr. A. Villa em Florianópolis. Esse mesmo cinematographo era conhecido nas cidades de Buenos Aires e Rio de Janeiro. O cinema mesmo em sua época inicial, já era global. Notícia encontrada em: **O dia**, Florianópolis, 7 de jan. 1908, n. 2058, p. 02.

64 GERLACH; MACHADO; Op, cit, p. 175.

65 PIRES, José Henrique Nunes. DEPIZZOLATTI, Norberto Verani. ARAÚJO, Sandra Mara de. **O cinema em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

66 Sobre o debate historiográfico para a história de Santa Catarina ver: WOLFF, Cristina S. **Historiografia Catarinense**: uma introdução ao debate. Florianópolis: Revista Catarinense de História, n 3, 1994, p. 5-15.

67 Em uma atual e interessantíssima crônica, a dita “Madame Puyssieux” decreta: O cinema venceu o Theatro, a arte já não é a mesma que dos tempos antigos, a estabilidade das coisas é um verdadeiro mito. Encontra-se em: **Republica**, Florianópolis, 2 de fev. 1919, n. 104, p. 01.



## Referências

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989

ARAÚJO, Vicente de Paula. **A bela Época do cinema brasileiro**. S. Paulo: Perspectiva, 1976.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 169-180.

BERNARDET, Jean-Claude. **Historiografia clássica do cinema brasileiro**: metodologia e pedagogia. São Paulo: Annablume, 1995.

CARVALHO, José Murilo. Os três povos da República. **Revista USP**, nº 59. São Paulo, setembro/outubro 2003.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 76.

CHEREM, Rosângela Miranda. “Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina”. In Brancher, Ana; Arend, Silvia Maria Fávero (organizadoras). 2001. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC. p. 297.

COSTA, Flávia Cesarino. **O primeiro cinema**: espetáculo, narração, domesticação. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

CORRÊA, Lorena das Chagas; REIS, Clóvis. A história do cinema em Gaspar, Indaial, Pomerode e Timbó (SC). In. **Anais...** XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Novo Hamburgo/RS, 17 a 19 de maio de 2010.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**: o ginásio catarinense na primeira república. Florianópolis: Cidade Futura, 2001

GERLACH, Gilberto; MACHADO, Osni. **São José da terra firme**. São José: Clube do Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LUDMANN, René. **Cinema, Fé e Moral**. Lisboa: Editora Aster, 1959.

MATOS, Felipe. **Uma ilha de leitura**: notas para uma história de Florianópolis através de suas livrarias, livreiros e livros (1830-1950). Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov

MATOS, Marcos Fábio Belo. **De Paris a São Luís: o percurso do cinema.** Disponível em: <[www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=2869&cat=Ensaio&vinda=S](http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=2869&cat=Ensaio&vinda=S)>. Acessado em: Fevereiro de 2019.

MUNARIM, Ulisses. **Arquitetura dos cinemas: Um estudo da modernidade em Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado). Florianópolis: UFSC/ PGAU CIDADE, 2009

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República na virada do século XIX para o XX. In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília (org.) **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excluyente: da proclamação da república à revolução de 1930.** Rio e Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (org.) **Pierre Bourdieu: escritos de educação.** 9ed, Petrópolis: Vozes, 2007.

PIRES, José Henrique Nunes. **Cinema e História: José Jullianelli e Alfredo Baumgarten, pioneiros do cinema catarinense.** Dissertação (mestrado em história) – UFSC, Florianópolis, 1999.

PIRES, José Henrique Nunes; DEPIZZOLATTI, Norberto Verani; ARAÚJO, Sandra Mara de. **O cinema em Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

RIBAS, A.C. A “**Boa Imprensa**” e a “**Sagrada Família**”: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis – 1929/1959. Dissertação (mestrado em história) – UFSC, Florianópolis, 2009.

SELONK, A.P.A. **Distribuição Cinematográfica no Brasil e suas Repercussões Políticas e Sociais** – um estudo comparado da distribuição cinematográfica nacional e estrangeira. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004, p. 28.

SOUZA, Carlos Roberto de. Os pioneiros do cinema brasileiro. **Revista Alceu**, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 20-37.

VIANY, Alex. **Introdução ao cinema brasileiro.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959.

WOLFF, Cristina S. **Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate.** Florianópolis: Revista Catarinense de História, n 3, 1994, p. 5-15.

## Fontes

**A RAZÃO.** Tubarão, 20 de setembro de 1902.

**ÉPOCHA.** Florianópolis, 13 de out. 1917.

**GAZETA CATHARINENSE.** Florianópolis, 5 de junho, 1908.

**O ASTRO.** São José, 23 de fev. 1913.

**O DIA.** Florianópolis, 7 de janeiro de 1908 – 7 de maio de 1918.



O alvorecer do cinema no litoral catarinense: o caso da *Liga Josephense* (1910-1923) - Gustavo Henrique Shigunov

**O ESTADO.** Florianópolis, 7 de fevereiro de 1917 – 16 de maio de 1919.

**O FUTURO.** Laguna, 28 de julho de 1900.

**REPUBLICA.** Florianópolis, 14 de setembro de 1900 – 29 de fev. 1928.

**PROGRESSO.** Itajaí, 25 de agosto de 1900.

---

Recebido em 28 de fevereiro de 2019.

Aceito para publicação em 15 de agosto de 2019.



**Cultura material e modernidade: A Ilha de Santa Catarina fortificada do século XVIII***Material culture and modernity: The 18th century fortified Santa Catarina Island*Diego Lunardelli<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo principal analisar de que forma as relações sociais se davam nos espaços fortificados presentes na Ilha de Santa Catarina no século XVIII. Trazendo discussões pertinentes aos saberes arqueológicos, a cultura material nos ajudará a compreender o ordenamento social nesses espaços. Pensando a rigidez da hierarquia social vigente, analisar os mecanismos que regulavam as relações de poder naqueles espaços se torna imprescindível para propor uma discussão bibliográfica que busque contextualizar o processo de construção destas fortificações, levando à identificação de vicissitudes do cotidiano daqueles e daquelas ali viveram.

**Palavras-chave:** arqueologia histórica; fortificações; relações de poder; modernidade;

**Abstract:** This article has as main objective to analyze in what way the social relations took place in the fortified spaces present in the Island of Santa Catarina in the XVIII century. Bringing discussions relevant to archaeological knowledge, material culture will help us to understand the social ordering in these spaces. Considering the rigidity of the current social hierarchy, analyzing the mechanisms that regulate the power relations in those spaces becomes essential to propose a bibliographical discussion that seeks to contextualize the process of construction of these fortifications, leading to the identification of vicissitudes of the daily life of those and those lived there.

**Keywords:** historical archeology; fortifications; Power relations; modernity;

**Introdução**

“Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens.”

Karl Marx

Este artigo busca construir uma narrativa visando apresentar elementos que contribuam para uma análise das relações sociais nos espaços fortificados na Ilha de Santa Catarina durante o século XVIII expondo aspectos que vão além dos comumente utilizados, trazendo um arcabouço teórico ligado à idealização do que seriam os valores edificantes da modernidade. Para tanto, o acesso à cultura material através da arqueologia histórica é fundamental.

Mediante debate historiográfico, vamos primeiramente realizar em “O processo de fortificação”, uma contextualização do processo de fortificação da Ilha de Santa Catarina na primeira metade do século XVIII. Nesse momento serão levantadas questões relativas às condicionantes propulsoras desse processo, vinculadas às causas e seus desdobramentos.

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: dihego122@gmail.com



Dessa forma, cabe destacar que a obra *“As fortificações Catarinenses: notas para uma revisão histórica”* de Sara Regina Silveira de Souza contribui imensamente para a contextualização do processo de ocupação territorial no Brasil meridional, além de importante subsídio bibliográfico que trata deste aspecto. É fundamental o espaço dedicado na obra para a análise das principais fortificações<sup>2</sup>, cada qual com sua especificidade. Neste mesmo ponto, podemos destacar o artigo denominado *“A pesquisa arqueológica do sítio histórico São José da Ponta Grossa”* da autora Teresa Domitila Fossari, que ao tratar de uma fortaleza específica, avança em questões que vão além da análise meramente arquitetônica ou fundamentada na cultura material, estendendo-se ao impacto do estabelecimento destes espaços no cotidiano dos homens e mulheres que ali viviam.

Em *“A simbologia do processo”*, vamos analisar os pontos tocantes ao valor simbólico envolvido no decurso da conjuntura descrita anteriormente. Para tanto, serão utilizadas três obras. A primeira se chama *“As fortificações catarinenses no Brasil colonial: introdução ao seu estudo”* da Eliane Veras da Veiga, que nos traz elementos importantes ligados à subjetividade implícita na arquitetura das fortificações, como na forma com que as estruturas físicas contribuíram para o estabelecimento de um complexo sistema de hierarquia militar, observando os respectivos impactos sociais e culturais. A segunda obra, apresentada nesse momento, é intitulada *“Arqueologia das fortificações: perspectivas”* e organizada por Fernanda Codevilla Soares. O foco da análise, nesse ponto, será o capítulo chamado *“Paisagem, território e práticas locais em duas fortificações catarinenses do século XVIII”*, de autoria de Marcos André Torres de Souza e Francesco Palermo Neto. Aqui o objetivo é a busca pelo cotidiano dos homens e mulheres que habitavam e/ou transitavam pelos espaços fortificados. É de extrema importância que façamos o movimento de esforço, buscando os detalhes intrínsecos à rotina dessas pessoas para que possamos identificar quais eram os limites dos seus respectivos modelos de organização social. A terceira contribuição para o debate, nesse ponto, será feita através da inserção do artigo publicado por Mary C. Beaudry, Lauren J. Cook e Stephen A. Mrozowski em 2007, intitulado *“Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social”*. Deste artigo serão destacadas algumas questões

---

2 A obra traz capítulos distintos para debater as vicissitudes das seguintes fortalezas: Santa Cruz, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio e Nossa Senhora da Conceição. Inclusive há em outro momento um espaço específico para análise de outras fortificações com menor relevância, segundo o julgamento da autora.

relativas à semiologia presente nas relações entre objetos e sociedade, como por exemplo, “(...) a importância do contexto na determinação de significados para a cultura material”<sup>3</sup>.

Acentuando a condução dissertativa em “Cultura material e relações de poder”, vamos utilizar o artigo “*Inventário do acervo arqueológico das fortificações*” com autoria de Fernanda Codevilla Soares, Angela Salvador e Angelo Renato Biléssimo, para trazermos ao debate os apontamentos pertinentes aos objetos encontrados nos sítios arqueológicos da Ilha de Santa Catarina. Dessa forma, um conjunto de artefatos produzidos em metal, encontrados nas escavações do Forte de São José da Ponta Grossa, serão alvo de nossa análise em diálogo com obras que reflitam historicamente as transformações econômicas, sociais e culturais pertinentes ao recorte temporal estabelecido. À vista disso, o artigo intitulado “*História do capitalismo: uma visão panorâmica*” do autor Marcelo Weishaupt Proni, apontará objetivamente como se deu o processo de transição da economia feudal para economia capitalista na Europa a partir do medievo, estabelecendo assim uma relação direta entre as transformações ocorridas a partir dos séculos XV e XVI na Europa e seus reflexos no processo de ocupação territorial da Ilha de Santa Catarina a partir do século XVIII. Nesse contexto, a obra “*Pré-Capitalismo e Capitalismo*” de autoria de Sedi Hirano, atrelada a obra “*Caminhos e Fronteiras*” de Sérgio Buarque de Holanda, construirão robusta base teórica para análise do objeto de estudo.

## O processo de fortificação

Na primeira metade do século XVIII a região mais ao sul do império português, o Brasil meridional<sup>4</sup>, era palco de acirradas tensões diplomáticas e militares entre portugueses e espanhóis. A ilha de Santa Catarina era nesse momento, um “(...) ponto de apoio às tropas que demandavam à colônia de Sacramento e porto de reabastecimento, desde o século XVII, dos navios que singravam os mares do Atlântico Sul”<sup>5</sup>. Corroborando com a leitura, Fossari aponta com riqueza de elementos:

Portugal estabelece às margens do Rio da Prata, em 1680, a colônia de Sacramento. Os “paulistas” avançam para o sul em busca de índios e gado,

3 BEAUDRY, Mary C.; COOK, Lauren J.; MROZOWSKY, Stephen A. **Artefatos e vozes ativas**: cultura material como discurso social. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 71-114, 2007.

4 O termo “meridional” é referente a tudo que se localiza geograficamente mais ao sul. Atualmente seria o espaço correspondente aos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

5 SOUZA, Sara Regina Silveira de. **As fortificações catarinenses**: notas para uma revisão histórica. Florianópolis: 1991. p.8.





descobrem as minas de ouro em minas e Mato Grosso. Nesse contexto, a colônia de Sacramento representará um ponto de apoio para o acesso dos portugueses ao gado do sul. Ao mesmo tempo, representará um ponto de apoio para o contrabando com as colônias espanholas<sup>6</sup>.

Portanto, a ocupação militar na Ilha de Santa Catarina era fundamental para que o domínio territorial, continente adentro, fosse possível, inclusive com implicações já mensuradas pela casta diretiva do império ainda no século XVIII<sup>7</sup>. Em 1738 o Brigadeiro José da Silva Paes foi enviado com o objetivo de construir uma fortificação que seria o bastião do império ao sul do continente, estrutura esta, capaz de impedir agressões externas e garantir condições de navegação no atlântico sul. Dessa forma, Silva Paes chega à Ilha de Santa Catarina em 30 de abril de 1739, já apontando nas suas primeiras impressões que a construção de somente uma fortificação não seria suficiente. Devido à geografia do litoral, a demanda pela construção desses espaços se ampliou com o tempo<sup>8</sup>.

Para Silva Paes, um grande contingente populacional era importante não só para a construção das fortificações, mas também para garantir a ocupação daquele território. Segundo evidências apontadas em correspondência do próprio, em 16 de outubro de 1739, havia demasiada escassez de mão de obra: “(...) e sem embargo de eu me não achar em forças competentes tanto pella pouca gente que tenho, pois não chegão a sento e sincoenta pessoas, entre soldados, pedreyros, carpintr, ferreyros, índios e escravos”<sup>9</sup>.

Os registros historiográficos apontam que neste momento a política de imigração portuguesa, advinda do arquipélago dos Açores, estava ainda em fase inicial e demandava muita burocracia. É interessante notar, no trecho da correspondência de Silva Paes, a menção às ocupações profissionais da população local. Os mesmos foram classificados pelo Brigadeiro por ordem de suas ocupações, primeiramente sendo destacado o soldado, depois ocupações de perfil técnico, por fim os indígenas e escravos, gerando certa confusão entre ocupação e etnicidade. É também pertinente mencionar que ao nomear indígenas e escravos separadamente, observa-se que havia ali divisão não só étnica entre indígenas e africanos, mas também jurídica na constituição da própria relação de trabalho.

Quanto à hierarquia militar imposta no processo de administração da estrutura fortificada, podemos destacar que houve três patentes de comando: capitão, tenente e alferes.

---

6 FOSSARI, Teresa Domitila. A Pesquisa Arqueológica do Sítio Histórico São José da Ponta Grossa. In: **Anais do Museu de Antropologia – 1987/1988**. Florianópolis: 1992. p.16.

7 “Para o Marquês de Pombal, a perda da Ilha de Santa Catarina traria como consequência grande dificuldade de se conservar o sul do continente.” (SOUZA, 1991, p.8)

8 SOUZA, 1991, p.10.

9 SILVA PAES *apud* FOSSARI, 1992, p.18.



Segundo Souza, o contingente necessário para operar as primeiras fortificações construídas era de “(...) 150 homens, duas Companhias de Infantaria de 50 homens cada e 50 artilheiros.”<sup>10</sup> Porém havia também diversidade de demandas nesses espaços que fomentava de forma vigorosa a participação não somente de militares da ativa, conforme aponta Fossari:

Sabemos que além das habituais patentes militares, faziam parte do contexto hierárquico dos quartéis e fortes os oficiais reformados, os inválidos, os recrutas voluntários, e aqueles que além de suas patentes, se distinguiram por alguma habilidade ou conhecimento extra, como boticário, ajudante de cirurgia, alfaiate, cozinheiro, músico e lavradores, entre outras<sup>11</sup>.

O fato de haver grande contingente militar fora da ativa ocupando funções nesses espaços, inclusive inválidos, mostra que havia escassez de recursos na Ilha de Santa Catarina e poucas possibilidades de sobrevivência para militares fora das fortificações<sup>12</sup>.

### A simbologia do processo

Através da análise do cotidiano das fortificações, questionamos de que forma a arquitetura e os costumes intrínsecos ao processo de militarização imposto a esses espaços balizou a hierarquia social vigente e norteou, através de aspectos subjetivos, as suas respectivas relações do poder.

Segundo Veiga, a forma impressa na construção das fortificações catarinenses possui um “(...) caráter estético construtivo proveniente de um padrão comum a todo o país e até às fortificações espanholas”<sup>13</sup>. Fazendo uma descrição mais detalhada da fortaleza de Santa Cruz<sup>14</sup> em Anhatomirim, Veiga aponta múltiplas influências na conjunção arquitetônica.

Entre as edificações principais, nos chamam a atenção o majestoso pórtico de acesso com linhas arquitetônicas de singela influência oriental. Faz conjunto com a escadaria em lioz português e as muralhas de planta curva que obedecem ao sistema construtivo habitual em fortificações da época:

10 SOUZA, 1991, p.10.

11 FOSSARI, 1992, p.22.

12 A escassez de recursos estava presente também na atuação dos sacerdotes responsáveis pela assistência espiritual nas fortalezas. Ver também FOSSARI, 1992, p.19-21.

13 VEIGA, Elaine Veras da. **As fortificações catarinenses no Brasil colonial**: introdução ao seu estudo. Florianópolis: 1988. p.5.

14 Segundo Veiga, “(...) a fortaleza de Santa Cruz foi a primeira e talvez a mais importante fortificação construída em Santa Catarina. Seus imponentes edifícios estão distribuídos na pequena ilha de aproximadamente 45.000 metros quadrados, toda contornada por costões, destacando-se uma pequena praia em sua face oeste.” (VEIGA, 1988, p.17)



alvenaria de pedra, sobressaindo-se no paramento a “gola” que corre ao longo da muralha no nível do terrapleno<sup>15</sup>.

Esses dados demonstram que há no padrão estético do processo construtivo das fortalezas forte influência de culturas arquitetônicas que vão muito além das fronteiras pertencentes aos vínculos imperiais de Portugal. A maneira como os padrões se reproduzem nesses distintos locais revela que, por traz dessas estruturas militarizadas, há um projeto político, que possui como parte de seus elementos, a utilização das próprias estruturas físicas como instrumento de opressão, impondo a ordem vigente.

Segundo apontado na pesquisa desenvolvida por Souza e Neto<sup>16</sup>, havia uma lógica bem estabelecida na distribuição dos espaços dentro das áreas fortificadas. A hierarquia militar impunha determinada posição e maior espaço de usufruto individual com base em classificações de importância dentro do espectro de comando administrativo.

A preocupação com o estabelecimento de hierarquias fez também com se definisse uma relação de proporcionalidade entre os diferentes quartéis presentes no forte. (...) os cômodos destinados ao comandante apresentavam-se com mais espaço, maior número de compartimentalização e, muito possivelmente individualização, enquanto àqueles destinados à guarnição eram menos espaçosos, tinham menos compartimentalização e foram usados de forma coletiva<sup>17</sup>.

Juntamente a esses elementos, havia centralidade no posicionamento dos espaços referentes ao uso dos oficiais de alta patente, passando a ideia de controle e vigilância sobre todo o perímetro das áreas fortificadas<sup>18</sup>.

A disciplina imposta nos espaços fortificados não se utilizava somente de símbolos ligados à arquitetura e hierarquização militar. Os castigos físicos eram uma alternativa à indisciplina nas fortificações. Segundo Souza e Neto, “(...) nas fortificações catarinenses havia dois tipos de estrutura de punição: troncos e calabouços”<sup>19</sup>. Os troncos ficavam posicionados em frente à alcova dos oficiais superiores das fortificações, claramente uma demonstração de controle sobre a disciplina do contingente militar. Esses locais também eram

---

15 *Idem, Ibidem*, p.17.

16 SOUZA, Marcos André Torres de; NETO, Francesco Palermo. Paisagem, território e práticas locais em duas fortificações catarinenses do século XVIII. In: **Arqueologia das fortificações: perspectivas**. Editora Lagoa. Florianópolis, 2015. p.171-208.

17 SOUZA; NETO, 2015, p.192.

18 Ver também FOUCAULT, Michel. O Panóptismo. In: **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Editora Vozes, 1999. p.219-250

19 *Idem, Ibidem*, p.193.



utilizados para a realização de suplícios e demonstrações públicas de autoridade<sup>20</sup>. Os calabouços eram literalmente prisões e muitas vezes representavam o exílio daqueles que se colocavam contra os interesses da Coroa.

Dessa forma, assim como a paisagem e os códigos de conduta, as estruturas materiais passam a interagir de forma mais dinâmica no processo de construção de identidade a partir do momento em que se tornam referências determinantes do processo de socialização humana. Assim sendo, Beaudry, Cook e Mrozowsky apontam que:

(...) os artefatos são encarnações tangíveis das relações sociais, incorporando atitudes e comportamentos do passado. A premissa subjacente [do estudo da cultura material] é de que os objetos feitos ou modificados pelo homem refletem, consciente ou inconscientemente, diretamente ou indiretamente, as crenças dos indivíduos que os fizeram, negociaram, compraram, ou usaram e, por extensão, as crenças da sociedade mais ampla, às quais eles pertenciam<sup>21</sup>.

Nesse caso observamos que o artefato é também monumento<sup>22</sup>, pois foi produzido em um determinado contexto e retém elementos intrínsecos das relações que o cercavam, porém as subjetividades contidas nessas relações estão encobertas pelo discurso social dominante.

Esse período em questão, século XVIII, foi marcado pelo início da expansão do mercado industrial europeu, ou seja, as mercadorias produzidas na Europa estavam presentes nas mais longínquas fronteiras dos impérios coloniais<sup>23</sup>, portanto havia a inserção nesse sistema de diferentes grupos, elementos formadores de hierarquia social<sup>24</sup>. Fica muito claro que a capacidade de análise de um processo histórico, ganha maior amplitude ao se examinar de forma crítica a cultura material produzida pelas sociedades que são objeto de estudo.

## Cultura material e relações de poder

Ao estabelecerem-se aqui, os europeus não colonizaram somente o território, não trouxeram somente suas estruturas de poder, consigo vieram também a base político/filosófica

20 *Idem, Ibidem*, p.193.

21 BEAUDRY, COOK e MROZOWSKY, 2007, p.73.

22 Referência ao conceito “Documento/Monumento” de Jacques Le Goff. Ver também LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. História e memória. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992, p. 535-553.

23 BEAUDRY, COOK e MROZOWSKY, 2007, p.80.

24 BEAUDRY, COOK e MROZOWSKY apontam que “(...) em um posto militar altamente estratificado, está longe de ser surpreendente que se encontrem diferenças hierárquicas reforçadas materialmente. A solidariedade entre as categorias era promovida através do uso da cultura material do mesmo modo em que foi usada de forma diferencial entre diferentes hierarquias.” (2007, p.99)

que construiu o que conhecemos hoje como modernidade<sup>25</sup>. No período medieval as sociedades europeias eram divididas em estamentos muito bem delimitados, havia a plebe, o clero e a nobreza. Com a descoberta do novo mundo, parte importante daquelas sociedades enriqueceu com os canais de comércio ultramarinos<sup>26</sup>. Estes eram chamados de burguesia. Alcançando alta lucratividade com o comércio em escala intercontinental, em determinado momento a burguesia passou a concentrar mais recursos que a própria nobreza, interferindo nos estamentos sociais então vigentes. Para se diferenciar da plebe, compravam títulos de nobreza, patrocinavam artistas para promoção pessoal e com a grande oferta de novos produtos, promoveram uma resignificação nos códigos ligados às condições objetivas de sobrevivência e busca pelo reconhecimento perante o outro na sociedade. Essa mudança estava ligada à relação do ser humano com o trabalho, ou seja, com o fruto do seu trabalho: a mercadoria<sup>27</sup>.

Dito isto, Soares, Salvador e Biléssimo, ao tratar dos sítios arqueológicos das fortificações na Ilha de Santa Catarina, apontam de forma bastante enfática que,

(...) o material proveniente dos sítios militares apresentados neste artigo tem o potencial de informar como se deu a inserção da sociedade litorânea catarinense no mundo moderno e no processo de expansão capitalista. Nesse sentido, deve-se destacar que a maioria dos artefatos existentes nessas coleções possui origem estrangeira, especialmente os artigos em louça, vidro

---

25 Segundo Walter Mignolo, com o processo de colonização e posteriormente a formação dos estados nacionais, a cultura europeia, as “Histórias locais” assumiram um papel de universalizar todos os saberes em escala global, tornando subalternos todos os saberes de povos que não compartilhavam de seus métodos científicos, ou seja, povos sem história. O processo de colonização ocorreu de forma abrangente, nas mais diversas gamas da experiência humana. Ver também MIGNOLO, Walter D. A Gnose e o Imaginário Mundial Colonial/Moderno. In: **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003. P. 23-76.

26 A política econômica que se tornara a esteira deste processo foi chamada de mercantilismo. Pensando o seu impacto direto sobre as colônias portuguesas na América, Sedi Hirano aponta que a partir do século XVIII há o contato dialógico no campo político/econômico entre elementos das sociedades feudais e pré-capitalistas. Dessa forma o autor destaca que o capital proveniente destas relações “(...) se acumula de uma forma não capitalista, redefine a produção feudal, alterando-lhe as bases, transbordando o seu raio de ação, e dando uma nova amplitude à produção, vale dizer modificando sua escala.” HIRANO, Sedi. Formação colonial brasileira: castas, estamentos e classes. In: **Pré-capitalismo e capitalismo**. Editora Hucitec, São Paulo. 1988. p.169.

27 “(...) uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana.” (MARX, 2013, p.205-206)

Marx aponta que em determinado momento de nossa História, a mercadoria passou ter simbologia que iria além de sua condição material de satisfazer demandas humanas e passou a atribuir ao seu donatário características e virtudes a ela diretamente atreladas, esse processo seria chamado de fetichismo da mercadoria. Ver também MARX, KARL. Capítulo 1: Mercadoria, preço e lucro. In: **O Capital: crítica da economia política**. Editora Boitempo. São Paulo: 2013, p.157-218.

e metal; o que representa as interações entre os grupos sociais que viviam nas fortificações e o mundo moderno em expansão<sup>28</sup>.

Observando essa perspectiva é possível buscar através da análise de uma série de objetos com tipologia semelhante, uma alternativa à comum categorização hierárquica da paisagem em torno da organização social. Obviamente que esta representa, de forma muito objetiva, as estruturas do ordenamento social não só nesses espaços, porém, é preciso reforçar que é entre as linhas mais tênues que surgem as reflexões mais profundas.

Na Figura 1 vamos analisar um botão encontrado na Forte de São José da Ponta Grossa:

Figura 1 - Botão confeccionado em metal



Fonte: Acervo MARQUE/UFSC

Parte de indumentária militar, conseguimos observar as seguintes inscrições na sua superfície: T. W & W Paris. Segundo Santos, em artigo publicado na Revista da Armada,

“(...) várias casas francesas forneciam a Marinha Real e o Exército português pelo menos desde o final de 1830. Destacava-se tanto pela quantidade como pela qualidade dos seus produtos “burnidos” à mão, a Casa “TW & W Paris”, grande fabricante mundial e ativa desde 1844”<sup>29</sup>.

Nesse mesmo estudo, o autor aponta que havia em alguns modelos, diferenciações que se expressavam através dos símbolos impressos nos objetos e que estes teriam a finalidade de

28 SOARES, Fernanda Codevilla; Angela Salvador; Biléssimo, Angelo Renato. **Inventário do acervo arqueológico das fortificações**. Revista Tecnologia e Ambiente. Criciúma, v. 19, n. 1, p.34. 2013.

29 SANTOS, Paulo. **O Famoso “Botão de Âncora” da Marinha Portuguesa**. Revista da Armada. Lisboa, nº458, ano XLI, dez/2011. p.24.

identificar patentes da hierarquia militar<sup>30</sup>, ou seja, uma forma de construir as relações de poder através da posse de determinados objetos.

Figura 2 - Fivela confeccionada em metal



Fonte: Acervo MARquE/UFSC

Figura 3 - Fivela confeccionada em metal



Fonte: Acervo MARquE/UFSC

Os objetos apresentados nas Figuras 2 e 3 são apetrechos também de indumentária, porém de muito difícil identificação pela ausência de marcas e símbolos na sua estrutura. Peças como essas eram fabricadas para utilização em cintos, botas, sapatos, etc. É interessante tocar no tema, pois Sergio Buarque de Holanda traz em sua obra “*Caminhos e Fronteiras*”, grande contribuição ao nosso debate. Segundo os estudos apontados pelo autor, nas sociedades amalgamadas ao império português, o calçado era um artigo de extremo prestígio, atribuindo ao seu portador status social de grande importância.

“Houve quem dissesse que no Brasil os sapatos foram o verdadeiro distintivo da liberdade e em Angola, segundo relatava Silva Correia em fins do século XVIII, chamavam “brancos” aos negros que pelo trato e distinção, estiverem em condições de usá-los. Ainda quando não constituíssem, em todos os casos, privilégio de homens livres, indicariam, de qualquer modo, certa dignidade e ascendência”<sup>31</sup>.

A relação entre a constatação de Holanda e a reflexão que estamos fazendo sobre os objetos encontrados no Forte de São José da Ponta Grossa não é direta, porém corrobora com a tese de que os objetos de uso cotidiano influenciavam também na construção das relações sociais no Brasil Colonial.

Há uma diferenciação, em várias dimensões, entre os objetos. Tipologias, tamanhos, formatos e símbolos distintos indicam uma possível hierarquização na utilização desses

30 *Idem, Ibidem*, p.25.

31 HOLANDA, Sérgio Buarque. Veredas de pé posto. In: **Caminhos e Fronteiras**. Companhia das Letras, 3ª ed. São Paulo, 2008. p.27.

objetos, do oficial de mais alto escalão até o soldado na mais baixa camada hierárquica. Dessa forma, podemos refletir sobre como o elo entre cultura material e hierarquia social, estabelecem relações de poder nos espaços tomados pela modernidade. Trazidos pelo colonizador para o novo mundo, objetos como esses são parte de uma complexa junção de elementos, entre eles, o seu papel de significação e ressignificação identitária, acumulação e suas respectivas implicações sociais, econômicas e culturais.

### **Considerações finais**

Neste artigo constatamos que o processo de fortificação da Ilha de Santa Catarina se deu em meio a uma conjuntura de tensões e disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. Observamos que a paisagem fortificada impunha a quem ali vivia uma disciplina hierárquica que balizava as relações de poder naqueles espaços, também os compreendendo como zona de trânsito de diferentes atores sociais. Dessa forma, podemos afirmar que o império português traz com esse processo a efetivação de um sistema de códigos e símbolos que constroem, direta e indiretamente, um discurso de legitimação dos modos de vida europeizados.

Por muito tempo a Arqueologia apresentou características positivistas, se apegando ao empirismo lógico e deixando de lado a semiologia dos processos ao qual o seu material de pesquisa estava intimamente ligado. No processo de construção argumentativa, observamos que é possível, através de uma abordagem adequada, decifrar os símbolos que correspondem à interação entre o “eu” e o “outro”, fazendo com que se evidencie uma diferença social nas respectivas realidades objetivas. Essa análise só é possível atrelando uma dimensão interdisciplinar ao arcabouço teórico, destacando o papel da História, Arqueologia, Sociologia, Semiótica e Antropologia.

A reflexão que propomos diante da análise dos objetos dialoga com a necessidade de buscarmos mais elementos que corroborem com essas perspectivas, ou seja, avançar para além do domínio político e militar da paisagem fortificada e das representações pertinentes ao estilo de vida cotidiano daqueles europeus que para cá vieram. Enfim, buscar a construção uma História que nos auxilie no entendimento da nossa própria realidade.

### **Referências**





BEAUDRY, Mary C.; COOK, Lauren J.; MROZOWSKY, Stephen A. **Artefatos e vozes ativas**: cultura material como discurso social. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 71-114, 2007.

FOSSARI, Teresa Domitila. A Pesquisa Arqueológica do Sítio Histórico São José da Ponta Grossa. In: **Anais do Museu de Antropologia – 1987/1988**. Florianópolis: 1992.p.5-103.

FOUCAULT, Michel. O Panóptico. In: **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Editora Vozes, 1999. p.219-250.

HIRANO, Sedi. Formação colonial brasileira: castas, estamentos e classes. In: **Pré-capitalismo e capitalismo**. Editora Hucitec, São Paulo. 1988. p.169 - 266.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Veredas de pé posto. In: **Caminhos e Fronteiras**. Companhia das Letras, 3ª ed. São Paulo, 2008. p.18-35.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. História e memória. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992, p. 535-553.

MARX, KARL. Capítulo 1: Mercadoria, preço e lucro. In: **O Capital**: crítica da economia política. Editora Boitempo. São Paulo: 2013. p.157-218.

MIGNOLO, Walter D. A Gnose e o Imaginário do Sistema Mundial Colonial/Moderno. In: **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003. P. 23-76.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **História do capitalismo**: uma visão panorâmica. Cadernos do Cesit. Campinas, n. 25, 1997.

SANTOS, Paulo. **O Famoso “Botão de Âncora” da Marinha Portuguesa**. Revista da Armada. Lisboa, nº458, ano XLI, dez/2011. p.24-25.

SOARES, Fernanda Codevilla; Angela Salvador; Biléssimo, Angelo Renato. **Inventário do acervo arqueológico das fortificações**. Revista Tecnologia e Ambiente. Criciúma, v. 19, n. 1, p.17-38. 2013.

SOUZA, Marcos André Torres de; NETO, Francesco Palermo. Paisagem, território e práticas locais em duas fortificações catarinenses do século XVIII. In: **Arqueologia das fortificações**: perspectivas. Editora Lagoa. Florianópolis, 2015.p.171-208.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. **As fortificações catarinenses**: notas para uma revisão histórica. Florianópolis: 1991. 76p.

VEIGA, Elaine Veras da. **As fortificações catarinenses no Brasil colonial**: introdução ao seu estudo. Florianópolis: 1988. 51p.



Recebido em 05 de novembro de 2018.

Aceito para publicação em 15 de agosto de 2019.



**ADEH: confluências globais e devolutas sociais em Santa Catarina***ADEH: global confluences and social devolutes in Santa Catarina*

Luiz Augusto Possamai Borges

[luizaugustopossamai@hotmail.com](mailto:luizaugustopossamai@hotmail.com)

Graduando em História – UFSC / Bolsista PIBIC/CNPq

**Resumo:** O presente trabalho<sup>1</sup> se debruçará sobre a reflexão dos conceitos globalização e identidade sexual. Através desses fios condutores, pretende-se articular a História da trajetória do movimento homossexual organizado no Brasil, entendendo-o como movimento transnacional de gênero. No âmbito macro-espacial, será estudado a conjuntura do primeiro movimento homossexual do Brasil, em 1978, para entender as redes estabelecidas. Na ótica micro-espacial, será analisado o contexto de fundação e as devolutas sociais da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais (ADEH) em Santa Catarina nos anos 1990 e 2000.

**Palavras-chave:** Movimento Homossexual; Movimento LGBTQI+; Identidade sexual; Globalização.

**Abstract:** The present work will focus on the reflection of the concepts globalization and sexual identity. Through these guiding threads, we intend to articulate the history of trajectory of the homosexual movement organized in Brazil, understanding it as a transnational gender movement. In the macro-spatial context, will be studied the conjuncture of the first homosexual movement in Brazil, in 1978, to understand the established networks. In the micro-spatial perspective, will be analyzed the context of the founding and the social devolutions of Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais (ADEH) in Santa Catarina in the 1990s and 2000s.

**Keywords:** Homosexual movement; LGBTQI + movement; Sexual identity; Globalization.

**Introdução**

“Orgulho Gay”  
(Música de ‘Manhã de Carnaval’)

Manhã tão bonita  
Do dia 28 de junho  
Foi lá em Nova York  
Que os Gays gritaram forte:  
Chega de violência policial

Cansados de tanto apanhar  
Disseram respeitem nosso bar!  
Respeitem as leis  
Polícia, aqui não tem vez!

Lutaram horas fio,  
queimaram até um camburão  
Venceram na luta  
A polícia corrupta

---

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



Lacaios, da opressão.

Foi a primeira vez,  
no 28 do seis,  
O DIA DO ORGULHO DOS GAYS”.  
(AEL/Unicamp)

A paródia do Grupo Gay da Bahia (GGB) – em homenagem a memória e a importância social e histórica do bar Stonewall Inn<sup>2</sup> em 1969 para o movimento homossexual - que abre esse artigo, norteia nossas discussões e reflexões que objetivamos a realizar sobre a luta e a transnacionalidade que exerceu o movimento homossexual no mundo ocidental. Através do estudo histórico da utilização política da categoria identidade sexual, entenderemos que milhares de corpos homossexuais vieram a desafiar o *status quo* no mundo ocidental, assim como utilizar do gênero - seu instrumento de luta - no período da ditadura civil militar no Brasil. Os trechos do GGB - grupo fundado em Salvador em 1980<sup>3</sup> - reverberam as lutas e os conflitos de espaços que o movimento homossexual vem construindo em sua história, não só nos Estados Unidos, mas no mundo ocidental como um todo – pensando em sua globalização e sua transnacionalidade nos e dos corpos dissidentes em várias partes do globo.

O artigo se divide em quatro grandes eixos, que se relacionam intrinsecamente. A primeira parte - que servirá como fio condutor do artigo –, se debruçará sobre a compreensão do movimento homossexual – e na *posteriori* de LGBTQI+<sup>4</sup> - enquanto rede ou sistema, apoiado na perspectiva teórica de Maria Irene Ramalho (2002). Por meio do auxílio teórico-metodológico de Ramalho (2002), poderemos entender que o uso político da identidade sexual - em nosso mundo extremamente globalizado – se materializa em lutas transacionais nos corpos marginalizados e/ou dissidentes. A segunda parte, traz a análise macro-espacial sobre a conjuntura de criação do Somos: Grupo de Afirmação Homossexual/SP, em 1978 - sendo o primeiro movimento homossexual organizado do Brasil. A terceira parte, será o estudo do contexto de expansão Somos/SP. A quarta e última parte, será a investigação micro-espacial da conjuntura e das devolutas sociais que a Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais (ADEH) desenvolveu no início de sua trajetória na Grande Florianópolis, em Santa Catarina.

2 O dia 28 de junho de 1969 é um momento simbólico na História do Movimento Homossexual – e na *posteriori* LGBTQI+ - ocidental. Nesse evento - após ondas de repressão higienista e moralizante da polícia nova-iorquina - marca-se uma onda de manifestações em favor de liberdades individuais e de expressão na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos – reverberando em várias partes do globo esse acontecimento (FACCHINI, 2003).

3 MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia In: **História do Movimento LGBT no Brasil** / organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Cetano, Marisa Fernandes. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018.

4 Sigla inclusiva que compreende os movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queers e Intersexuais.



Para pormenorizar algumas das políticas públicas da ADEH, foi utilizado fontes de natureza documental para análise - como reportagens e iconografias publicadas no Jornal Diário Catarinense entre 1992 e 1993 sobre o grupo – obtidas e preservadas na Biblioteca Pública de Santa Catarina. O intuito do artigo não é se ater na análise do discurso jornalístico ou na estigmatização pejorativa que a mídia construiu sobre a comunidade homossexual naquela época, mas sim estudar a concretude das ações afirmativas a ADEH exerceu no início de sua trajetória.

### **A identidade sexual como política e a cartografia do poder**

Autores - como Boa Ventura de Sousa Santos (2002) - têm contribuído para entendermos a dinamicidade das relações de poder intrínsecas na globalização. Segundo Santos (2002), globalização é um movimento complexo e dinâmico, que tanto pode ser hegemônico ou contra hegemônico, movido por interações transnacionais que influenciam e agem nos âmbitos econômicos, sociais, políticos e culturais<sup>5</sup>. Contra hegemonia, segundo a linha teórica de Gramsci (1987) e Santos (2002), nas palavras de Isabella Gonçalves Miranda e Fábio André Diniz Merladet (2012), pode ser pensada como uma corrente que:

[...] coloca em questão o conteúdo democrático e social do contrato social subjacente aos Estados nacionais modernos. Segundo eles [Gramsci e Santos], tais formatos políticos foram incapazes de gerar sociedades mais livres e igualitárias, pois haviam abandonado os ideais de soberania do povo e a participação popular em nome de um modelo elitista assentado exclusivamente na representação baseada no voto esporádico<sup>6</sup>.

Dentro dessa lógica das demandas e dos conflitos sociais existentes na contemporaneidade - sendo articulados pela contra hegemonia e pela globalização -, compreendemos que a dinâmica do movimento homossexual no Brasil, e conseqüentemente em Santa Catarina, nos corpos dissidentes se dá de forma transnacional. Ramalho (2002), chama atenção no caráter que a globalização e a identidade sexual vêm tomando nos últimos tempos, haja vista os conflitos e demandas sociais existentes numa sociedade heteropatriarcal hegemônica. Em suas palavras, globalização dentro da perspectiva de Santos, pode ser compreendida

---

5 SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

6 MIRANDA e MERLADET, 2012, p. 8.



[...] desde os sistemas de produção e das transferências financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocações em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados<sup>7</sup>.

Através de Santos e Ramalho, compreendemos que a globalização se dá em vários níveis da vida social, e que há disputas espaciais – tanto de relações de poder, quanto de subjetividades – materializadas nos corpos – sendo desenvolvidas no tempo e no espaço. Autores como o geógrafo Brian Harley (2009) contribuíram para uma visão mais profunda<sup>8</sup> do espaço geográfico e dos discursos de poder nos mapas. De acordo com Harley, a iconografia cartográfica pertence à família de fontes imagéticas com maior carga de juízo de valor. Para Harley (2009), os mapas não devem ser percebidos como paisagens morfológicas ou imagens passivas do mundo, sendo símbolos e linguagens ligadas a práticas históricas e a um mundo socialmente construído<sup>9</sup>. Em suas palavras, “os mapas nunca são imagens isentas de juízo de valor e, salvo no sentido euclidiano mais estrito, eles não são por eles mesmos nem verdadeiros nem falsos”<sup>10</sup>. Para o geógrafo inglês, os mapas são reflexos de uma relação dialética entre pictografia e poder<sup>11</sup>. Portanto, o espaço geográfico e o poder – ou uma cartografia do poder – são fundamentais para entender as relações e as disputas de poder que são travadas e desenhadas espacialmente – materializadas pelos corpos dissidentes e pelos corpos que controlam o espaço.

Autores como Michel Foucault (1985) e Maria Irene Ramalho (2002) investigam a ligação entre poder e identidade sexual. Segundo Ramalho (2002), a consciência e o empoderamento da identidade sexual é historicamente situada, oscilando nas questões políticas, científicas e culturais. Ramalho (2002) pontua que, na questão do poder, a identidade sexual se faz necessária para compreendermos as lutas contra desigualdades e opressões<sup>12</sup>. Conforme pontua Ramalho, apoiada em Stuart Hall, “quem usa a identidade é só quem precisa dela”<sup>13</sup>. Ou como afirma Gayatri Chakravorty Spivak, “a identidade é o resultado da nossa própria tentativa de nos darmos sentido”<sup>14</sup>. Ramalho, discute que o inverso disso, por excelência, seria os homens

7 RAMALHO, 2002, p. 525.

8 “O termo ‘profundo’ remete à expressão ‘descrição profunda’ utilizada pelo antropólogo americano Clifford Geertz para exprimir a idéia segundo a qual as descrições cuidadosas e muito detalhadas são indispensáveis para explicar cultura diferentes das suas” (HARLEY, 2009, p. 23).

9 HARLEY, 2009, p. 3.

10 HARLEY, 2009, p. 1.

11 HARLEY, 2009, p. 4.

12 RAMALHO, Maria Irene. A sogra de Rute ou intersexualidades. In: SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002. p. 528.

13 HALL, 1996 apud RAMALHO, 2002, p. 528.

14 SPIVAK, 1993, p. 179 apud RAMALHO, 2002, p. 527.



heterossexuais, pois os mesmos não precisam disso, tendo em vista que eles são o sexo-que-é. Entretanto, mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou intersexuais continuam a se redefinir, tendo em conta que suas relações de opressões são históricas e estruturais e, que por meio da consciência e do empoderamento de sua identidade sexual, lutam por suas reivindicações e desigualdades específicas. Segundo Ramalho, o que importa é a necessidade dos anseios emancipatórios de todos esses sujeitos, que não se identificam com o sexo-que-é<sup>15</sup>.

### Contexto de emergência do Somos

A História do movimento homossexual<sup>16</sup> organizado no Brasil começou a se estruturar, segundo Trevisan (1986), Fachinni (2003), Green (2015), Okita (2015), Fernandes (2018), MacRae (2018) e outros, a partir da segunda metade da década de 1970 - num primeiro momento - espacialmente centralizada no eixo São Paulo e Rio de Janeiro. Não somente o movimento homossexual começou a se manifestar nesse momento, mas outros movimentos sociais - como o movimento feminista, de mulheres, negro, indígena, dos trabalhadores/as e outros - começaram a lutar por seu poder de fala, cidadania e visibilidade<sup>17</sup>. Esses grupos, ou também chamados “movimentos minoritários”<sup>18</sup>, começaram a contestar valores na ditadura civil militar no Brasil<sup>19</sup>.

Para entendermos o atraso do movimento homossexual no Brasil e em Santa Catarina, em compartida dos Estados Unidos e Europa, devemos estar cientes da magnitude da repressão a manifestações de caráter político e cultural que o golpe de 1964 exerceu em caráter nacional – sobretudo após o AI-5 em 1968. Entretanto, a repressão não exerceu um poder de forma constante durante suas duas décadas vigentes. A censura, portanto, teve várias fazes e intensidades.<sup>20</sup> De acordo com Green (2015), num primeiro momento, mesmo com o Ditadura

15 RAMALHO, 2002, p. 527.

16 Nas palavras da socióloga Regina Fachinni (2003, p. 84): o termo “movimento homossexual” é construído através do “conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento”.

17 FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], n. 25, p.105-115, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

18 A noção de “movimentos de minorias” está embasada em MacRae (2018, p. 99) que, analisa os movimentos negro e feminista como duas categorias que, apesar de no Brasil, haver mais mulheres do que homens e que descendentes negros são mais numerosos frente aos brancos, os mesmos são considerados grupos minoritários, tendo em vista que a sua minoridade está entrelaçada com as relações de discriminação sistemática e pelas lutas históricas de resistência e luta de direitos que os mesmos exercem.

19 MACRAE, 2018, p. 99.

20 SOUZA, 2013, p. 51 apud SOARES 1999.



Militar entre os anos 1965 a 1968, alguns setores da sociedade brasileira conseguiram beber da influência de movimentos de contracultura, havendo assim, mudanças no comportamento e na cultura da juventude.

Durante os chamados anos de “chumbo” - ou do “sufoco”, como usado por Fry e MacRae (1991) -, a contestação permanecia confinada a pequenos grupos. Com o abrandamento da censura e repressão na “abertura política”, o final da década de 1970 no Brasil apresentava os primeiros sinais de esperança para diversos movimentos sociais ressurgirem. Após os longos anos de chumbo e das arbitrariedades sanguinárias exercidas pelo Estado no pós-1964, a sociedade civil começou a ressurgir politicamente com manifestações desenvolvidas por vários setores insatisfeitos com o cenário de repressão<sup>21</sup>.

Este final da década de 1970 no Brasil, para o movimento de gays e lésbicas, é marcado também pelo início da tomada de consciência do movimento homossexual. Diferentemente de outros lugares como os Estados Unidos ou a Europa, que a contestação dos valores da sociedade burguesa explodiu na segunda metade dos anos 1960, no Brasil, entretanto, somente nos fins de 1970 esse paradigma foi possível<sup>22</sup> –, claro que com seus devidos limites espaciais e de representação devido a ditadura. De acordo com Facchini (2003), o movimento homossexual começa a se estruturar no final dos anos 1970 e começo dos 1980, dentro do contexto do final do regime militar e da chamada “abertura” política.<sup>23</sup> Não só os homossexuais começaram a construir suas agências nesse período, mas feministas, mulheres, negros/as, indígenas, intelectuais, artistas, jornalistas, escritores, movimentos estudantis e esquerdas, passaram a lutar e se organizar nos anos 1970. No âmbito da revolução comportamental dos anos 1960, jovens e mulheres, começaram a lutar em prol de novas formas de ver e exercer a sua sexualidade e comportamento<sup>24</sup>. Segundo Ferrari (2003), muitos movimentos homossexuais do Brasil buscaram ou tiveram influência de outros países como Estados Unidos e Inglaterra. Alguns setores da sociedade começaram a se preocupar mais com o desejo, com a intimidade, com a subversão de valores e comportamentos. Para o movimento homossexual, esse período foi fértil para sua elaboração.<sup>25</sup>

O início do movimento homossexual no Brasil se materializa através da criação do primeiro grupo para discussão da homossexualidade, em 1976, na cidade de São Paulo.

---

21 MACRAE, 2018, p. 93.

22 OKITA, 2015, p. 74-75.

23 FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. Ael**, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 81-125, 2003. Anual. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2510/1920>>. Acesso em: 02 set. 2018.

24 GREEN, 2015, p. 185.

25 FERRARI, 2003, p. 105-106.





Fundando pelo jornalista e intelectual João Silvério Trevisan, depois de seu auto-exílio nos Estados Unidos, o grupo não durou muito, devido a problemas internos.<sup>26</sup> Dois anos depois, em 1978, surge o primeiro movimento social organizado voltado aos direitos homossexuais, chamado inicialmente por Núcleo de Ação pelos Direitos do Homossexual e oficializado por Somos: Grupo de Afirmação Homossexual.<sup>27</sup> As pautas nessa fase inicial tinham um caráter de afirmação da identidade homossexual e de reivindicações de direitos civis e políticos mais igualitários. O movimento desafiava para além da repressão do golpe pré-estabelecido, mas para preceitos estruturais da sociedade brasileira, como o cristianismo e patriarcalismo.<sup>28</sup> Esse primeiro momento do movimento homossexual, é caracterizado, sobretudo, pela expansão do movimento pelo Brasil. O decorrer dos anos 1980, o movimento homossexual defrontou-se com novas problemáticas e períodos políticos. Esta década, segundo Facchini (2003), é marcada pela conjuntura de redemocratização e do surgimento da AIDS.<sup>29</sup> Para além desta nomenclatura científica e médico-jurídica, na época também se falava pejorativamente em “Câncer gay”, “Castigo de Deus” ou “Os leprosos dos anos 80” por setores conservadores e religiosos.<sup>30</sup>

### **Expansão do movimento homossexual no Brasil**

As raízes do movimento homossexual – que origina o movimento LGBTQI+ na contemporaneidade - surgem no Brasil reivindicando projetos de politização do gênero e da sexualidade frente as relações de poder sofridas historicamente por meio da cultura heteropatriarcalista, cristã e médico-jurídico. Segundo Green (2015) e Facchini (2003), os primeiros movimentos homossexuais brasileiros defendiam a retirada de estigmas sociais de “Gueto”. De acordo com Green (2015), gays e lésbicas vinham contestando ao longo dos anos 1950 e 1960 o comportamento e a moralidade pré-estabelecida. O movimento homossexual lutava para desvincular a homossexualidade de estigmas sociais, construindo assim, uma imagem desmistificada da homoafetividade. Tinham como propósito, também, desvinculá-la

---

26 TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade**. São Paulo: Max Limonad, 1986.

27 OKITA, 2015.

28 PARKER, Richard G. Normas e perversões. In: **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. PARKER, Richard G. Editora Best Seller, 1991. p. 109.

29 Sigla para se referir a *Acquired Immunodeficiency Syndrome* - AIDS. Em português se chama Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

30 BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco; ROSA, Johnny de Moura. “OS LEPROSOS DOS ANOS 80”, “CÂNCER GAY”, “CASTIGO DE DEUS”: homossexualidade, AIDS e capturas sociais no Brasil dos anos 1980 e 1990. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 1, mar. 2018. Trimestral. p. 776 Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3175/12225>>. Acesso em: 20 out. 2018.



do discurso patológico, como vista pelos médicos-jurídico, ou do sentido pecaminoso, como vista pela cristandade<sup>31</sup>.

Autores como Green (2015), Okita (2015) e MacRae (2018) discutem sobre esse período e fundamentam que, por volta de 1974-1975, com o aprofundamento da crise do falido “milagre econômico” brasileiro, abriu-se um determinado espaço para fazer críticas ao sistema. O contexto da efervescência desses movimentos sociais é concomitante com a decadência do regime militar e da chamada “abertura política”. Esse período é marcado, sobretudo, pelo fracasso do “milagre econômico” iniciado - no ano 1973 - com a crise do petróleo, ocasionando altos índices inflação a partir de 1974, e enfraquecendo a legitimidade do regime pelas classes médias. A transição para o regime democrático foi uma medida iniciada pelo ditador Ernesto Geisel (1974-1979) que, segundo sua promessa, o Brasil passaria por uma transição “lenta, gradual e segura” para a normalidade democrática. Seu sucessor, o ditador João Batista Figueiredo (1979-1985), é continuador desse processo de “distensão política”<sup>32</sup>.

Fevereiro de 1979 é um dos momentos chaves para entender a trajetória de lutas e de expansão que o Somos/SP desempenhou em sua história. Nesse mês houve na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo o primeiro debate a respeito de minorias do Brasil, onde o grupo foi ao evento. Para além da importância social que esse debate exerceu no movimento e em sua História, mostrou que o mesmo é interlocutor legítimo na discussão sobre suas problemáticas<sup>33</sup>. Esse debate foi primordial para o crescimento de novos participantes no grupo – como a entrada de mulheres lésbicas<sup>34</sup> - e, sobretudo, pela expansão de outros movimentos sociais organizados em todo Brasil<sup>35</sup>. Nas palavras de Fry e MacRae, em relação a esse episódio: “foi uma experiência catártica que aumentou a confiança dos participantes e deu impulso à formação de outros grupos similares em São Paulo e outras cidades como também vários estados”<sup>36</sup>.

Segundo Ferrari, a medida que a expansão/espacialização do movimento homossexual crescia no Brasil, evidenciava-se uma postura ativa desses sujeitos para com a sua subjetividade, sua cultura e suas demandas específicas<sup>37</sup>. Este paradigma pode ser verificado, também, na grande Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, na virada da década de 1980

---

31 GREEN, 2015, p. 177.

32 GREEN, 2015.

33 GREEN, 2015.

34 FERDANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil, 12/10/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

35 FRY; MACRAE, 1991, p. 22-23.

36 FRY; MACRAE, 1991, p. 23.

37 FERRARI, 2003, p. 106.

para 1990 – a partir das demandas e dos conflitos sociais da capital catarinense. Os anos 1980 marcam a trajetória da História do movimento homossexual brasileiro como um todo. Na primeira metade da década, houve a espacialização de grupos organizados para várias unidades da federação – contribuindo para construção redes. Com a explosão da AIDS e da aproximação de movimentos sociais na esfera de poder público – a partir da redemocratização brasileira -, organizações não governamentais (ONG's) começaram a lutar e a atuar em prol políticas públicas. A ADEH como veremos, está dentro dessa concepção de movimento homossexual enquanto ONG.

### **Formação da ADEH em Santa Catarina**

A Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais (ADEH) foi fundada em 1992 - na emergência de organizações voltadas a comunidade homossexual catarinense - na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina. A ADEH enquanto ONG, exerceu e ainda exerce políticas públicas em favor da comunidade homossexual – e na contemporaneidade para a comunidade LGBTQI+.

Provisoriamente trabalhando no Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA) - no final de 1992 - a associação conseguiu sua oficialização em março de 1993, com a inauguração de sua sede própria. O grupo surge na conjuntura da rápida expansão da AIDS no meio homossexual e da alta homofobia na Grande Florianópolis. O sentido inicial das primeiras/os fundadoras/es do grupo foi a tentativa de oferecer a população homossexual acesso à informação e insumos de prevenção contra a AIDS. Sua fundação se efetivou com a ajuda de militantes do Grupo Arco-Iris de Florianópolis, onde este último, ajudou na organização das primeiras atividades da ADEH<sup>38</sup>.

Segundo estudo recente sobre a conjuntura de criação da ADEH, realizado pelo historiador Igor Henrique Lopes de Queiroz (2013) - chamado de “Entre Mortes, Perseguições e Emergências: A Criação da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais da Grande Florianópolis através das Páginas Jornalísticas” - mostra que a associação nasce num período de intensa repressão policial, de assassinatos e violências cometidas contra a comunidade

---

38 COSTA, Carolina Rodrigues. **O Movimento de Travestis e Transexuais da Região da Grande Florianópolis: Alternativas para a participação**. 2009. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro Sócio-econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/119772/284085.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 set. 2018.

homossexual na Grande Florianópolis, no início dos 1990<sup>39</sup>. Segundo Queiroz, após as arbitrariedades e as violências contra travestis, há uma emergência para um discurso de mobilização política para proteção dos direitos homossexuais<sup>40</sup>. Segundo o presidente da ADEH, só na cidade de Florianópolis, ao menos sete homossexuais foram assassinados durante os anos 1986-1993<sup>41</sup>.

Por meio da análise da reportagem do Diário Catarinense (DC) de 25 de novembro de 1992 podemos entender o início da trajetória e das lutas que a ADEH exerceu em Santa Catarina. O DC, em matéria “Homossexuais querem formar associação” realizada em 1993, entrevistam o líder e futuro presidente da associação Cláudio Orlando dos Santos - mais conhecido por Clô. Nas palavras de Cláudio Orlando dos Santos: “o nosso objetivo é lutar legalmente contra comportamentos lesivos aos direitos humanos de todos os homossexuais. Queremos direitos de ir e vir garantidos e que nos respeitem como seres humanos” (DIÁRIO CATARINENSE, 1993) [BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA]. Nessa conjuntura, a ADEH já estava com a parte administrativa praticamente pronta nesse momento. Entretanto, a mesma funcionou provisoriamente na sede do GAPA até ir para sua sede própria. Em sua sede, a ADEH trabalhou nas áreas de saúde, jurídica e social<sup>42</sup>.

Em reportagem sobre o 1º Encontro Regional Sul de Homossexuais (ERSHO) realizado – em junho de 1993 - e organizado pela ADEH (IMAGEM 1 e 2), o DC nos descreve algumas pautas do evento. Para além da discussão sobre discriminação, AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, foram faladas as principais pautas do 7º Encontro Brasileiro de Homossexuais. Outro momento de extrema importância nesse evento, foi a proposta de revisão constitucional para incluir a discriminação de orientação sexual como crime. Tony Reis, presidente da ADEH de Curitiba, defendeu no encontro a inserção de uma cláusula sobre um basta sobre a discriminação dos homossexuais<sup>43</sup>.

Imagem 1: Ativistas no 1º Encontro Regional Sul de Homossexuais (ERSHO) - realizado em junho de 1993

Imagem 2: Presidente da ADEH - Cláudio Orlando dos Santos - discursando no 1º Encontro Regional Sul de Homossexuais (ERSHO)

39 QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. Entre Mortes, Perseguições e Emergências: A Criação da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais da Grande Florianópolis Através das Páginas Jornalísticas. **Emblemas**, Catalão, Go, v. 10, n. 2, p.167-180, dez. 2013. Semestral. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/view/29241>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

40 Idem.

41 Em defesa dos direitos – Gays da Capital terão proteção da lei. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23 jul. 1993, p. 33.

42 Homossexuais querem formar associação. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 25 nov. 1992, p. 27.

43 Homossexuais discutem problemas. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 7 jun. 1993, p. 25.



Fonte: **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05 jun. 1993, p. 25.



Fonte: **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07 jun. 1993, p. 25.

As iconografias preto e branco do DC rememoram algumas políticas de direitos, de cidadania, de empoderamento e de afetos do movimento homossexual catarinense. A primeira imagem, mostra a felicidade e a união de homossexuais de verem novos horizontes de possibilidades e de expectativas para suas questões e problemáticas durante o 1º ERSHO. Alegria e esperança eram construídas nesse momento, haja vista a dura realidade social e os dados quantitativos registrados da repressão - tanto estatal-policial, quanto da população civil heteropatriarcal - para com as homossexualidades. A segunda imagem mostra o então presidente da ADEH Cláudio Orlando dos Santos - Clô - discursando no 1º ERSHO.

A ADEH teve três grandes momentos em sua trajetória em Santa Catarina. O primeiro, abrange temporalmente a sua fundação, em 1992, até a morte de Clô, em 1996. Clô, era portador do vírus HIV e não resistiu a um espancamento por policiais militares.<sup>44</sup> A segunda fase, pode ser entendida como os três anos após a morte de Clô – 1996 a 1999 -, onde a organização não realizou trabalhos. A terceira, começa no início do século até a atualidade. Nesse último momento, a ADEH está sob nova direção e é reconhecida pela concretude das lutas que desenvolveu no Estado de Santa Catarina<sup>45</sup>. Com o fortalecimento da associação, a mesma conseguiu ajudar na criação de outras seis intuições dentro de Santa Catarina até 2009. Segundo Costa (2009), estavam em funcionamento até esse período os grupos: Sol, de Xanxerê; ATRAVE de Rio do Sul; Gata, de Tubarão e Deusas, de Criciúma<sup>46</sup>. Foi a partir desta e outras devolutas sociais que a ADEH tornou-se reconhecida tanto em cenário estadual, quanto nacional por seu trabalho de prevenção a AIDS e da defesa de direitos a comunidade LGBTQI+ catarinense<sup>47</sup>.

44 COSTA, 2009, p. 37.

45 COSTA, 2009, p. 37-38.

46 COSTA, 2009, p. 38.

47 COSTA, 2009, p. 38.

## Conclusão

Em relação as análises dos movimentos Somos/SP e ADEH/SC, se tentou por meio dessa investigação pormenorizar o sentido conjuntural desses dois movimentos homossexuais organizados, e entender os dois grupos dentro de uma ótica de gênero, de sexualidade, de espaço e de poder - construídos dialeticamente nessa rede de confluências globais.

Para além de mostrar as devolutas sociais dos movimentos, devemos tocar no ponto do caráter da homofobia, que não só acompanha os dois grupos, mas como toda a história do Brasil e do mundo ocidental. O movimento LGBTQI+ brasileiro vem organizando suas lutas desde a sua criação do Somos/SP na ditadura civil militar em 1978. O Somos/SP marcou-se na História como um movimento organizado que lutou para além da filosofia conservadora do regime pré-estabelecido, moldada na “moral e bons costumes” heteropatriarcais, mas no enfrentamento ativo contra toda uma cultura brasileira, construída em bases e arquétipos cristãos e heteropatriarcais conservadores.

Por último, vale pontuar a importância da devoluta social do historiador, quanto ao seu papel de preservação da memória e de investigar setores marginalizados e historicamente oprimidos. A relação entre o campo da memória e História, devem ser vistas como intrínsecas. A importância da dialética entre o campo da História e da memória, como bem diz Lucilia de Almeida Neves Delgado, é sobretudo com a:

[...] busca [de] evitar que o ser humano perca referências fundamentais à construção das identidades coletivas, que mesmo sendo identidades sempre *em curso*, como afirma Boaventura Santos (1994, p. 127-9), são esteios fundamentais do auto-reconhecimento do homem como sujeito de sua história<sup>48</sup>.

Nas palavras de Marilena Chauí, “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total”.<sup>49</sup> Preservar o legado do Somos/SP e da ADEH/SC é um compromisso histórico, que não deve ser esquecido. Deixar na escrita da História é materializar e perpetuar suas memórias de lutas e de devolutas sociais.

## Referências

---

48 DELGADO, 2003, p. 14.

49 CHAUI, 1995, p. 125 *apud* DELGADO, 2003, p. 16.



BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco; ROSA, Johnny de Moura. “OS LEPROSOS DOS ANOS 80”, “CÂNCER GAY”, “CASTIGO DE DEUS”: homossexualidade, AIDS e capturas sociais no Brasil dos anos 1980 e 1990. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 1, mar. 2018. Trimestral. p. 776.

COSTA, Carolina Rodrigues. **O Movimento de Travestis e Transexuais da Região da Grande Florianópolis: Alternativas para a participação**. 2009. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro Sócio-econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, p.9-25, 2003.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. Ael**, Campinas, v. 10, n. 18/19, p.81-125, 2003. Anual.

FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], n. 25, p.105-115, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO).

FERREIRA, Guilherme Gomes; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p.223-233, dez. 2013. Semestral.

FOUCUALT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**; tradução de Maeia Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985, 7ª Edição.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense S. A., 1991. p. 21.

GREEN, James N.. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p.271-295, 2000. Quadrimestral.

GREEN, James. Capítulo VI O Grupo Somos, A Esquerda e a Resistência à Ditadura; In: **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. James N. Green e Renan Quintana (Org.). Ed.

HARLEY, Brian. “Mapas, saber e poder”. *Confins* [Online], 2009. p. 2

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade** – política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”./ Edward MacRae. - Salvador: EDUFABA, 2018. 377 p.

MIRANDA, Isabella Gonçalves; MERLADET, Fábio André Diniz. Uma apresentação crítica dos conceitos de globalização hegemônica e contra-hegemônica à luz das novas manifestações populares internacionais. *Primeiros Estudos*, São Paulo, n. 3, p.7-24, 2012.



MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia In: **História do Movimento LGBT no Brasil** / organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Cetano, Marisa Fernandes. 1. ed. – São Paulo: Alameda, 2018

OKITA, Hiro. **Homossexualidade**: da opressão à libertação. 2ª ed. São Paulo: Sundermann, 2015. 112 p.

PARKER, Richard G. Normas e perversões. In: **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. PARKER, Richard G. Editora Best Seller, 1991. p. 109.

QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. Entre Mortes, Perseguições e Emergências: A Criação da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais da Grande Florianópolis Através das Páginas Jornalísticas. **Emblemas**, Catalão, Go, v. 10, n. 2, p.167-180, dez. 2013. Semestral.

RAMALHO, Maria Irene. A sogra de Rute ou intersexualidades. In: SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002. p. 525-555.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SOUZA, Rafael de. **Saindo do gueto: o Movimento Homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982**. 2013. 138 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TAQUES, Fernando José. **Movimento GLBT em Santa Catarina: A Questão do Empoderamento**. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

TAQUES, Fernando José. Movimento GLBT: considerações necessárias. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 43, n. 2, p.144-148, ago. 2007. Quadrimestral.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. São Paulo: Max Limonad, 1986.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. **Cadernos Ael**, Campinas, n. 5/6, p.193-220, 1997. Quadrimestral.

## Fontes

AEL/Unicamp. Pasta: “Grupo Outra Coisa”.

Biblioteca do Estado de Santa Catarina. Em defesa dos direitos – Gays da Capital terão proteção da lei. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23 jul. 1993, p. 33.

Biblioteca do Estado de Santa Catarina. Homossexuais querem formar associação. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 25 nov. 1992, p. 27.





Biblioteca do Estado de Santa Catarina. Homossexuais discutem problemas. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 7 jun. 1993, p. 25.

FERNANDES, Marisa. Entrevista concedida a Camila Diane Silva. São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil, 12/10/2018. Acervo do LEGH/UFSC.

---

Recebido em 28 de novembro de 2018.

Aceito para publicação em 19 de agosto de 2019.



**Resgate das sementes crioulas em Anchieta – SC (1996 – 2002): processo histórico e ecos***Rescue of creoule seeds in Anchieta - SC (1996 – 2002): historical process and echoes*Angela Regina Locatelli<sup>1</sup>[angela.r.locatelli@gmail.com](mailto:angela.r.locatelli@gmail.com)

Universidade Federal de Santa Catarina

**Resumo:** Este artigo é baseado no meu Trabalho de Conclusão de Curso e analisa o processo histórico do resgate das sementes crioulas, realizado no município de Anchieta - SC, conduzido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), que repercutiu e ainda repercute nacionalmente e internacionalmente. O foco temporal é entre os anos de 1996 e 2002. Há a contextualização e discussão da relação dos munícipes com essas sementes, além dos impactos da Revolução Verde para a agricultura familiar sustentável e os movimentos sociais que se organizaram para reverter estes impactos. A História Ambiental é a disciplina que fundamenta este artigo, sendo que ele ainda conta com referências interdisciplinares e fontes orais e icnográficas.

**Palavras – chave:** Sementes crioulas; Agricultura familiar sustentável; Resgate; SINTRAF.

**Abstract:** This article is based on my Course Conclusion Paper and analyses the historical process of rescue of creoule seeds, realized in the city of Anchieta - SC, by Worker Union of Family Agriculture (SINTRAF), that has repercussed and still reverberates nationally and internationally. The temporal focus is between the years of 1996 until 2002. There is the contextualization and discussion of the relationship of residents with these seeds, as well as the impacts of the Green Revolution on sustainable family farming and the social movements that organized to reverse these impacts. Environmental History is the discipline that underlines this article, and it still has interdisciplinary references and oral and icnographic sources.

**Key-words:** Creoule seeds; Family sustainable agriculture; Rescue; SINTRAF.

## Introdução

Anchieta é um município localizado na região extremo oeste de Santa Catarina, municipalizado em 1963, com uma população estimada de 5721 pessoas.<sup>2</sup> Foi um dos primeiros municípios do Brasil a trabalhar com a preservação das sementes crioulas. Elas são cultivadas de forma autônoma e manual por famílias agricultoras. O tema do presente trabalho é muito próximo a mim, pois sou natural de Anchieta e vivi por 19 anos no município. Tanto minha família materna, como minha família paterna têm vínculos com a agricultura e com o cultivo

---

1 Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

2 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2017 Anchieta - SC.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/anchieta/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2019.



dessas sementes. É importante ressaltar que meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)<sup>3</sup> é a base deste artigo, sendo que não há outros trabalhos na área de História sobre o processo do resgate das sementes crioulas em Anchieta, nem das respectivas festas das sementes.

O recorte temporal proposto é o período entre os anos de 1996 e 2002. O ano de 1996 marca o início das discussões em Anchieta para mobilizar os agricultores e as agricultoras familiares para a preservação das sementes crioulas que ainda existiam e o ano de 2002 marca a realização da 1ª Festa Nacional do Milho Crioulo (FENAMIC), para comemorar e promover o sucesso do programa de resgate das sementes crioulas, assim como foi feito na realização da 1ª Festa Estadual do Milho Crioulo (FEMIC), no ano 2000. Houve mais cinco festas (2004, 2007, 2011, 2012 e 2018). O termo resgate é amplamente utilizado e conhecido nos trabalhos que envolvem sementes crioulas.

Meu TCC congrega vários campos do conhecimento, tendo como fio condutor a disciplina de História Ambiental, que se caracteriza por ser interdisciplinar e estudar as relações entre os seres humanos e a natureza. Há trabalhos da área de Ciências Agrárias, visto que, por meio de extensa pesquisa bibliográfica constatou-se vários trabalhos acadêmicos dessa área sobre as sementes crioulas de Anchieta e temas afins. Ainda há trabalhos na área de Ciências Sociais e de outras áreas das Ciências Humanas, além de trabalhos de ativistas pesquisadores.

A principal referência para este trabalho é o livro de Adriano Canci<sup>4</sup>, *Sementes Crioulas: construindo soberania, a semente na mão do agricultor*, publicado em 2002. Adriano trabalhou como técnico agrícola do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Anchieta (SINTRAF – Anchieta)<sup>5</sup> entre os anos de 1997 e 2004, portanto fez parte da equipe que coordenou a prática do resgate das variedades crioulas nas localidades rurais de Anchieta.

Entre as fontes, estão depoimentos orais, realizados por mim com a metodologia da História Oral, depoimentos presentes em trabalhos locais e fotografias. Para este artigo selecionei um trecho de um dos tantos depoimentos que realizei em 2018 e utilizei no TCC, com pessoas envolvidas com o projeto de resgate e uma fotografia da época.

Em seu artigo *Histórias dentro da História*, Verena Alberti, aponta que, “a História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’, e dessa forma,

---

3 LOCATELLI, Angela Regina. **Uma história ambiental do resgate das sementes crioulas em Anchieta – SC (1996 – 2002)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/197468>. Acesso em: 10 jul. 2019. Orientado pela Prof.ª Dr.ª Eunice Sueli Nodari.

4 Adriano Canci é Técnico em Agropecuária, licenciado em Geografia e atualmente cursa Agronomia.

5 Até 1997 este sindicato era denominado de Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).



amplia as possibilidades de interpretação do passado”<sup>6</sup>. A metodologia da História oral é interdisciplinar e é adotada em diversas áreas do conhecimento<sup>7</sup>.

A História Ambiental é um campo historiográfico que estruturou-se a partir da década de 1970 na academia de diversos países, segundo José Augusto Pádua (2010), historiador e teórico da História Ambiental.<sup>8</sup> Atualmente ela é um campo diversificado e vasto de pesquisa. Milhares de pesquisadores anualmente analisam vários aspectos das interações entre os sistemas naturais e os sociais e suas produções abarcam “tanto realidades florestais e rurais quanto urbanas e industriais, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais”<sup>9</sup>.

Da mesma forma que meu TCC o presente artigo está dividido em três partes, a ser: Migração, colonização e agricultura familiar em Anchieta – SC; Revolução Verde, agricultura alternativa e movimentos sociais rurais: refletindo em Santa Catarina; Resgate das sementes crioulas em Anchieta – SC: ações, atores sociais envolvidos e ecos. Essas partes são conectadas por meio da discussão da constituição e fortalecimento da agricultura familiar em Anchieta e desafios, lutas e ações vivenciados por diversos atores sociais do meio rural e urbano engajados com a preservação e disseminação das sementes crioulas e da agricultura familiar sustentável.

### **Migração, colonização e agricultura familiar em Anchieta – SC**

Segundo Renk e Winckler<sup>10</sup> “estatística e socialmente, o oeste catarinense é reconhecido como território constituído de pequenas propriedades rurais. Enquanto tal essa é uma construção relativamente recente”. As autoras usaram como recorte para o oeste catarinense “o território compreendido pelo município de Chapecó, criado em 1917, com a área de 14.000 km<sup>2</sup>, que atualmente, abrangeria, a leste, a área entre os municípios de Vargeão e Abelardo Luz até a fronteira com a Argentina”<sup>11</sup>.

6 ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Oraís**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155.

7 Ibidem, p.156.

8 PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p.81, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142010000100009&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142010000100009&script=sci_arttext&tlng=es)>. Acesso em: 01 set. 2017.

9 Ibidem, p.96.

10 RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. Para uma biografia da pequena propriedade rural no oeste catarinense. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 17, n. 2, p. 308, 2017. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/viewFile/7496/4416>>. Acesso em: 01 set. 2017>.

11 Ibidem, p.317.



Salienta-se que havia a presença indígena em Anchieta até o começo do século XX, inclusive há vestígios arqueológicos dessa presença tanto nesse município como no resto da região oeste. A presença dos chamados pioneiros caboclos em Anchieta ocorreu a partir das primeiras décadas do século citado, no entanto a partir de meados de 1950 a corrente migratória deles diminuiu por conta da vinda dos migrantes catarinenses e gaúchos<sup>12</sup>.

A corrente migratória que chegou no território atual de Anchieta em meados de 1950 era formada por comerciantes e agricultores que pertenciam em sua maioria as etnias alemã, italiana e polonesa, mas também havia caboclos de possível origem africana e indígena. Essa corrente foi a que ocupou e transformou a paisagem e o território de Anchieta de forma maciça<sup>13</sup>. Por volta do começo da segunda parte do século XX, o atual território rural de Anchieta, por meio de colonizadoras passou a ser medido e dividido em “colônias”, possuindo em torno de 25 hectares cada<sup>14</sup>.

Na agricultura familiar de Anchieta ainda há muitas famílias que cultivam e preservam sementes crioulas, assim como as que trocam e/ou comercializam com outras pessoas, mas nas entrevistas que fiz em 2018 com pessoas envolvidas com a preservação das sementes crioulas no município e na dissertação de mestrado<sup>15</sup> de Rosicleide Gofi<sup>16</sup>, é constatado que em relação a sucessão familiar entre os guardiões de sementes crioulas no município não há muitas perspectivas de continuação das atividades agrícolas pelos mais jovens, por conta da busca dos mesmos por trabalhos no meio urbano e para estudar em universidades com aulas presenciais. No entanto estão sendo feitos seminários para os jovens agricultores sobre a importância do trabalho deles para a preservação das sementes crioulas e de uma agricultura sustentável, com apoio da prefeitura municipal e de outras instituições.

Em Anchieta o milho foi o primeiro cereal plantado. Ele era a espécie mais cultivada no município, em área, segundo referências de 2004, além da bovinocultura de leite e a produção de milho serem atividades destacadas no município e que mais envolviam agricultores, ainda em 2004, agitando a economia local<sup>17</sup>. Essas atividades ainda são destacadas no município.

---

12 CANCI, Ivan José; BRASSIANI, Ivanildo Ângelo (org.). **Anchieta: história, memória e experiência, uma caminhada construída pelo povo.** São Miguel do Oeste: McLee, 2004, p.5.

13 Ibidem, p. 5-6.

14 Ibidem, p.23-24.

15 GOFI, Rosicleide. **O processo de sucessão familiar em famílias guardiãs de sementes crioulas: estudo de caso no município de Anchieta/SC.** 2017. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186332>. Acesso em: 29 jun. 2018.

16 Gofi é natural de Anchieta, de uma família de agricultores que preserva sementes crioulas há décadas (GOFI, 2017).

17 CANCI; BRASSIANI, op. cit., p. 18-19.



Anchieta possui fábricas, entre elas as de móveis e comércio local diversificado, além de estar tendo destaque no turismo ecológico.

Anchieta, desde os primórdios de sua colonização possui uma grande riqueza de cultivo das sementes crioulas entre as famílias agricultoras. Essas sementes são muitas vezes oriundas de membros de suas famílias de origem e dos municípios que viveram antes de migrarem para Anchieta ou são obtidas por troca com os vizinhos e em feiras. Essa relação de cultivo e preservação passou por grandes dificuldades a partir da chegada do pacote tecnológico resultante da Revolução Verde<sup>18</sup>, a chamada modernização da agricultura, no município, na década de 1970<sup>19</sup>.

Conforme dados da década de 1980 o consumo de agrotóxicos e adubos químicos ainda não era majoritário em Anchieta<sup>20</sup>. Dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017<sup>21</sup> apontam que em Anchieta há 703 estabelecimentos agropecuários, sendo que em 628 deles há o uso de agrotóxicos e apenas em 51 não.

A vinda do pacote tecnológico da Revolução Verde para Anchieta, principalmente dos milhos híbridos e dos agrotóxicos, na década de 1970 está inserida em um contexto regional, nacional e internacional amplo, de fortalecimento desse pacote, que passou a ser implantando em Santa Catarina a partir da década de 1950, como veremos na próxima seção.

## **Revolução Verde, agricultura alternativa e movimentos sociais rurais: refletindo em Santa Catarina**

As sementes crioulas são as sementes nativas que foram melhoradas de forma manual pelos pequenos agricultores, por gerações, e os saberes que envolvem o cultivo dessas sementes fazem parte de uma cultura construída pela humanidade<sup>22</sup>. Salienta - se “que, ‘crioula’ é um

18 A Revolução Verde é um processo de modernização da agricultura que tem suas origens no fim do século XIX nos EUA, a partir da introdução das tecnologias mecânicas e de adubação química, que também foram adotadas no Japão e em países europeus. Os agrotóxicos entraram nesse processo após a 1ª Guerra Mundial, por conta do desenvolvimento das armas químicas. Esse processo teve uma rápida difusão, por conta de sua alta produtividade de produção e de trabalho. Fonte: COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular. 2017, p.23-24.

19 CANCI, Ivan José; BRASSIANI, Ivanildo Ângelo (org.). **Anchieta: história, memória e experiência, uma caminhada construída pelo povo**. São Miguel do Oeste: McLee, 2004.

20 Ibidem, p.21.

21 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017 Anchieta – SC**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/anchieta/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 20 jun. 2019.

22 CAMPOS, Antônio Valmor de. **O reconhecimento de agricultores do município de Anchieta-SC, que cultivam sementes de milho crioulo, como pesquisadores e detentores de direito da propriedade intelectual sobre a melhoria dessas sementes**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – Graduação

termo que não fica restrito a semente em si, mas refere-se também a tubérculos, como de batata e ramas de mandioca, entre outros alimentos”<sup>23</sup>.

Conforme Serinei Grígolo<sup>24</sup> as sementes híbridas são originadas pelo processo chamado hibridização, que consiste em cruzar linhas puras para criar variedades de sementes que tenham maior rendimento do que qualquer um de seus pais, mas este tipo de semente não revela a sua origem, e como o vigor híbrido não é transmitido para seus descendentes assegura-se à indústria a propriedade sobre a inovação, obrigando o agricultor a comprar as sementes todos os anos, se desejar obter o mesmo resultado.

Grígolo ainda aponta que, as sementes transgênicas, as modificadas geneticamente pela transgenia, foram feitas para produzirem em menos tempo e para diminuir as características indesejadas. Houve três linhas de melhoramento por meio da biotecnologia: uma que tornou as plantas resistentes a insetos, agrotóxicos e estresses ambientais; outra que incrementou nutrientes nas plantas e outra que levou as plantas a produzirem combustíveis, elementos não tradicionais e elementos fármacos<sup>25</sup>.

Conforme Costa<sup>26</sup> no Brasil há um apoio central das políticas públicas brasileiras ao padrão tecnológico da Revolução Verde, que é muito agressivo ao meio ambiente e dependente de energia externa. Esse padrão está promovendo a excessiva intensificação das monoculturas, do desmatamento, do uso intensivo do solo e dos agroquímicos, especialmente os agrotóxicos. No entanto, no país também está avançando um padrão tecnológico pelo viés da agroecologia, principalmente na agricultura familiar. A agroecologia é uma área da ciência que “se fundamenta na compatibilização dos processos produtivos agrícolas com a conservação do ambiente e dos recursos naturais – na eficiência produtiva e energética, e em distribuição mais justa dos alimentos e da renda gerada a partir da produção primária”<sup>27</sup>.

---

em Educação, Escola das Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006, p.5. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/539>. Acesso em: 01 set. 2017.

23 GOFI, Rosicleide. **O processo de sucessão familiar em famílias guardiãs de sementes crioulas**: estudo de caso no município de Anchieta/SC. 2017, p.42-43. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186332>. Acesso em: 29 jun. 2018.

24 GRÍGOLO, Serinei César. **A renovação das estratégias de lutas na agricultura**: o caso das festas das sementes crioulas no sul do Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/11267>. Acesso em: 01 set. 2017, p.47-48.

25 Ibidem, p.58.

26 COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil**: história, princípios e práticas. São Paulo: Expressão Popular. 2017, p.8.

27 COSTA, Ibidem.



Segundo o historiador Claiton Márcio da Silva o fortalecimento do pacote tecnológico da Revolução Verde em Santa Catarina entre a juventude rural, especialmente a do oeste catarinense, foi devido a implantação do programa de extensão rural, *Programa dos Clubes 4 – S*<sup>28</sup>, que já vinha sendo implantado no Brasil desde a década de 1950. Esse programa foi implantado em Santa Catarina durante a ditadura militar, com forte atuação na segunda metade da década de 1970, disseminando as práticas de uso de sementes híbridas e agrotóxicos. No entanto a forte atuação dos movimentos sociais rurais, “no contexto da abertura política trouxe críticas a esta forma de trabalho, identificada com o processo de exclusão dos agricultores, resultando na diminuição significativa dos Clubes 4 – S”<sup>29</sup>.

O amplo contexto ideológico propício aos agrotóxicos em Santa Catarina durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 declinou a partir de 1980, quando emergiu um clima de crítica e insegurança aos agrotóxicos, que ocasionou o advento e defesa da agricultura alternativa, agroecológica ou orgânica. O momento era de crise econômica e redução drástica do crédito rural no Brasil e maior popularidade e circulação de ideias ambientalistas, especialmente em Santa Catarina, o que se refletiu “em legislações ambientais (não só relacionadas aos agrotóxicos) e na criação de órgãos ambientais regulatórios, como o Ministério do Meio Ambiente e os centros de informações toxicológicas”<sup>30</sup>. No entanto, desde a segunda metade da década de 1990 a agroecologia cresce de forma modesta em Santa Catarina, apesar de haver um grande histórico de críticas aos agrotóxicos no estado, sendo que “as razões do avanço lento da agroecologia em Santa Catarina e no restante do país se devem a fatores de ordem técnica, econômica e política”<sup>31</sup>.

Membros dos movimentos sociais rurais de Anchieta foram incentivados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF) a trabalhar pelo resgate das sementes crioulas ao longo da segunda parte da década de 1990, sendo que alguns movimentos foram

---

28 Esta sigla significa Saber, Sentir, Servir e Saúde, sendo uma adaptação brasileira da sigla estadunidense 4 – H (Head (cabeça), Heart (coração), Hands (mãos) e Health (saúde)). Fonte: SILVA, Claiton Marcio da. Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria”: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 23, n. 33, 2010, p. 39.

29 SILVA, Claiton Marcio da. Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria”: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 23, n. 33, 2010, p. 37.

30 CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli.; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol.24, n.1, 2017, p.89. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702017000100075&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702017000100075&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 05 abr. 2018.

31 CARVALHO, Ibidem, p.88-89.





convocados para participar mais desse movimento de resgate a partir da 1ª Festa Estadual do Milho Crioulo (FEMIC), no ano 2000, a exemplo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (informação verbal)<sup>32</sup>.

O SINTRAF de Anchieta foi fundado em setembro de 1970, com o nome de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta. Em 1972 o SINTRAF foi filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC).<sup>33</sup> O SINTRAF é mais conhecido a nível regional, nacional e internacional por conta do trabalho de resgate das sementes crioulas que promoveu a partir da década de 1990, como veremos com mais detalhes na próxima seção.

### **Resgate das sementes crioulas em Anchieta – SC: ações, atores sociais envolvidos e ecos**

O Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Anchieta (SINTRAF - Anchieta), por meio de seus membros, na gestão que assumiu a partir de 1996, sentiu os impactos do crescimento do comércio de adubos químicos, de agrotóxicos e de sementes comerciais entre os agricultores e agricultoras do município. Essa situação estava levando a perda de autonomia dos mesmos em relação a sua produção alimentar, pois estavam se tornando dependentes do agronegócio. Leucir Carpeggiani, agricultor que assumiu a direção do SINTRAF em 1996, propôs, em reunião com outros membros do sindicato a implementação de um programa de resgate das sementes crioulas em Anchieta, que foi discutido ao longo de 1996 e começou a ser colocado em prática em 1997. Esse trabalho cooperativo do resgate das sementes crioulas de Anchieta iniciado pelo SINTRAF reverberou em programas municipais de apoio à agricultura familiar agroecológica, na capacitação dos agricultores e das agricultoras por meio de seminários, confecção de cartilhas técnicas e cursos de formação e viagens<sup>34</sup>.

A figura 1 evidencia a colheita de milho crioulo, realizada na comunidade rural Café Filho, em Anchieta no ano de 1998. Esta figura é uma exemplo do grande envolvimento dos agricultores com o projeto de resgate.

---

32 Informação de Adriano Canci via rede social, em out. 2017.

33 CANCI, Ivan José; BRASSIANI, Ivanildo Ângelo (org.). **Anchieta**: história, memória e experiência, uma caminhada construída pelo povo. São Miguel do Oeste: McLee, 2004, p.340-341.

34 CANCI, Adriano. **Sementes crioulas**: construindo soberania, a semente na mão do agricultor. São Miguel do Oeste: McLee, 2002. 161 p.

Figura 1 - Colheita de milho crioulo em grupo na Linha Café Filho, em Anchieta, no ano de 1998.



Fonte: Acervo pessoal de Adriano Canci (2019).

A nova direção do SINTRAF, começou a questionar a neutralidade que tinha no trabalho de base do sindicalismo da época, e passou a discutir a atuação do mesmo em ações concretas para agricultores, pois isso não estava acontecendo. Era ainda, um momento de crise nas finanças do sindicato e de dificuldades na organização e condução do mesmo. Constatou-se que os pequenos agricultores tinham que construir seu projeto para trabalhar a agroecologia e ir as lutas concretas; constataram que era preciso ter autonomia na produção e resgate das sementes crioulas para haver contraponto ao modelo de agricultura tradicional vigente e era necessário denunciar os transgênicos, estes que estavam chegando ao Brasil. Ainda segundo os novos dirigentes era preciso ter adubação verde e a construção de pequenas indústrias<sup>35</sup>.

Ações para o resgate das sementes crioulas já haviam ocorrido no sul do Brasil antes do projeto desenvolvido em Anchieta, inclusive serviram como referência para o trabalho no município. Em 1986, na cidade de Lages, ocorreu a primeira reunião que desencadeou no programa de resgate de sementes crioulas em Santa Catarina, por meio do Centro Vianei de Educação Popular. Outra reunião aconteceu em 1987 em Francisco Beltrão-PR. O engenheiro agrônomo Ivo Macagnan, presente nessas reuniões, coordenou inúmeros trabalhos com o milho crioulo em vários municípios catarinenses na safra 1991/1992, articulando com a Rede Milho

---

35 CANCI, Adriano. **Sementes crioulas**: construindo soberania, a semente na mão do agricultor. São Miguel do Oeste: McLee, 2002. 161 p.

à nível nacional. E em 1996, esse trabalho de resgate das sementes crioulas começou a ser discutido em Anchieta entre as lideranças do SINTTRAF, com a assessoria de Ivo Macagnan<sup>36</sup>.

O projeto foi colocado em prática, no ano de 1997, de forma gradual. Salienta-se que, o debate sobre agroecologia cresceu na região do oeste catarinense, em 1996, por conta de seminários ocorridos na região sobre o tema. Em 1996, a direção do SINTRAF - Anchieta decidiu contratar o técnico agrícola Cledecir Zucchi, profissional comprometido com a agroecologia, e ele aceitou o convite, mesmo recebendo esporadicamente o salário. Nos anos de 1996 e 1997 aconteceram reuniões nas comunidades rurais de Anchieta, para fortalecer o SINTRAF e a agroecologia no município, a partir da semente crioula<sup>37</sup>. Adriano Canci foi contratado como técnico agrícola do sindicato em 1997 (informação verbal)<sup>38</sup>.

Foi lançado em Anchieta, em 1997, o Programa de Produção Própria de Sementes, uma parceria do SINTRAF com a Prefeitura Municipal, por meio de um convênio. Em junho do mesmo ano, vinte pessoas de Anchieta, entre membros do sindicato e agricultores interessados visitaram o município catarinense Ipumirim para observarem o trabalho de resgate das sementes crioulas que já estava em andamento nesse município e Anchieta ganhou assessoria do técnico agrícola de Ipumirim, Gerson Wildner, por alguns meses<sup>39</sup>. Conforme Ivan José Canci, atual prefeito de Anchieta na gestão 2017-2020, atualmente não há uma parceria oficial entre o SINTRAF e a Prefeitura Municipal para produção de sementes crioulas, mas uma parceria, em trabalho conjunto, através do Fórum das Entidades, este composto por associações rurais do município, como a COOPERANCHIETA<sup>40</sup> e o SINTRAF. A Prefeitura está finalizando uma proposta de lei para criar novamente o incentivo financeiro voltado para a produção de sementes (informação verbal)<sup>41</sup>.

O agricultor Leugir Carpegiani (63 anos) entrevistado pela autora no dia 18 de março de 2018, em Anchieta - SC, abordou sobre o trabalho de base que foi feito nas comunidades rurais de Anchieta, que resultou nas festas das sementes crioulas posteriormente. Leucir aponta a preocupação que havia para conhecer e aumentar o potencial de produção das variedades crioulas:

---

36 Ibidem, p.21-26.

37 CANCI, Adriano. **Sementes crioulas**: construindo soberania, a semente na mão do agricultor. São Miguel do Oeste: McLee, 2002, p.21-27.

38 Informação de Adriano Canci, out. 2017.

39 CANCI, Adriano, op. cit., p..27-28.

40 Cooperativa formada por famílias agricultoras de Anchieta, voltada especialmente para a comercialização de produtos rurais e/ou orgânicos. Possui uma agropecuária com sede no município de Anchieta. É apoiadora das festas das sementes crioulas e do trabalho com elas. É filiada à Rede Ecovida de Agroecologia.

41 Informação cedida por Ivan José Canci em jun.2019.

Antes (das festas) foi feito o trabalho de base nas comunidades, de resgate das sementes em todas as comunidades do município de Anchieta. E a partir desse trabalho, nós também fizemos experiências de produção para ver a capacidade de produção de cada semente para gente conhecer o potencial de cada uma, para poder investir naquelas que tinham mais produtividade. Então foi todo um processo construído, com experiências de agricultores, com trabalho de campo, a descoberta de conhecer o potencial de cada variedade e daí a gente fazer um trabalho de melhoramento dessa variedade para aumentar o potencial dela nos modos de produção<sup>42</sup>.

Segundo Adriano Canci, resgatar materiais crioulos antigos, é o que mais preserva a biodiversidade, sendo que, “no resgate de sementes crioulas, é de fundamental importância simultaneamente ou no segundo ou terceiro ano de trabalho, resgatar a culinária, o artesanato e todo tipo de conhecimento ligado as variedades crioulas”<sup>43</sup>. O SINTRAF não promoveu apenas o resgate de sementes crioulas de milho, mas também as de hortaliças, trigo, soja, tomate, feijão, entre outras, e até o resgate de porcos crioulos<sup>44</sup>.

Alguns dos problemas que o SINTRAF - Anchieta sofreu com o programa de resgate das sementes crioulas, entre 1997 e 2001 foram: poucos materiais técnicos sobre produção de sementes crioulas; dificuldades econômicas por conta dos atrasos dos repasses da prefeitura, sendo que o convênio com a prefeitura só foi renovado no ano 2000, para a realização da 1ª Festa Estadual do Milho Crioulo (FEMIC); dificuldades políticas, pois apesar da aceitação às sementes crioulas ter sido geralmente boa, houve investidas de cidadãos anchietenses para tentar ridicularizar o trabalho com elas<sup>45</sup>.

O programa de resgate das sementes crioulas reverberou nas festas das sementes e em pesquisas de instituições acadêmicas<sup>46</sup> e de extensão rural, além de gerar publicações populares, congregando atores sociais, entre eles visitantes, agricultores, feirantes, pesquisadores, técnicos de diversas regiões do Brasil e de outros países.

---

42 CARPEGGIANI, Leucir. CARPEGGIANI, Inez de Cesare. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Anchieta – SC, 18 mar. 2018. Acervo da autora.

43 CANCI, Adriano. **Sementes crioulas**: construindo soberania, a semente na mão do agricultor. São Miguel do Oeste: McLee, 2002, p.33-35.

44 Ibidem, p.37-44.

45 Ibidem, p.45-47.

46 Principalmente em dissertações e teses do Núcleo de Estudos em Agrobiodiversidade (NEABio), pertencente ao Programa de Pós – Graduação em Recursos Genéticos Vegetais do curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis – SC. O NEABio desenvolveu e desenvolve muitas pesquisas acadêmicas a partir de sementes crioulas presentes em Anchieta – SC e em outros municípios da região extremo – oeste de Santa Catarina. Todos esses trabalhos podem ser facilmente acessados no Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, principalmente por meio das seguintes palavras-chave: sementes crioulas em Anchieta – SC; Anchieta; sementes crioulas.

Anchieta foi reconhecida como Capital Catarinense do Milho Crioulo, por meio da Lei nº 11.455, de 19 de junho de 2000<sup>47</sup> em forma de reconhecimento pelo trabalho que exerce com o resgate das sementes crioulas. Em dezembro de 2017 Anchieta também foi reconhecida como Capital Nacional de Produção de Sementes Crioulas, por meio da Lei nº13.562, de 21 de dezembro de 2017<sup>48</sup>.

### Considerações finais

Este trabalho contextualizou e discutiu como foi desenvolvido o projeto de resgate das sementes crioulas em Anchieta, apontando para uma rede maior de fatores por trás das mobilizações entre atores e entidades sociais para este projeto ser levado a prática. As sementes crioulas são defendidas e preservadas em vários locais do mundo e Anchieta destaca-se a nível nacional e internacional, com seu intenso trabalho com elas. Acredito que tanto meu TCC como este artigo contribuirão de forma positiva para futuros estudos afins ao tema e para a própria preservação da rica história de Anchieta com as sementes crioulas.

Por fim, saliento que o presente trabalho insere-se como um dos trabalhos que aponta para a grande importância das ações de preservação das sementes crioulas para a manutenção da grande diversidade genética do mundo, algo que é essencial para a soberania e saúde alimentar de toda a humanidade, não só das pessoas que cultivam essas sementes. Portanto afirmar que essas sementes devem ser protegidas é afirmar que o desaparecimento de suas variedades compromete o equilíbrio sócio ambiental do mundo, visto que elas são consideradas como um importantíssimo patrimônio ambiental.

### Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Orais**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

CAMPOS, Antônio Valmor de. **O reconhecimento de agricultores do município de Anchieta-SC, que cultivam sementes de milho crioulo, como pesquisadores e detentores**

---

47 SANTA CATARINA. **Lei nº 11.455, de 19 de junho de 2000**. Reconhece o Município de Anchieta como Capital Catarinense do Milho Crioulo e adota outras providências. Florianópolis, SC: Governo do estado de Santa Catarina, 2000. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2000/11455\\_2000\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2000/11455_2000_Lei.html). Acesso em: 10 out. 2017.

48 BRASIL. **Lei nº 13.562, de 21 de dezembro de 2017**. Confere ao município de Anchieta, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Produção de Sementes Crioulas. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13562.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13562.htm). Acesso em: 10 jan. 2018.



**de direito da propriedade intelectual sobre a melhoria dessas sementes.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Escola das Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/539>>. Acesso em: 01 set. 2017.

CANCI, Adriano. **Sementes crioulas:** construindo soberania, a semente na mão do agricultor. São Miguel do Oeste: McLee, 2002. 161 p.

CANCI, Ivan José; BRASSIANI, Ivanildo Ângelo (org.). **Anchieta:** história, memória e experiência, uma caminhada construída pelo povo. São Miguel do Oeste: McLee, 2004. 418 p.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli.; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol.24, n.1, pp.75-91, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702017000100075&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702017000100075&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 05 abr. 2018.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil:** história, princípios e práticas. São Paulo: Expressão Popular. 2017. 141p.

GOFI, Rosicleide. **O processo de sucessão familiar em famílias guardiãs de sementes crioulas:** estudo de caso no município de Anchieta/SC. 2017. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186332>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

GRÍGOLO, Serinei César. **A renovação das estratégias de lutas na agricultura:** o caso das festas das sementes crioulas no sul do Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/11267>>. Acesso em: 01 set. 2017.

LOCATELLI, Angela Regina. **Uma história ambiental do resgate das sementes crioulas em Anchieta – SC (1996 – 2002).** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/197468>. Acesso em: 10 jul. 2019.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142010000100009&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142010000100009&script=sci_arttext&tlng=es)>. Acesso em: 01 set. 2017.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. Para uma biografia da pequena propriedade rural no oeste catarinense. **Revista História:** Debates e Tendências, v. 17, n. 2, p. 307-321, 2017. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/viewFile/7496/4416>>. Acesso em: 01 set. 2017.



SILVA, Claiton Marcio da. Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da Pátria”: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 23, n. 33, p. 37-66, 2010.

### Fontes

BRASIL. **Lei nº 13.562, de 21 de dezembro de 2017**. Confere ao município de Anchieta, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Produção de Sementes Crioulas. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13562.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13562.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CANCI, Adriano. **Acervo pessoal – fotografias**. Guaraciaba - SC, 2019.

CARPEGGIANI, Leucir. CARPEGGIANI, Inez de Cesare. Entrevista concedida a Angela Regina Locatelli. Anchieta – SC, 18 mar. 2018. Acervo da autora.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017 Anchieta – SC**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/anchieta/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2017 Anchieta - SC**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/anchieta/panorama>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SANTA CATARINA. **Lei nº 11.455, de 19 de junho de 2000**. Reconhece o Município de Anchieta como Capital Catarinense do Milho Crioulo e adota outras providências. Florianópolis, SC: Governo do estado de Santa Catarina, 2000. Disponível em: <[http://leis.alesec.sc.gov.br/html/2000/11455\\_2000\\_Lei.html](http://leis.alesec.sc.gov.br/html/2000/11455_2000_Lei.html)>. Acesso em: 10 out. 2017.

---

Recebido em 12 de dezembro de 2017.

Aceito para publicação em 29 de agosto de 2019.



## Representações artísticas sobre a presença africana em Desterro (Ilha de Santa Catarina) no século XIX

*Artistic representations on the African presence in Desterro (Island of Santa Catarina) in century XIX*

André Fernandes Passos

[andrefpassos@msn.com](mailto:andrefpassos@msn.com)

Universidade Federal de Santa Catarina

**Resumo:** Este estudo é uma contribuição para a história da presença africana na Ilha de Santa Catarina. A partir da análise de quatro pinturas que retrataram africanos e afrodescendentes circulando pelas ruas de Desterro no século XIX (são elas: *Uma festa de negros no Largo da Matriz de Desterro* - 1803-1804, de Tilesius Von Tilenau; *Mercado de Desterro* - 1867 e *Vista de Desterro* - 1867, de Josef Brüggemann; e *Uma rua na cidade de Desterro* - 1851, do conterrâneo, Victor Meirelles; todas obras inseridas no livro de Gilberto Gerlach, *Desterro - Ilha de Santa Catarina* - 2010), procuro, ao evidenciar a presença do negro na sociedade de Desterro, recriar o contexto local em que foram produzidas, bem como analisar o modo como os sujeitos de origem africana foram representados nestas imagens.

**Palavras-chave:** Africanos; Representações; Desterro; Século XIX.

**Abstract:** This study is a contribution to the history of the African presence on the Island of Santa Catarina. From the analysis of four paintings depicting Africans and Afro-descendants circling the streets of Desterro in the 19th century (they are: *A party of negroes in Largo da Matriz de Desterro* - 1803-1804, by Tilesius Von Tilenau; *Desterro Market* - 1867 and *View of Desterro* - 1867, by Josef Brüggemann and *A street in the city of Desterro* - 1851, by Victor Meirelles, such works are included in the book by Gilberto Gerlach, *Desterro - Ilha de Santa Catarina* - 2010) I seek to evidence the presence of the black people in the society of Desterro, recreating the local context in which they were produced and analyzing the way in which the subjects of African origin were represented in these images.

**Keywords:** Africans; Representations; Desterro; nineteenth century.

### A invenção de uma Ilha Açoriana

Na população catarinense (a não ser nas colônias, com o alemão ou o italiano) não há quase cruzamento, sendo raro encontrar, entre ela, o tipo indígena do norte do Brasil ou o traço fisiológico do negro, que ali não prevaleceu senão insignificadamente, em pequeno número de mestiços, porque o tráfico do africano nessas plagas apareceu tardiamente, logo reprimido pelas nossas leis, e mais pelos ingleses, que de acordo com o nosso governo, perseguiram os navios negreiros até às nossas costas, aprisionando tripulações e carregamentos no próprio porto do Desterro, como várias vezes se deu<sup>1</sup>.

1 VARZEA, Virgílio. **Santa Catarina: A Ilha**. Florianópolis. IOESC, 1984 [1900], p. 22.





A Ilha de Santa foi inventada na literatura catarinense como o lugar por excelência da cultura açoriana. Virgílio Várzea, memorialista local, influenciou uma geração de escritores esforçados por construir uma imagem de Desterro (atual centro histórico de Florianópolis) como legitimamente açoriana. Com tal empreendimento, a literatura catarinense transformou os habitantes do litoral em figuras-símbolos da capital: pessoas que das ilhas de Madeira e Açores migraram como aventureiros e se transformaram em pescadores, agricultores, rendeiras, fazedores de farinha, artesãos. Tais autores instituíram hábitos culturais homogêneos: as festas folclóricas, o boi de mamão, farra do boi, e atribuíram exclusivamente à exaltação da cultura açoriana<sup>2</sup>.

Tal empreendimento resultou na tentativa de glorificar o sucesso da colonização portuguesa em uma terra distante, longe dos grandes centros como o Rio de Janeiro e Salvador, onde o africano esteve longe de se formar maioria na composição do total da população local. O negro estaria, portanto, senão excluído totalmente desse sistema, mas, ao menos, contribuindo *insignificantemente* aos caprichos dos seus senhores. Inventou-se uma tradição para a Ilha de Santa Catarina que a caracterizou como de origem açoriana. A “açorianidade”, uma categoria de apelo identitário, utilizada por comunidades de imigrantes e descendentes de açorianos, caracterizou uma moda historiográfica na literatura catarinense, correspondente ao estudo da migração açoriana interpretada como a uniformização e a valorização de práticas e saberes atribuídos exclusivamente à indicação geográfica em Portugal. A negação do negro na literatura histórica tornou invisível a presença africana na região e sua contribuição tem sido muitas vezes subestimada.

As representações artísticas, tanto de viajantes como de pintores locais, que através da pintura reproduziram os modos de vivência e de representação hierárquica em suas obras, podem, além de lançar luz sobre sujeitos esquecidos na literatura histórica local, nos contar um pouco mais sobre a presença da população de origem africana na Ilha de Santa Catarina no século XIX, a partir da análise do modo como representaram estes sujeitos.

## Reflexões teóricas e metodológicas

---

2 Ver, por exemplo, os resultados dos trabalhos de CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 3 ed., Florianópolis: Lunardelli, 1987; PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1982; PIAZZA, Walter Fernando. **A epopeia açórico-madeirense**. (1748-1756). Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1992. PIAZZA, Walter F. **O escravo numa economia minifundiária**. São Paulo: Resenha Universitária, [s.i.].

O lançamento do livro *História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina* foi um marco na historiografia local. A coletânea organizada pelas pesquisadoras Beatriz Gallotti Mamigoniam e Joseane Zimmermann Vidal, realizada no ano de 2013, reuniu uma série de pesquisadores interessados na história e na presença desses indivíduos na região. Ao lado dos anais dos encontros de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, o livro *História Diversa* representa uma virada no modo de olhar a história social ao longo século XIX a partir de Santa Catarina, sobretudo a partir do foco ampliado sobre as populações de origem africana e seus descendentes, que agora passam a ocupar o centro do debate na história de Santa Catarina.

Sobre o uso de imagens na escrita da história, pode-se dizer que elas foram aplicadas durante muito tempo para ilustrar caminhos e conclusões. No entanto, as imagens usadas aqui foram vistas a partir do pressuposto de que a) as imagens dão acesso não ao mundo social de forma direta, mas por intermédio das visões dos sujeitos contemporâneos daquele mundo, ou seja, são visões masculinas sobre as mulheres, de viajantes sobre as populações locais, do conterrâneo aos eventos cotidianos, do europeu sobre os africanos, etc.; portanto, não são visões neutras, mas carregadas de experiências, intenções e, por isso, precisam ser contextualizadas para que se tenha um entendimento mais amplo de sua criação e contexto; b) O testemunho ocular expresso por meio das imagens necessita ser colocado em uma série de contextos plurais, sejam culturais, políticos, econômicos, ou de outras ordens, como as convenções artísticas; c) uma série de imagens oferece um testemunho mais confiável do que imagens individuais e isoladas de seus contextos; e d) no caso de imagens, assim como de textos, é necessário ler nas entrelinhas, observando-se os menores detalhes em busca de elementos significativos<sup>3</sup>.

Sobre as representações e percepções do mundo social também considero as críticas de Roger Chartier, para quem: a) as percepções do mundo social não são de forma alguma discursos neutros; b) elas se encontram em um campo de concorrências de poder e dominação. Sobre as *representações*, este autor ressalta o trabalho de classificação da ordem hierárquica construída por meio das imagens pelos diferentes grupos e afirma que tais leituras exibem uma maneira de estar no mundo, ou seja, exibem uma posição social<sup>4</sup>.

Com esse aporte teórico procuro além de evidenciar a presença africana em Santa Catarina, analisar os modos como foram representados esses sujeitos na vila de Desterro,

---

3 O método é o mesmo sugerido por BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. São Paulo: EDUSC, 2004.

4 CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.



principal praça mercantil de Santa Catarina no século XIX, palco e época, portanto, em que as pinturas a seguir analisadas foram produzidas. Procuro também relacionar essas pinturas à dinâmica social, dos acontecimentos, do cotidiano da população de origem africana em torno do porto local.

### **As representações artísticas sobre a presença africana em Desterro no século XIX**

A vila de Nossa Senhora do Desterro se destacava na Província de Santa Catarina por sua atividade portuária, a qual empregava grande número de pessoas e dinamizava o comércio varejista e atacadista. Os produtos provenientes de diversos portos da província eram encaminhados ao porto de Desterro e, posteriormente, reexportados para outras províncias. A farinha, seu principal gênero de exportação, era produzida em grande quantidade no litoral da província e na própria Ilha de Santa Catarina. Era na praça central da freguesia de Nossa Senhora do Desterro, nas localidades adjacentes ao porto que estava situado o porto da província, a Igreja Matriz, o prédio da Câmara e Cadeia, o Palácio de Governo, além de outros edifícios comerciais, residenciais e oficiais.

Era entre a Praça de Desterro e o porto que acontecia a vida social nesta vila, diariamente, tratando-se dos transeuntes. A praça era lugar ocupado por negras quitandeiras, escravos carregadores, e era também o lugar das lojas, dos jogos, das trocas, das sociabilidades. Na praça ocorria o mercado ambulante, as concentrações nos dias festivos, local onde senhores e pessoas livres faziam suas compras, local onde os escravos acumulavam seu pecúlio, sonhando quem sabe um dia em comprar sua liberdade, prestando todo tipo de serviço. Foi um local frequentado por pessoas que exerciam as mais variadas funções, como também de ébrios e mendigos. Foi em torno dessa praça que as representações dos africanos foram criadas e, conseqüentemente, evocaram um significado para esta população. Logo à frente, o porto, “cartão de visita” da cidade, local da entrada e saída dos produtos, o primeiro lugar onde o estrangeiro iria conhecer logo ao desembarcar na Ilha de Santa Catarina.

A vila de Desterro foi o palco onde as obras a seguir foram criadas. As obras têm pontos de vista variados. São de pessoas juridicamente iguais (livres), mas com visões de mundo bastante diferentes. Talvez o que vinha a ser rotina para um, pudesse causar certo estranhamento para outro.

Tilesius Von Tilenau, naturalista alemão que esteve em Desterro no início do século XIX, presenciou um evento festivo na Praça e o escolheu como tema de sua representação da



Ilha de Santa Catarina. Sua intenção (que talvez fosse influenciada mais por suas próprias inquietações diante do evento) era a de representar uma festa de negros no coração da cidade, em frente à Igreja<sup>5</sup>.

Figura 1: Tilesius Von Tilenau. Uma festa de negros no Largo da Matriz de Desterro (1803-1804).



Fonte: Acervo Ylmar Corrêa Neto.

Na imagem, o que podemos notar à primeira vista, é o grande número de africanos e afrodescendentes participando de um cortejo. Ele é aberto por uma mulher e um homem de mãos dadas, que podiam representar uma festa de coroação de reis e rainhas, típica confraternização de comunidades africanas unidas após a diáspora. Ao lado deles alguém os acompanha com uma espécie de viola, crianças rodeiam a cena como se estivessem participando de uma brincadeira. No canto direito podemos observar três pessoas em primeiro plano, uma delas aponta para o evento. Todos esses que aparecem nos cantos da imagem representam autoridades e pessoas de origem europeia que acompanham com certa distância a festividade em questão. Atrás, mais três homens executando uma salva de tiros como se

<sup>5</sup> A semelhança da imagem com as festas de fim de ano na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário pode ser vista em: SILVA, Jaime José. Entre a diversão e as proibições: as festas de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti & VIDA, Joseane Zimmermann. (orgs) **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.

fossem foguetes, demonstrando que soldados e autoridades estavam ali presenciando as celebrações e a salva de tiros sugere que a festa contava com o apoio de determinados setores da elite social de Desterro. Pode-se supor que era comum nas comemorações dos cativos e libertos a conveniência das autoridades locais durante o evento, sem que houvesse qualquer tipo de resistência ao festejo. O quadro nos remete também a hierarquia social existente nessa sociedade e às relações entre as autoridades competentes e a população africana, entre senhores e escravos, as quais permitiam certo tipo de dominação aos primeiros e de autonomia aos últimos<sup>6</sup>.

A próxima imagem é do conterrâneo Victor Meirelles e se chama *Uma rua na cidade de Desterro*, chamada na época de Rua Augusta, atualmente Rua João Pinto. O cenário retratado é o sobrado de João Pinto da Luz, proprietário do imóvel situado ao lado direito da imagem, esquina do então recém-edificado Primeiro Mercado Público de Desterro. Victor Meirelles, pintor muito respeitado no Império, autor da clássica obra *A Primeira Missa no Brasil (1860)*, comunicou por meio de sua arte à comunidade erudita da Corte a situação do entorno de onde fora construído o primeiro mercado da cidade.

O local de construção do primeiro mercado público foi motivo de disputas políticas no interior da elite local. Em 1857 havia eleição para a única vaga de representação nacional disputada na província de Santa Catarina e no local havia dois candidatos em disputa. Joaquim Augusto do Livramento, candidato favorável à construção do mercado no coração da cidade – e por isso apelidado de “barraquista” – era apoiado por João Pinto da Luz, morador no sobrado anexo a esquina do mercado e um possível beneficiado da movimentação causada pela dinâmica do mercado, situado próximo a sua loja de secos e molhados, que ficava sob seus olhos, bem abaixo de sua residência.

---

6 SILVA, Jaime José. Entre a diversão e as proibições, *ibidem*.

Figura 2: Victor Meirelles: Uma rua da cidade do Desterro, 1851. Óleo sobre papel, 34,2 x 49,3 cm.



Fonte: Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes.

Nesta imagem podemos presenciar algumas quitandeiras que vendiam seus produtos no centro da cidade. Tais mulheres estão caracterizadas tradicionalmente com panos “da Costa”, indumentária típica de escravas provenientes da região da “Costa da Mina”. Pode-se perceber que pessoas livres estão representadas com cartola e paletó, caracterizando uma distinção entre livres e escravos, como se pintados fossem em uma manhã fria do mês de julho, por mais que o Primeiro Mercado Público de Desterro, inaugurado no mesmo ano da pintura de Victor Meirelles tenha se dado em janeiro de 1851. A diferenciação social feita pelo autor se passou pelo vestuário que caracterizou as diversas manifestações. O escravo carregador no canto esquerdo da imagem carrega as malas de um viajante e está descalço e com camisetas de pouca manga.

*Uma rua na cidade de Desterro* apresenta diversos atores sociais de descendência africana. Mas o que caracteriza essa imagem é a presença de todos esses elementos desacompanhados de seus respectivos senhores. Essa não é uma típica imagem de Jean-Baptiste Debret, como aquelas que representam os feitores castigando os escravos, o árduo trabalho dos escravos nos trabalhos de engenhos e corte de madeira, do caráter violento da escravidão. Se Debret procurava denunciar o caráter desumano e violento da escravidão, Victor Meirelles ao pintar os sobrados de magnífica grandeza de comerciantes do século XIX,

representou a Rua Augusta frequentada de indivíduos de diferentes extratos sociais, com seus relativos graus de liberdade. Mesmo que fosse propriedade de outrem, os escravos ligados à região urbana possuíam maiores chances de ascensão social, de acumular pecúlio para compra de sua alforria, e podiam também ficar um pouco mais longe da vigilância dos seus senhores para circular pela cidade.

A próxima imagem é do lugar não pintado por Victor Meirelles: o Primeiro Mercado Público de Desterro. Nela, o autor Josef Brüggemann pinta o local adjacente ao porto e o lugar de maior dinamismo na vida social de Desterro no século XIX.

Figura 3: Josef Brüggemann: Mercado de Desterro, 1867. Litografia Schwazer & Rohlacher



Fonte: Acervo Ylmar Corrêa Neto.

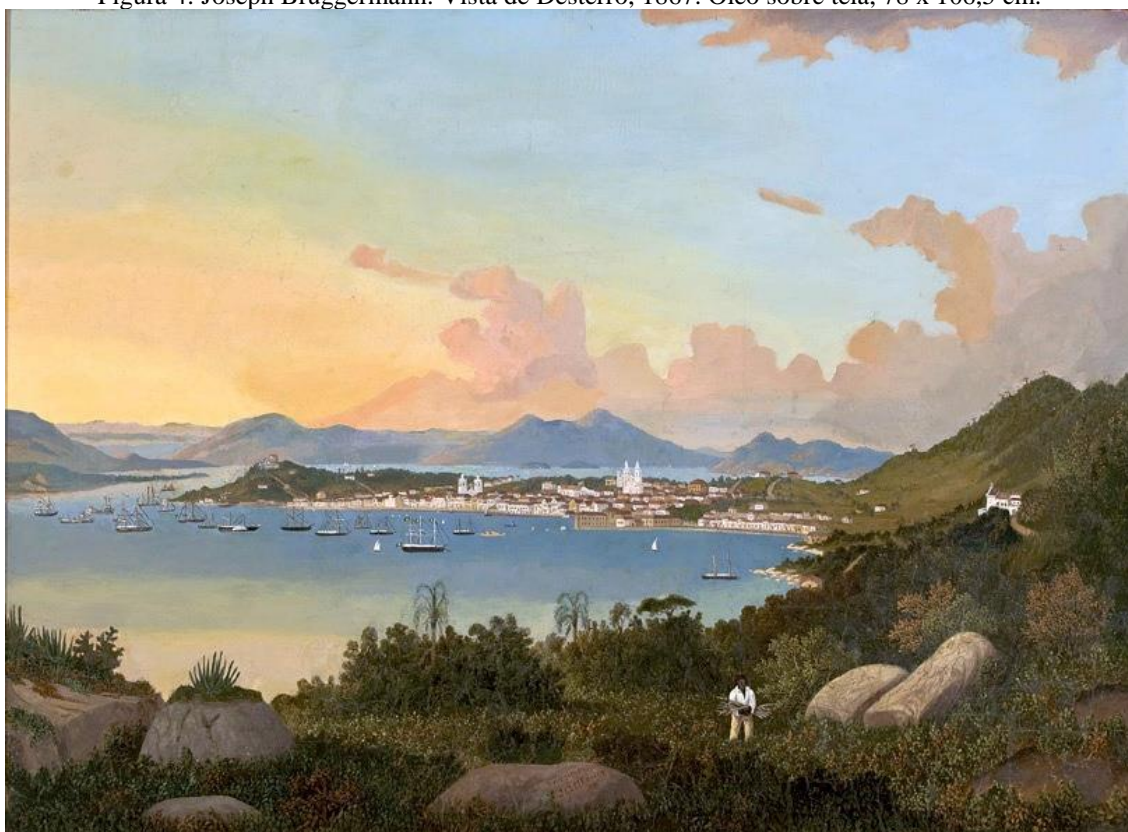
Logo que chegou à Ilha de Santa Catarina este autor tratou de representar o trapiche por onde desembarcou (na imagem, a esquerda), bem ao lado do Primeiro Mercado Público de Desterro, construído em 1851. Nesta imagem, representou as quitadeiras com seus cestos e uma espécie de acúmulo de pessoas na região central. Tais mulheres abasteciam a região portuária com seus alimentos. Pode-se perceber por essa imagem a venda de gêneros alimentícios ao lado de fora do mercado. O novo regulamento desse mercado dizia que os escravos não poderiam demorar mais do que o tempo necessário para fazer suas compras no interior do mercado. Além disso, as casinhas no interior do mercado só poderiam ser alugadas a pessoas livres, e escravos só poderiam trabalhar em seu interior com a autorização de seus senhores<sup>7</sup>.

7 POPINIGIS, Fabiane. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti & VIDA, Joseane Zimmermann. (orgs) **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

O que podemos perceber por meio dessa imagem é que mesmo que o regulamento do primeiro Mercado Público de Desterro impedisse a concentração de escravos por um período superior ao tempo necessário para fazer suas compras e que fosse proibida a sua permanência no seu interior, esses sujeitos continuavam com sua atividade de ambulantes pelas ruas de Desterro, vendendo seus produtos de quitandas do lado de fora. Além de que, evidentemente, o regulamento do Novo Mercado não se traduziu ao afastamento de indivíduos de origem africana do comércio de gêneros, mas antes restringiu sua participação do lado de dentro da praça de mercado. É possível que os indivíduos sentados em torno do prédio do mercado, representados ao fundo da imagem, fossem mendigos, vendedores informais, batuqueiros, e que sua permanência neste local fosse indesejada por muitas autoridades.

No mesmo ano, este autor pintou a *Vista de Desterro*, último obra a ser analisada neste artigo.

Figura 4: Joseph Brüggermann: Vista de Desterro, 1867. Óleo sobre tela, 78 x 106,5 cm.



Fonte: São Paulo, Museu de Arte de São Paulo.

Seguindo com os registros pictóricos do viajante alemão, após representar o mercado público de Desterro, este continua seu esforço em pintar o porto da freguesia de mesmo nome. Talvez o que mais chamou a atenção de Joseph foi a intensa movimentação dos negros em



frente à principal praça da cidade. Dessa vez com o porto ao fundo, o autor pinta outra vez o local da sua chegada na cidade, agora por outro ângulo, situado na baía do Saco dos Limões, de onde só assim poderia obter o parâmetro perfeito para registrar a chegada dos navios até o porto e a dimensão dessa movimentação de barcos em torno da região portuária. Ao pintar a sua *Vista de Desterro*, o autor representou a movimentação portuária no local e também a forte ligação existente entre a população da vila e sua orla marítima.

Em *Vista de Desterro*, Josef Brüggmann colocou em primeiro plano, cuidadosamente, um negro colhendo cana ou praticando algum serviço rural. Alguns viajantes afirmam que as raízes da mandioca, principal produto exportado na província de Santa Catarina, poderiam alcançar até dois metros de comprimento<sup>8</sup> e, quem sabe, o autor estivesse tentando representar o tipo de sujeito que dava movimento ao porto, o trabalho escravo da produção, colheita, beneficiamento e embarque da produção daquilo que era produzido na Ilha de Santa Catarina, especialmente, a farinha de mandioca.

Ao colocar a presença africana em primeiro plano, mesmo que representada através de um único escravo, e ao fundo a intensa movimentação de embarcações na região portuária, o autor nos convida a imaginar que tudo que se vê ao fundo e ao entorno da praça está diretamente ligado ao único personagem do quadro. É como se todos os olhares que mirasse ao fundo do quadro atravessassem a imagem de um negro, sem o qual nada se fazia em Desterro. Ao segurar sua matéria prima, com os braços abaixados, cansado da labuta diária, mas com devida postura, o autor representou toda a população de origem africana na Praça de Desterro por intermédio de um único sujeito. Como se estivesse posando para a pintura, ao negro no quadro é atribuído um sentido laboral. Ao invés de pintar os negros sentados, como na sua primeira representação, ou exercendo seus ofícios sentados no mercado, dessa vez o autor procurou representar a produção das mercadorias agrícolas. Nessa imagem, Joseph Brüggermann representou a força de trabalho dos indivíduos de origem africana e os situou na hierarquia social de Desterro como trabalhadores de engenhos.

### Considerações finais

Ao analisar as representações artísticas da presença africana na região portuária da cidade de Desterro no século XIX, pode-se perceber que os africanos estavam não somente

---

8 HARO, Martim Afonso Palma de (Org.). **Ilha de Santa Catarina**: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. 4ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC/ Editora Lunardelli, 1996.



presentes nessa sociedade (fato já há muito tempo debatido e verificado pela historiografia local), como se procurou problematizar tais criações a partir da sua contextualização. Diante das imagens acima, podemos rastrear os indivíduos de procedência africana no coração da vila de Desterro, mulheres e homens que se voltavam ao meio urbano, ora exercendo seus ofícios em atividades relacionadas ao porto, ora profetizando sua fé em dias festivos, nos seus espaços de sociabilidade, em momentos de solidariedade, ações que puderam atribuir sentido às suas vidas.

Ao analisar as obras, não respondemos somente: “sim, eles estavam ali!”, mas, sobretudo, podemos pensar como foram representados, por quais motivos foram representados de tal maneira e, ainda, o que as imagens nos revelam sobre como viveu uma parcela da sociedade, formada por africanos e seus descendentes, os quais estavam ali presentes na sociedade como os imigrantes portugueses, mas que mesmo assim, foram esquecidos em nome de uma suposta “açorianidade” atribuída a formação cultural da população da Ilha de Santa Catarina.

A análise dessas imagens também nos contou um pouco mais sobre a hierarquia existente neste momento em Desterro. Elas evidenciam as tentativas de controle e de autonomia da população de origem africana. As pinturas sobre o trabalho escravo na região de Desterro evidenciam a importância da mão de obra escrava para o provento da região e o lugar que ocuparam na hierarquia social e na divisão do trabalho na Ilha de Santa Catarina durante o século XIX.

## Referências

- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. São Paulo: EDUSC, 2004.
- CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 3 ed., Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- GERLACH, Gilberto Schmidt (Org.) **Desterro: Ilha de Santa Catarina**. São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2010. 2 t.
- HARO, Martim Afonso Palma de (Org.). **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. 4ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC/ Editora Lunardelli, 1996.



Representações artísticas sobre a presença africana em Desterro (Ilha de Santa Catarina) no século XIX – André Fernandes Passos

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti & VIDA, Joseane Zimmermann. (orgs) **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1982.

PIAZZA, Walter F. **O escravo numa economia minifundiária**. São Paulo: Resenha Universitária, [s.i.].

PIAZZA, Walter Fernando. **A epopeia açórico-madeirense**. (1748-1756). Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1992.

POPINIGIS, Fabiane. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti & VIDA, Joseane Zimmermann. (orgs) **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.

SILVA, Jaime José. Entre a diversão e as proibições: as festas de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti & VIDA, Joseane Zimmermann. (orgs) **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.

VARZEA, Virgílio. **Santa Catarina: A Ilha**. Florianópolis. IOESC, 1984.

### Fontes

Tilesius Von Tilenau. **Uma festa de negros no Largo da Matriz de Desterro (1803-1804)**. Acervo Ylmar Corrêa Neto.

Victor Meirelles. **Uma rua da cidade do Desterro, 1851**. Museu Nacional de Belas Artes.

Josef Brüggemann. **Mercado de Desterro, 1867**. Acervo Ylmar Corrêa Neto.

Joseph Brüggemann. **Vista de Desterro, 1867**. Museu de Arte de São Paulo.

---

Recebido em 31 de março de 2015.

Aceito para publicação em 15 de agosto de 2019.



## **RESENHAS**

**Espaços da recordação: para uma teoria da memória cultural**

Spaces of remembrance: for a theory of the cultural memory

Cristiane Garcia Teixeira<sup>1</sup>[crisgarciat@gmail.com](mailto:crisgarciat@gmail.com).

Universidade Federal de Santa Catarina

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

Aleida Asmann, nascida em 1947 na Alemanha, é doutora em literatura inglesa e em egiptologia. Seu livro “Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural” é uma versão modificada de sua tese de livre docência aceita em 1992 pela Universidade de Heidelberg. Este livro, que parece ser o único de todos os títulos da autora traduzido para o português, foi publicado em 2011 pela editora da Unicamp. O momento de sua publicação na Alemanha e, anos depois, no Brasil, apresenta algumas semelhanças. Asmann publicou sua tese na década de 1990, momento em que se intensificava um deslocamento da concepção de memória. Desde a década anterior, 1980, a memória do Holocausto, apoiada por uma revolução midiática da escrita, emergia e era discutida publicamente na Alemanha. No Brasil, no mesmo ano da publicação do livro “Espaços da recordação”, foi sancionada a Lei 12528/2011<sup>2</sup> que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que tinha por objetivo apurar violações de direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar brasileira. No entanto, alemães\alemãs e brasileiros\brasileiras lidaram de maneira diferente com a experiência dessas memórias traumáticas marcadas por violência.

Em 2013, dois anos após a publicação de seu livro pela editora Unicamp, Aleida e seu marido, também companheiro de pesquisa, o egiptólogo Jan Assmann, estiveram no Brasil participando do ciclo de conferências “Espaços da recordação”, organizado pela Universidade de São Paulo e pela Universidade Federal do Paraná. Passaram por Campinas, Rio de Janeiro e interior do Paraná proferindo palestras em comemoração também ao ano da Alemanha no Brasil. Na passagem por Campinas, Aleida concedeu uma entrevista ao Jornal da Unicamp, onde analisou lições da Alemanha que poderiam ajudar ao Brasil na reflexão sobre o passado

---

1 Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação da mesma instituição. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

2 Ver em: BRASIL. Constituição (2011). Lei nº 12,528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.. Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2019.



traumático, principalmente, aquele ligado as graves violações de direitos humanos que ocorreram durante o período de 1946 a 1988. Foi também em 2013 que discussões sobre a revisão da história desse período (1946/88) borbulhavam nas redes sociais e nos noticiários brasileiros. Para Assmann, quando assuntos como esse emergem na sociedade a indicação é que há interesse por parte das pessoas, mesmo que haja envolvimento e engajamento a partir de outra perspectiva. Há diferentes meios de lembrar e mudar: memoriais e dias oficiais que são criados para lembrar de datas, tribunais e julgamentos e o tratamento da sociedade que, através das mídias públicas, pode criar mudanças de pensamento e vontades de mudar. A pesquisadora dá o exemplo da memória ligada ao holocausto quando da exibição, nos anos 70, da série americana “Holocaust”, que juntou gerações e disparou uma mudança bastante significativa no ponto de vista empático. E é nesse sentido que fica bastante clara a importância que Assmann dá à cultura para as transformações da memória.

Atualmente, Aleida Assmann é professora de língua inglesa e literatura comparada na Universidade de Konstanz, na Alemanha. Tem publicações em diversas áreas do campo dos estudos literários e da egiptologia. Para além dessas investigações, desde 1980 se dedica a teoria da memória. O livro “Espaços de recordação” é fruto dessa última abordagem. Está estruturado em três grandes partes que têm como títulos: Funções; Meios e Armazenadores. Nele, Assmann trabalha com a memória a partir de uma perspectiva que, sob meu ponto de vista, é brilhante, interdisciplinar e bastante complexa. Traz para o debate a literatura, História, psicologia, filosofia, arquivologia, antropologia, imagens, questões relacionadas à comunicação midiática e sua materialidade, entre outros. A autora é uma pesquisadora que aborda a memória sempre em diálogo, principalmente, com a antropologia, psicologia, literatura, História e psicanálise – e que conecta três temporalidades: o presente (o lugar em que evocamos a memória), o passado (o lugar em que remetemos nossa memória) e o futuro (porque a memória tem em vista o futuro).

Desconstruindo a ideia de uma essência para a memória, Aleida Assmann demonstra como a mesma foi trabalhada desde Cícero a Pierre Nora, para quem a memória já não mais existe. E é essa concepção de Nora, da inexistência da memória, que é refutada durante o livro, pois para a literata, questões relacionadas à memória estão cada vez mais latentes e intermediadas por diferentes interesses, principalmente quando refletidas sua relação com o poder. O desenvolvimento da materialidade das mídias memorativas torna cada vez mais complexa a construção, conservação e proteção da memória coletiva, que, para Assmann, é viva e constantemente reformulada, sendo meio de produção e transmissão de conhecimento e não apenas de reprodução. A autora destaca os mais diversos usos da memória e demonstra



que não só os indivíduos lembram, mas também grupos, sociedades, instituições e nações lembram e esquecem as coisas, fundamentando sua concepção de memória na coletividade. Tenta demonstrar como se deu esse processo de conscientização de uma memória coletiva. Em diálogo com autores como Platão, Aristóteles, Friedrich Nietzsche, Geoffrey Chaucer, George Pettie, Dante Alighieri, William Shakespeare, William Wordsworth, Sigmund Freud, Jacques Derrida, entre tantos outros, trabalha com as temáticas de identidade, recordação, memória e esquecimento.

### **A memória como *Ars* e *Vis***

A partir do campo dos estudos literários, Asmann trabalha com a memória a partir de duas possibilidades: *Ars*, o caminho da “arte da memória” e *Vis*, o que leva à memória “potência”. A primeira tem como patrono Cícero e a última Nietzsche.

***Ars***: Mnemotécnica romana. A arte, nesse sentido, é utilizada como técnica. A mnemotécnica foi utilizada e aprimorada, transformando-se em uma técnica de aprendizado consciente que mudou da audição para a visão o sentido da memória. Ela foi concebida como um instrumento que permitia o “armazenamento confiável e a recuperação idêntica das informações inseridas na memória.” (p.31). Uma questão importante a levantar é que a mnemotécnica excluía a dimensão do tempo do procedimento da memorização. O conceito de *armazenamento* é importante para a memória “arte” no processo de compreensão do procedimento mecânico que tem como objetivo a identidade entre o depósito e a recuperação de informação. Esse procedimento de armazenamento é perceptível quando apoiado em meios materiais (Asmann dá o exemplo da carta, do computador), mas é também possível sem meios e aparatos técnicos, sendo uma função especial da memória humana, utilizado principalmente para decorar textos, fórmulas, etc..

***Vis***: “Potência”. Reflete sobre a memória como um caminho central na formação da identidade: “paradigma da recordação formadora de identidade” (p.33). A memória como potência não exclui a dimensão do tempo. O tempo interfere no processo de memória e, desse modo, há um deslocamento naquilo que foi arquivado e no que foi recordado, o que foi recuperado. Na língua alemã se faz a diferenciação entre lembrança ou recordação e memória. Enquanto a primeira reflete uma experiência mais pessoal que pode ser compartilhada com outras pessoas, mesmo que deformada, deslocada, revalorada e distorcida. A memória, não! Ela traz a ideia de coletivo, são coisas pensadas, conhecimento. A potência funciona como uma força que, com suas próprias leis, dificulta a recuperação das informações armazenadas,



como no caso do esquecimento, ou pode bloqueá-las, como no caso dos traumas. No entanto, ela pode ser controlada pela inteligência e proporcionar uma nova disposição da lembrança.

### A secularização da memoração

Em diálogo com a antropologia, Aleida Assmann indica a memoração dos mortos como o núcleo antropológico da memória cultural. Essa memoração dos mortos, por sua vez, tem uma dimensão religiosa e outra mundana, que se opõe entre si como *pietas* (piedade) e *fama*. A primeira é uma coisa que somente os vivos podem ter pelos mortos. Já a fama, que é a memoração glorificada, cada um pode conquistar para si mesmo no tempo de sua própria vida. As mudanças de valores da fama estão diretamente ligadas à secularização do tempo e da memória. Num primeiro momento, na Idade Média, essa busca pela recordação cheia de glórias foi coberta pelo cristianismo, mas retornou no Renascimento. Para Assmann, na modernidade houve também o retorno à memoração dos mortos e o exemplo disso é o memorial do Holocausto. A mudança com relação a dimensão *fama* é muito simbólica no argumento da autora de que não apenas indivíduos lembram, mas que grupos e sociedades também. A secularização da memória, descrita anteriormente, e a figura do poeta ou bardo pode nos ajudar a entender como se deu esse processo de conscientização dessa memória coletiva. “Ao lado da memória religiosa, que cuida da recordação individual e se preocupa com a salvação das almas dos mortos, aparece a fama mundana, que aposta em uma rememoração generalizada pela posteridade.” (p. 43).

Primeiramente a *fama* era a forma mais garantida da imortalidade, mas era o poeta, o funcionário da fama, que escrevia os nomes dos heróis diretamente na memória da posteridade. O que era antes um privilégio dos governantes passou a ser democratizado na Grécia (excluindo, como de costume, as mulheres), através de lutas e competições. No entanto, tornar-se vencedor nessas competições não garantia a *fama*, essa era garantida pelos bardos que tinham o poder de eternizar os indivíduos, tornando-os famosos e seus nomes perenes. Ao garantir a glória à determinada pessoas, o poeta recebia reconhecimento e segurança, ou seja, apadrinhamento. Construindo assim uma relação de dependência entre poeta e seu patrocinador.

Nesse escopo, historiadores e poetas eram entendidos da mesma maneira: meios de veiculação da fama. No Renascimento a condição dos bardos modifica, eles poderiam ser considerados ainda “armazenadores de dados”, mas não eram mais eles que decidiam quais os nomes seriam erigidos no hall da fama, mas sim a vontade imprevisível da deusa *fama*. No





Renascimento, a memória dos mortos cedeu lugar de importância para a esperança da imortalização através de contribuições culturais. “A vida após a morte é retirada da vontade exclusiva de Deus” (p. 50). A partir desse momento o instrumento mais importante para a secularização da memória e tempo passa a ser a escrita. É nessa era da imprensa que a *fama* passa de pessoa retratada a pessoa que a retrata. Agora a própria sociedade cria suas instituições de memória. Sem submissão a instâncias de humor instável, é a sociedade agora quem escolhe a perenidade e serenidade dos nomes.

No século XIX há uma nova relação com a cultura da memória, surgem novas formas de encenar os espaços de recordação, que se tornam totalizadores. Nesse caso o museu histórico desempenha papel especial. Já no século XX a mudança é sutil. Assim como no século anterior, havia as disputas de interesses entre senhores que queriam ser representados em memoriais e a autorrepresentação burguesa. Os memoriais já não se dirigiam mais às gerações futuras, mas tornavam-se instrumentos de influência política sobre os cidadãos contemporâneos. Para Asmann, tais memoriais correspondiam na verdade ao desejo de eternizar o presente e negar o processo histórico. Mas em meio desses memoriais estabilizadores, houve também os memoriais revolucionários que se orientavam para o futuro e baseavam-se em forças históricas nascentes. E diante de todos eles estava o memorial do Holocausto, que orientado exclusivamente para o passado, marcou o fim da *fama* e o retorno à forma original da lembrança histórica – a memória dos mortos.

No entanto todos esses tempos se conectam na memória, enquanto a fama se orienta para o futuro, a memória se orienta no passado por entre o véu do esquecimento e reconstrói provas significativas para a atualidade. Desde o Renascimento que esse interesse pela memória como provedora de respostas sobre a própria origem e identidade pode ser percebida, embora ela intensifique com a formação dos Estados Nacionais. Ainda nos séculos XV e XVII abriu-se a terceira dimensão do tempo, que era o tempo dos historiadores, arquivistas, cronistas que buscavam no passado as raízes do presente, uma referência para as gerações futuras.

Acredito que um dos pontos mais importantes do livro de Aleida Assmann é nos fazer refletir sobre a maneira como lidamos com nossas memórias. No Brasil, a maneira de lidar com a experiência de memórias traumáticas marcadas por históricos de violência é bastante complicada, não sendo, muitas vezes, problematizada. Como consequência, experienciamos a relativização de acontecimentos estruturantes de nossa sociedade que é por característica violenta. Um exemplo profícuo é a maneira como vem sendo discutido o período da ditadura militar no Brasil. Ao contrário do que aconteceu na Alemanha, não há, em nosso país, uma



lembança ligada à ditadura militar que tenha sido construída com base em uma infraestrutura duradoura para o futuro. Em tempos em que se faz homenagens a torturadores e se qualifica golpe de Estado uma “revolução”, muito há que ser trabalhado! E como nos mostra Aleida, lidar com esse tipo de passado requer a participação de toda a sociedade; das universidades, que desempenham papel importantíssimo através de pesquisas de fôlego que permitem a “proteção”, problematização e conservação dessa memória traumática; das mídias, através de programas e telenovelas; das escolas e a maneira como se trabalha nas mesmas esse período que ainda hoje ressoa, de maneira desoladora, na sociedade brasileira. E como alertou Assmann, é preciso “Lembrar para não repetir”.

### Referências

DOURADO, Flavia. *Memória cultural: o vínculo entre passado, presente e futuro*. 2013. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/memoria-cultural>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

DETSCH, Roland. *Qual é o significado real da lembrança?* Uma entrevista com Aleida Assmann. 2011. Disponível em: <<https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/cul/20809570.html>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SILVA, Alessandro. Lembrar para não repetir. *Jornal da Unicamp*. Campinas, p. 6-7. 16 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/564/lembrar-para-nao-repetir>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

---

Recebido em 10 de agosto de 2019.

Aceito para publicação em 29 de agosto de 2019.





SANTA CATARINA EM HISTÓRIA  
ISSN 1984-3968